



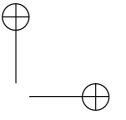
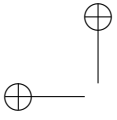
# **REPENSAR PORTUGAL**



**Manuel Antunes**

**2011**

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)



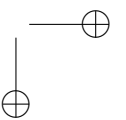
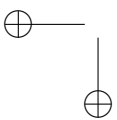
PALAVRA E TESTEMUNHO  
**Manuel Antunes**



# REPENSAR PORTUGAL

Prefácio de  
JOSÉ EDUARDO FRANCO

 **MULTINOVA**





LUSOSofia:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Repensar Portugal*

Autor: Manuel Antunes

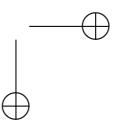
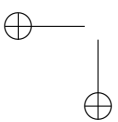
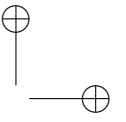
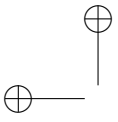
Colecção: Textos Clássicos LUSOSOFIA

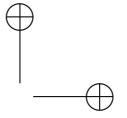
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

CLEPUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, 2011





# Repensar Portugal

Manuel Antunes

## PREFÁCIO

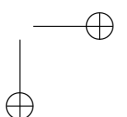
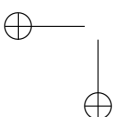
José Eduardo Franco <sup>1</sup>

*“De todo um povo. Que não apenas de um grupo. Importa que as alegrias e as tristezas, os encargos e as esperanças, os sofrimentos e as exultações que, por princípio, são comuns afectem real, efectiva e equitativamente a todos. Sem párias e sem parasitas; sem privilégios e sem proscritos; sem humilhados e sem disfarçados. É isso que articula a ligação de todos os membros do mesmo espaço social. É isso que permite ao conjunto sobreviver nas horas de prova”.*

*Manuel Antunes*

---

<sup>1</sup> Historiador. Esta obra do Pe. Manuel Antunes, *Repensar Portugal*, foi publicada pela Editora MULTINOVA – União Livreira e Cultural S.A., Lisboa, 2005, constituindo então a Homenagem do editor ao Professor Manuel Antunes pela lucidez do pedagogo; pela frontalidade da palavra; pela coerência moral e ética do sacerdote, nos 20 anos do seu falecimento: 1918 – 1985.



## O mestre da palavra e da liberdade

Neste ano de 2005 assinalam-se, com várias iniciativas em Portugal, os 20 anos da morte do pedagogo jesuíta, Padre Manuel Antunes, SJ (1918-1985), considerado um dos maiores mestres e o sábio mais multimodo e original do século XX português. Destacou-se como director e redactor da prestigiada revista *Brotéria* (1965-1982) na qual escreveu centenas de artigos sobre Crítica Literária, Educação, Cultura, Filosofia, Classicismo, Política, Teologia e Economia, assinados quer ortonimamente, quer com recurso a pseudónimos. Ao todo são 126 os pseudónimos conhecidos sob os quais Manuel Antunes assinou muitos dos seus escritos, sendo por tal considerado o autor lusitano que mais recorreu à pseudonímia. Recurso sistemático que se justifica, por um lado, pela necessidade sentida de iludir a censura do Estado Novo. Por outro lado, Manuel Antunes, estando à cabeça de uma revista de periodicidade mensal, confrontou-se algumas vezes com a falta de textos de autores de áreas diversificadas que preenchessem todas as secções dos números substanciais e pluritemáticos da *Brotéria*. Números houve, por isso, para os quais o autor teve de escrever vários textos sobre diferentes assuntos. O pseudónimo foi o melhor recurso encontrado, como estratégia, para dar ideia da diversidade autoral e assim manter o cunho de uma revista multiparticipada.

Nos anos conturbados do pós-Concílio, Manuel Antunes assumiu a direcção da *Brotéria*, imprimindo a esta revista uma nova dinâmica interdisciplinar e uma abertura ideológica, plural, a quadrantes da sociedade portuguesa que destoavam do ideário do pensamento único em vigor oficialmente. De facto, a redacção desse periódico dos Jesuítas era frequentemente incomodada pela Comissão de Censura e vários textos foram proibidos, rasurados pelo temível lápis azul e impedidos de serem publicados na íntegra, como se pode observar nalgumas provas tipográficas ainda guardadas nos arquivos da Casa dos Escritores da Companhia de Jesus.

Artigos de autores como Barata Moura, Miller Guerra, Bento Domingues, Lindley Cintra – que propuseram publicar estudos e reflexões sobre temas e correntes em voga na Europa e no Mundo, como o Marxismo, as reformas quer sociais quer políticas democráticas, e a necessidade da sua adaptação aos novos tempos, as implicações do Concílio Vaticano II –, não poderiam deixar de atrair a atenção dos agentes da Censura<sup>2</sup>.

Vale a pena recordar um caso quase caricato, acontecido com Lindley Cintra e que ele próprio testemunha, para ilustrar até onde puderam ir a suspeita e o boicote sobre o pensamento e a liberdade de expressão. O célebre professor de Filologia da Faculdade de Letras foi convidado a publicar na Brotéria uma conferência, que tinha proferido no Grémio Literário, sobre um tema aparentemente inócuo do ponto de vista ideológico: *Formas de tratamento em português*. Desde logo, o autor teve sérios problemas com a Censura, como recorda: “A conferência foi ameaçada pela censura. Ameaçaram destruir a sala, suponho porque entenderam *formas de tratamento* de uma maneira um pouco diversa daquilo que eu tinha em vista”. Nesta sequência, adianta o professor de Linguística, “a respeito deste sistema de *formas de tratamento*, Manuel Antunes teve que lutar com a censura para que se publicasse o meu texto integral, um texto que era de linguística, como podem facilmente calcular”<sup>3</sup>. Mas o censurado refere a seguir a razão do cuidado da entidade censória. A preocupação residia no facto de o autor defender “o alargamento do emprego de *tu* e *você*, formas de intimidade igualitária, já então preferidas pela gente jovem”<sup>4</sup>. A censura quis cortar as passagens do artigo consideradas perigosas

<sup>2</sup> Sobre este assunto, ver José Eduardo Franco, *Brotar Educação, História da Brotéria e do seu pensamento pedagógico*, Lisboa, Roma Editora, 1999.

<sup>3</sup> Luís F. Lindley Cintra, “Homenagem ao Padre Manuel Antunes”, in *Reflexão Cristã*, Nº 45, Maio/Agosto, 1985, p. 19. Cf. Hermínio Rico e José Eduardo Franco (coord.), *Fé, ciência e cultura: Brotéria 100 anos*. Prefácio de Eduardo Lourenço, Lisboa, Gradiva, 2003.

<sup>4</sup> Cf. *Ibidem*, p. 21.

e assim evitar a publicação do texto na sua versão integral. Só a intervenção de Manuel Antunes conseguiu contornar as intenções proibitivas dos censores.

### O professor, o conciliador e a dívida

Mas a sua acção mais marcante aconteceu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi professor de disciplinas filosóficas e humanísticas durante dezenas de anos (1957-1983). Ali formou, entre a década de 50 e a década de 80, mais de 15 000 alunos, mormente através da cadeira de História da Cultura Clássica que era transversal aos vários cursos de Letras. As suas aulas são recordadas pelos seus alunos, que hoje exercem actividade profissional e cultural em diversos sectores da sociedade portuguesa, como uma referência de saber e de capacidade pedagógica invulgar<sup>5</sup>. Na homenagem que lhe foi dedicada pela revista *Reflexão Cristã*, dando voz a tantos alunos que em unísono reconhecem e exaltam os talentos pedagógicos deste professor de Letras, Salette Tavares recorda as suas aulas, que marcaram milhares de alunos para toda a vida. A pequenez e a fragilidade física deste homem contrastavam com a vastidão e a solidez dos seus conhecimentos filosóficos, culturais, históricos, teológicos, antropológicos, sociológicos, no fundo, com o seu saber interdisciplinar de abrangência universalizante. “E o que eu gostaria de ter feito, para hoje, seria mostrar como um mínimo de figura é tão grande que consegue arrebatat multidões, como acontecia naquela universidade, onde eu conheci alunos que diziam: *somos mil na aula e todos estão suspensos dele*. Eu conheci pessoas que não se interes-

<sup>5</sup> Cf. Hermínio Rico e José Eduardo Franco (coords.), *Fé, ciência e cultura: Brotéria 100 anos*, Prefácio de Eduardo Lourenço, Lisboa, Gradiva, 2003.



savam nada do ponto de vista religioso, mas que ficaram fascinadas por aquele mínimo de voz que tinha peso”.<sup>6</sup>

Manuel Antunes, que se transformou, na memória dos que conviveram com ele, numa espécie de Mito do Pedagogo – na arte de transmissão do saber universal por excelência –, teve uma acção importante na transição conturbada e profundamente incerta do regime ditatorial para o regime democrático, nos meados da década de 70. Esta acção discreta, mas empenhada, verificou-se junto dos alunos e professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; e, ao mesmo tempo, junto de outros intelectuais e políticos, tendo sido conselheiro da Presidência da República e convidado para Ministro da Educação. Enquanto professor da Faculdade de Letras, Manuel Antunes fez parte dos corpos directivos desta Faculdade nos tempos conturbados do pós-25 de Abril. Nesta fase complexa, a Faculdade de Letras era semelhante a um barril de pólvora prestes a explodir. No espaço universitário, laboratório de experiências políticas e confecções ideológicas, digladiavam-se correntes radicais com muita capacidade de intervenção e manipulação. Registaram-se vários saneamentos de professores e composições e recomposições dos quadros desta Faculdade. A confusão e a balbúrdia grassavam neste período de incerteza e de expectativas contraditórias. Manuel Antunes, não sem grandes tensões, foi dos poucos que conseguiram passar incólumes diante de vários processos persecutórios. Precisamente devido à sua admirada postura de pedagogo, ao seu “humanismo dialogal”<sup>7</sup>, à sua

<sup>6</sup> Salette Tavares, “Homenagem ao Padre Manuel Antunes”, in *op. Cit.*, p. 6.

<sup>7</sup> Filipe Barreto considera ser o *Humanismo Dialogal* a característica mais saliente da acção de Manuel Antunes, a qual define deste modo: “Humanismo dialogal em busca do Universal e do Uno, o mesmo é dizer, ao encontro do Humano. Marcha constante e eterna à procura das raízes que pretendem compreender e respeitar, isto é, alcançar, o segredo de *Ser Homem*, essa *totalização de racional e irracional* (M. A.) Humanismo e diálogo que são o centro de um projecto compreensivo” Luís Filipe Barreto, “Manuel Antunes (1918-1985): um Humanismo Dialogal”, in *Jornal de Letras*, N° 133, 22 a 28 de Janeiro, 95, p. 9.

abertura ao diferente, que fazia dele um construtor de pontes entre pólos por vezes ideologicamente extremados antagonicamente. Um pedagogo que o era para além da secretária do professor na sala de aula. Nesta qualidade de exímio conciliador chegou mesmo a ser apoiado, enquanto membro do Conselho Directivo daquela Faculdade, por um largo número de votantes até de quadrantes que à partida lhe seriam adversos, como foi o caso do apoio recebido da parte do sector ligado ao MRPP. Lindley Cintra, que também fazia parte da direcção da Faculdade, assinala que esse apoio só pode ser entendido no contexto peculiar do ano de 1975: “Tratava-se de um ano em que todos nós andávamos um tanto desorientados pelas muitas e variadas coisas que se passavam em Portugal.”<sup>8</sup>

Neste quadro de transição política e de revolução de mentalidades, Manuel Antunes produziu um conjunto importante de reflexões, dispersas em artigos e em livros, sobre a situação política de Portugal na conjuntura europeia e mundial. Elencou problemas, analisou propostas e projectos reformistas e propôs soluções mas, acima de tudo, apontou caminhos teóricos, hierarquizou valores e sugeriu orientações.

Manuel Antunes soube colher ideias e teses de pensadores que defendiam caminhos prioritários para a transformação de Portugal numa linha de progresso e depois modelar o seu próprio pensamento sobre o tema-problema. Teve precursores como Jaime Cortesão e António Sérgio que defendiam prioritariamente a reforma da educação e/ou da economia como medida propedêutica para levar a cabo a modernização do país.

O essencial daquilo que podemos chamar o seu “pensamento democrático” encontra-se reunido neste livro: *Repensar Portugal*. A diminuta extensão deste livro pode iludir quanto à grandeza e ao valor da síntese da reflexão antuniana sobre o Portugal pós-abrilino. É um livro sagaz e de uma tal lucidez que o torna válido para além do seu contexto epocal. Lindley Cintra e outros inte-

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 20.

lectuais portugueses têm apelado à leitura continuada desta obra, que merece ser revisitada pela sua flagrante actualidade: **“Leiam *Repensar Portugal***. Numa época em que tanta coisa se disse, tanta coisa se escreveu, aquele livro é um livro importantíssimo, eu quase diria é único pela reflexão e pelo espírito que o anima. Não é único por não haver outros, é único pela maneira como as coisas foram pensadas e como ali foram expostas. É preciso ler *Repensar Portugal*. Será uma maneira de agradecer a este homem a quem todos tanto devemos”<sup>9</sup>. A dívida da cultura e da sociedade portuguesas da era da democracia é verdadeira. Não só se deve a este pedagogo jesuíta a formação de várias gerações de homens e mulheres que hoje gerem os destinos do país, ou são os actuais produtores de cultura, ou professores de escolas e universidades, ou ainda quadros de vários sectores de actividade da sociedade portuguesa; como devem o contributo para a sua promoção, através da secção de crítica literária da *Brotéria*, muitos escritores e poetas que ele começou a valorizar, como foi o caso de Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoaes e José Régio, entre outros<sup>10</sup>. Com tudo isto, assumindo o risco de ser acusado de pretender reabilitar e absolver os devaneios e correntes literárias e ideológicas, como foi o caso da corrente modernista, entre outras. Devem ainda outros autores, hoje célebres, com quem ele conviveu e partilhou amizade e o recordam nas suas memórias como um mestre, como António Sérgio, Jorge de Sena e Sophia de Mello Breyner. Devemos-lhe, afinal, todos, pois, no contexto complexo da transição democrática, Manuel Antunes constituiu uma espécie de ponto de moderação e de equilíbrio, através da sua moderação e aconselhamento serenos, através das suas aulas humanizantes e através dos seus escritos,

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>10</sup> Um dos primeiros artigos que Manuel Antunes escreveu na *Brotéria* data de 1940 e trata precisamente da crítica literária e sobre poetas aos quais dedicará muitas análises ao longo de várias décadas em que foi articulista desta revista. Ver Manuel Antunes, “T. de Pascoaes, F. Pessoa, J. Régio, poetas do Sagrado”, in *Brotéria*, 1940.

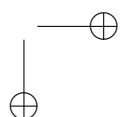
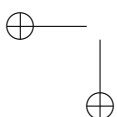


que procuravam mais a compreensão e menos a polémica. Deste modo influenciou no rumo dos acontecimentos, em vista à construção de uma sociedade que aspirasse verdadeiramente à democracia e evitasse as tentações de novos totalitarismos que se desenhavam no horizonte, fossem eles de esquerda ou de direita.

### Um pensador entre outros pensadores

*Repensar Portugal* é o melhor legado deixado por um homem que assume esse papel de conciliador de opostos e moderador de euforias que cegam a razão, papel tão decisivo nos momentos de revolução para evitar que estes derivem em confrontações sangrentas. A reflexão antuniana sobre Portugal, embora seja original, não aparece isolada<sup>11</sup>. Ela ombreia com outros contributos de pensadores notáveis da intelectualidade portuguesa dos séculos XX e XXI. Cumpre-nos aqui lembrar as obras emblemáticas que então foram vindo a lume e que manifestam esta preocupação de questionar a identidade portuguesa, de modo a lançar luz crítica sobre a situação presente, de modo a iluminar caminhos e sentidos para a construção da jovem democracia lusitana. Eduardo Lourenço lançou em 1978 o polémico livro *Labirinto da Saudade*, que denunciava o profundo e traumático “irrealismo” da imagem que os portugueses têm feito da sua própria história, procurando desconstruir essa visão ideal e escarpelizar as razões desta portentosa mistificação do passado, que impede por vezes de apos-

<sup>11</sup> Cf. José Medeiros Ferreira, *História de Portugal, Portugal em transe* (1974-1985). Direcção de José Matoso, Lisboa. 1994, p. 173. Para uma contextualização complementar da problemática do Portugal abrilino ver João Medina, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol. XIV, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.



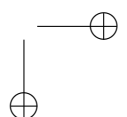
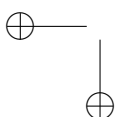


tar no presente e acreditar no futuro<sup>12</sup>. António Quadros e mais ainda Agostinho da Silva, ao lado de outros pensadores da escola da Filosofia Portuguesa, recuperaram a herança cultural do Portugal Imperial e da utopia quinto-imperialista inerente à projecção de Portugal no mundo, redefinindo-a na linha da espiritualidade portuguesa de fundo joaquimista e valorizando o eixo cisatlântico no quadro de reajustamento da sua centralidade geográfica<sup>13</sup>. Recordem-se ainda, entre outros, José Fernandes Fafe e as suas problematizações prospectivas em torno das sequelas da adesão de Portugal à Comunidade Europeia<sup>14</sup>. Ou, mais recentemente, José Gil, que tem feito uma radiografia sagaz da mentalidade portuguesa. Radiografia que em alguns aspectos vai ao encontro daquilo que foram as intuições de Manuel Antunes. Ao perscrutar os “factores microscópicos” que não aparecem nos relatórios e nos inquéritos, mas que explicam em grande medida, enquanto atitude mental, o nosso atraso secular, aponta a inveja, o ressentimento e o queixume como factores que obstruem o progresso. Estes factores estão aquém da burocracia e do clientelismo, mas não são menos importantes enquanto barreiras psicológicas. Diz o autor que o poder psicótico da inveja só pode vingar perante a condição frágil que “constitui a condição geral dos portugueses”: “É o queixume – cuja relação com a inveja é das mais estreitas; enfim, uma última razão parece ser decisiva para dar às invejas um lugar privilegiado na sociedade portuguesa actual: o facto de esta sair de um regime de desvalorização, humilhação e mutilação das forças de vida do indivíduo. Na escala do “pequeno homem”, im-

<sup>12</sup> Cf. Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, D. Quixote, 1978.

<sup>13</sup> Cf. Agostinho da Silva, *Considerações e outros textos*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1988, e António Quadros, *Portugal Razão e Mistério, Projecto Áureo ou Império do Espírito Santo*, 2 vols. Lisboa, 1987.

<sup>14</sup> José Fernandes Fafe, *Está Portugal em vias de deixar de existir?*, Porto, Página a Página, 1994.





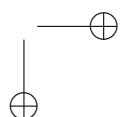
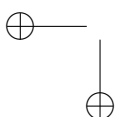
pedidas de se desenvolver e expandir, essas forças voltam-se contra si”.<sup>15</sup>

### O pensamento democrático antuniano

As linhas mestras do pensamento político do Padre Manuel Antunes, um pensamento genuinamente democrático, encontram-se claras e sintetizadas nesta sua proposta de *Repensar Portugal*, exercício tão necessário nos momentos de crise e de incerteza<sup>16</sup>. O autor começa por reconhecer a mudança operada pela Revolução, exultando com ela, olhando-a como uma espécie de Primavera: “De um dia para o outro tudo pareceu novo. Era o fim das palavras largamente proibidas, dos gestos apertadamente contrafeitos, de uma certa mentira institucionalizada, do terror invisível mas presente em toda a parte. Era a possibilidade do termo do isolamento internacional, daquele “orgulhosamente sós” que é a contradição mesma do mundo em que vivemos. Era o suspenso despertar de um pesadelo de anos, cada vez mais denso, cada vez mais escuro. Era o emergir da «apagada e vil tristeza» para um mundo outro, o mundo da esperança na sua dimensão histórica tangível. Era o regresso à pátria comum de tantos que dela tinham sido expulsos porque a amavam de outra maneira, mas dos quais se nos dizia infatigavelmente que a odiavam. A revolução foi a festa. Festa dos cravos de Maio, da confraternização do Povo e das Forças Armadas, do entusiasmo colectivo, de uma certa irmandade não fingida, de uma vasta disponibilidade à abertura de uma por vezes cândida e larga

<sup>15</sup> José Gil, *Portugal hoje. O medo de existir*, Lisboa, Relógio d’ Água, 2005, p. 95 e 91. Ver também o estudo de Miguel Real, *Portugal: Ser e Representação*, Lisboa, Difel, 1998.

<sup>16</sup> Manuel Antunes, *Repensar Portugal*, Lisboa, MULTINOVA, 1979. Este livro resulta da reunião de um conjunto de reflexões publicadas, em forma de artigos na *Brotéria*, desde 1974.





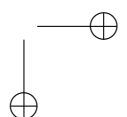
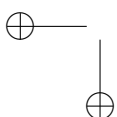
espontaneidade”<sup>17</sup>. Mas é nos momentos das revoluções, e das grandes crises que as antecedem ou precedem, que “um país busca a sua própria identidade”<sup>18</sup> e medita sobre o seu próprio destino, de modo a definir o rumo e os contornos projectivos da construção do futuro. Momentos estimulantes e decisivos para a definição e redefinição da nação portuguesa, lembra este filósofo, foram os marcos das grandes revoluções e mudanças que balizam a de Portugal: os anos de 1385, 1640, 1820, 1910 e 1926. O 25 de Abril inscreve-se nessa genealogia e não poderia deixar de suscitar o repensar da herança e do sentido da existência portuguesa.

Nesta esteira, Manuel Antunes traça aquilo que de melhor tem revelado a originalidade do ser português, situando-o no eixo comparativo das relações com os outros povos. É esta a ideia de Portugal que se extrai da leitura do devir histórico. Faz o recorte de Portugal como um país paradoxal, o país excepção, o país das surpresas, o país que desafia o estranho e o desconhecido, um país que – sendo por natureza periférico no seu continente – aspira a ser centro, um país incompreendido pelos outros e por si próprio, por isso, de certo modo, um país atormentado pela sua própria incompreensão e insatisfação, um país caseiro, que gosta de intimidade mas que aspira à universalidade. Nas palavras mesmas do autor: “um país paradoxo vivo dos mais estranhos que a memória dos homens conhece”<sup>19</sup>. Tem sido um país excepção na sua surpreendente epopeia dos Descobrimentos Marítimos do tempo do humanismo. Excepção que, na sua pequenez, conseguiu «salgar obra» tão grande como a nação brasileira, a difusão e a afirmação de uma língua ao patamar das mais faladas no mundo. A dimensão da sua literatura não deixa também de surpreender, neste país de reduzida porção territorial e populacional, e mais ainda surpreende a porção de indivíduos qualificados culturalmente. A revolução dos cravos

<sup>17</sup> Manuel Antunes, *Repensar Portugal*, Lisboa, MULTINOVA, 1979.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>19</sup> *Ibidem*.



constituiu, no quadro da Europa e do mundo do seu tempo, uma nova excepção que merece ser assinalada. Uma revolução de esquerda feita pelo exército, que normalmente costuma fazer golpes de Estado orientados por móveis ideológicos de direita. Mas ainda mais surpreendente foi o carácter, em grande medida pacífico, do processo revolucionário promovido pelas Forças Armadas: “Sem derramamento de sangue desmantelaram todas as organizações do poder e da coação em que esse regime se apoiava, instauraram um dos mais amplos climas de liberdade a que pode aspirar o Estado Moderno, amnistiaram presos políticos mesmo que os seus “crimes” tenham tido aspectos de delitos comuns, fizeram voltar do exílio membros de partidos há longos anos proscritos, ofereceram a milhares e milhares de refractores e desertores a possibilidade de integração nas tarefas comuns, inauguraram processos e modos no sentido de porem termo às guerras que eles há mais de treze anos aguentam e nas quais, se não têm sido vencedores, também, em rigor, não têm sido vencidos”<sup>20</sup>.

O pensador tem todavia a aguda consciência de que este povo, que nos grandes momentos da sua história é capaz de uma invulgar originalidade e de agir com a marca da excepção, capaz de suscitar a admiração dos outros povos, é um povo que nos longos anos da normalidade histórica, acaba por esmorecer, por viver uma existência morna e deixar-se possuir por uma espécie de adormecimento que o faz perder a vanguarda e cair no olvido da história universal. Manuel Antunes tanto contribuiu e tanto almejou que a originalidade dessa revolução fizesse brotar uma democracia pacífica e de sucesso! Depois da euforia revolucionária, havia que tomar medidas para que o país não perdesse a oportunidade de utilizar bem a dádiva da democracia, que de repente recebeu nas mãos. Manuel Antunes, antes de apresentar as linhas teóricas e propor medidas pragmáticas, procurou traçar a fisionomia psicológica do povo por-

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 19.





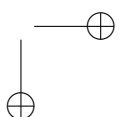
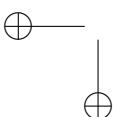
tuguês, como tantos antes dele tentaram fazer, como foi o caso de Oliveira Martins, António Sérgio e António Sardinha.

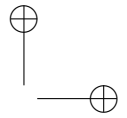
Eis o retrato do nosso povo que é ao mesmo tempo um diagnóstico, uma espécie de avaliação profilática, preliminar à aplicação de soluções que poderão conhecer o insucesso se não tiverem em conta o perfil do destinatário: “Povo místico mas pouco metafísico, povo lírico mas pouco gregário, povo activo mas pouco organizado, povo empírico mas pouco pragmático, povo de surpresas mas que suporta mal as continuidades, principalmente quando duras, povo tradicional mas extraordinariamente poroso às influências alheias, povo convivente mas facilmente segregável por artes de quem o conduz, é a partir de um povo assim que se torna imperioso iniciar a nova marcha que os acontecimentos do 25 de Abril vieram inaugurar numa das horas mais graves da história de Portugal”<sup>21</sup>.

Fazendo eco da expressão pessoana “É a hora”, Manuel Antunes adverte que a hora lírica deveria passar. Importa agora que esta seja sucedida pela acção, no entanto, uma acção temperada pela reflexão ponderosa, partindo de uma visão realista “do país que temos, do país que somos”<sup>22</sup>. Os desafios para a Democracia Portuguesa propostos por Manuel Antunes assentam naquilo a que podemos chamar um *realismo utópico*, isto é, soluções exigentes e transformadoras da mentalidade e das estruturas, que não escamoteiam a realidade, mas que também não dispensam o fermento mobilizador da utopia. O pensamento de Manuel Antunes pode ser caracterizado no seu todo como um *pensamento paradigmático*. As suas análises e propostas, em torno de reformas sociais, educativas, políticas e até religiosas, remetem sempre para a preocupação de definir os paradigmas, os modelos fundamentais que devem presidir aos universos de intervenção que se pretendem reformar ou fazer evoluir. Esta demanda pensante de redefinição não pode ser desligada dos próprios conceitos de transição e de mu-

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

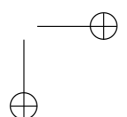
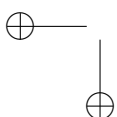




dança que este intelectual experimentou. No plano religioso, experimentou a extraordinária mudança que representou o Concílio Vaticano II. No plano educativo, experimentou sucessivas reformas, nomeadamente a de Veiga Simão no início dos anos 70, para a qual contribuiu com diversos artigos e à qual dedicou um número especial da *Brotéria*. Os tempos de grandes mudanças e de crise exigem precisamente o repensar dos velhos paradigmas, de forma que se possam operar transformações consistentes. Assim sendo, a pedra angular do projecto democrático deve ser a definição do modelo de sociedade que se deseja, para sobre ele edificar um sistema, um regime, um *corpus* legal, um mecanismo que regule a vida em liberdade. O sonho antuniano de uma sociedade democrática implica a rejeição das “experiências passadas e falhadas”, dos modelos sociais do “liberalismo atomista”: “Uma sociedade que enterre de uma vez para sempre os monstros inumanos de um passado mais ou menos próximo ou mais ou menos remoto”<sup>23</sup>. Exige ainda que não se caia na tentação da maximização do lucro e da sacralização do poder. Uma sociedade marcada e manifestada pelo seu fundamento ontológico e transformada por uma revolução ontológica axial: “em que a liturgia do ser elimine, vá eliminando, a liturgia do parecer em que a sociedade portuguesa, ao longo dos séculos, tão fecunda e faustosa tem sido”<sup>24</sup>. Uma sociedade em que o Estado, que a estrutura e a organiza, esteja ao serviço da comunidade e de cada cidadão, em vez de estar ao serviço de si próprio e das elites que o compõem e o perenizam. Uma sociedade marcada pelo imperativo do humano, do respeito pela dignidade de cada um dos seus membros. Uma sociedade que saiba aliar a inovação com a tradição, modernização com equilíbrio ecológico e respeito pela estética da paisagem, incremento da tecnologia com o respeito pela originalidade e individualidade de cada homem, sem cair na tentação de robotizar ou *serializar*. Uma so-

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 12.





cidade plural em que o conflito dê lugar ao debate sério, em que a uniformização dê lugar ao respeito pela diferença e pelo acolhimento sereno do outro. Uma sociedade em que a mentira, definida pela propaganda e pela demagogia, seja substituída pela verdade das intenções e das acções. Para que esta utopia se construa o autor considera que é preciso criar uma mentalidade imune a certos mitos que têm traumatizado a história portuguesa: o messianismo secularizador que se tem apresentado “como substituto fácil da fé na transcendência e em que esta não possa cobrir com o seu manto protector um mundo de superstição ou de interesses bem mesquinhos”<sup>25</sup>. E além disso urge estar prevenidos para outros mitos subsidiários que têm paralisado o progresso português de uma forma sustentada: “O mito do messianismo de classe”; “O mito da crença no progresso indefinidamente linear da humanidade”; “O mito do imperativo absoluto da revolução tecnocientífica”; “O mito da necessidade de um Estado onnipotente e onnipresente”<sup>26</sup>.

Esta sociedade portuguesa, para se renovar, precisa de deixar de olhar saudosa para o passado, de maneira que “o saber, o saber-fazer e o saber-viver se conjuguem no modo do presente a abrir para o futuro”<sup>27</sup>.

Esse caminho só pode ser percorrido por Portugal com uma forte dose de utopia, com um forte horizonte onírico exigente e mobilizador, pois sem esses mínimos de utopia “será muito difícil – ou talvez impossível – culturalizar a sociedade e socializar a cultura”<sup>28</sup>. Mas ao mesmo tempo com um sentido forte de realismo, traduzido em empenhamento e esforço concretos, pois “a democracia é preciso merecê-la”<sup>29</sup>.

A preocupação maior de Manuel Antunes era que o modelo de desenvolvimento fosse um modelo de humanismo integral. Ou

---

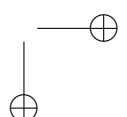
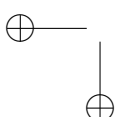
<sup>25</sup> *Ibidem* p. 13.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 28.



seja, um progresso que promovesse o homem na totalidade das suas faculdades e aspirações profundas. Temia, por isso, um desenvolvimento parcelar que desenvolvesse exageradamente certas dimensões e subdesenvolvesse outras, tornando assim o crescimento humano deficiente. Para evitar tais enviesamentos defendia a prossecução de um desenvolvimento assente nos mais altos valores humanos em todas as fases etárias. Assim sendo, o modelo de sociedade que concebia deveria ter o homem por centro e nele a política, a cultura, a economia e todos os sectores vivos do existir social deveriam estar vinculados e iluminados pela ética. Para alcançar a realização desta “utopia social” aponta quatro grandes caminhos que deverão ser percorridos e vividos: “o conhecimento político, a capacidade de agir política, convicções básicas e carácter, principalmente carácter”<sup>30</sup>. Por isso advoga que, para que o projecto democrático tivesse sustentabilidade e solidez a longo prazo, a revolução política, económica e social acontecida em 1974 deveria ser completada com uma revolução moral: **“Procedeu-se a uma revolução política. Procedeu-se a uma revolução económica e social. Procedeu-se até certo ponto a uma revolução cultural. E a revolução moral? Sem ela as outras revoluções correm o risco de não passarem de perversões. Sem ela, uma corrupção sucede fatalmente a outra corrupção ou, talvez pior, a antiga perpetua-se. Sem ela «a exploração do homem pelo homem» muda apenas de campo”**<sup>31</sup>. Os grandes eixos axiológicos dessa revolução moral são a realização da justiça e a adopção de uma cultura de solidariedade pela vivência sábia da liberdade, que não a libertinagem ou a anarquia; assim como o cultivo dos valores da honestidade e da transparência verdadeira, de modo a criar confiança nas instituições e dar crédito ao Estado. Mas ao mesmo tempo não descarta o autor a importância do realismo na realização desta revolução: “Uma revolução moral que seja no en-

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 45.

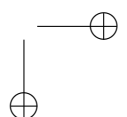
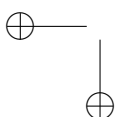


tanto realista, renovando as instituições existentes – e não apenas mudando-lhes os nomes – e criando outras que se imponham. Uma revolução moral que tenha a coragem de afirmar na prática, dentro da sensatez e dentro do equilíbrio, a norma teórica da coactividade do Direito. Uma revolução moral que estabeleça o primado da produtividade sobre a propriedade – estatal ou outra –, da cultura sobre a economia, do ser sobre o ter, da comunidade sobre a sociedade”<sup>32</sup>.

Do ponto de vista pragmático, Manuel Antunes defende que os programas políticos devem ter como prioridades incontornáveis a correcção das assimetrias materiais e culturais do país, nomeadamente o desigual dualismo, cada vez mais desmesurado, entre o litoral e o interior, entre o Continente e as Regiões insulares, entre os pólos urbanos e os pólos rurais, de modo a superar a tendência para a criação de regiões muito desenvolvidas e outras carentes de infraestruturas que possibilitem um real progresso. No que respeita à praxeologia política defende a importância de combater os chamados vícios-avatars, que atacam e perigam corroer qualquer sistema democrático, como já aconteceu num passado não muito longínquo, desde o liberalismo. Quatro grandes objectivos estruturais de acção são propostos, como imperativos programáticos a realizar para dismantelar os vícios a eles inerentes: desburocratizar, desideologizar, desclientelizar, descentralizar<sup>33</sup>. **Desburocratizar** implica antes de mais simplificar os desdobramentos e complicações burocráticas, que lentificam e atrofiam a celeridade dos procedimentos para o fomento das estruturas que desenvolvam o país. **Desideologizar** enquanto atitude de recusa do fanatismo ideológico, e não como forma de propugnar o fim das ideologias. **Desclientelizar** significa inibir a tentação dos movimentos partidários para a criação de círculos clientelares que parasitam o poder e o Estado, instaurando sistemas de corrupção e injustiça. E

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>33</sup> *Ibidem*.



**descentralizar** significa antes de mais a partilha do poder, contra a tentação de centralismo avassalador que impede as comunidades locais de terem parte nas decisões para a resolução dos seus problemas<sup>34</sup>. Aquém de tudo isto está o plano cultural e mental, que precisa necessariamente de uma séria transformação. Urge que se opere uma verdadeira palingenesia através de uma nova educação, capaz de “aprender a conjugar o realismo político e a esperança”, pois “é necessário saber trocar a aventura mercantil pela aventura do espírito”, capaz de prevenir os “sebastianismos endógenos” e os “imitacionismos exógenos”<sup>35</sup>, isto é, capaz de dar a Portugal um caminho próprio, natural, que permita a assunção plena da sua identidade e do seu modo de estar e de viver no mundo. Só por este desejo interior de renovação, de palingenesia, de mudança de mentalidade se tornará possível “retomar a história do nosso País, só assim será possível a re-invenção de Portugal por Portugal, a recriação de Portugal por Portugal. Através da democracia como espaço de liberdade e da comunidade, da subjectividade e da legalidade. Da consensualidade e da soberania popular”<sup>36</sup>. Para tal urge que de facto “o presente seja pátria dos lúcidos”, como desejava Manuel Antunes, e que cada cidadão saiba interiorizar realmente a democracia e não apenas dizer que é democrata ou quer a democracia. Mais do que um analista ou comentador político, Manuel Antunes foi, como lhe chamou Raul Proença, um pedagogo ou, como apelidou Manuel Ferreira Patrício, um antropólogo. Afinal, como bem conclui António Reis, trata-se de um “sábio que reflecte sobre as coisas da política, inclusivamente sobre o nosso quotidiano, mas deste ponto de vista altíssimo que é aquele que tem a visão do conjunto, a grande visão dos princípios e a visão de toda uma ética que deve informar as actividades políticas”<sup>37</sup>.

<sup>34</sup> Ver a análise de António Reis, “Homenagem ao Padre Manuel Antunes”, in *Reflexão Cristã. op. Cit.* p. 43.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 63.

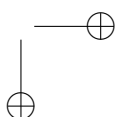
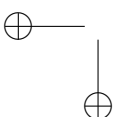
<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>37</sup> António Reis, “Homenagem ao Padre Manuel Antunes”, in *Reflexão Cristã*,



*op. Cit.* p. 44. Ver também outros testemunhos de A.L. Sousa Franco, de J. David Pinto Correia, de Maria Ivone de Ornellas de Andrade e de Maria Lúcia Marques sobre “Padre Manuel Antunes – 4 memórias”, in *ICALP – Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, Março, Nº 1 de 1985, pp. 62-75.

[www.clepul.eu](http://www.clepul.eu)



## CRONOBIOGRAFIA

PADRE MANUEL ANTUNES, sj  
**Marcos de uma vida intensa**

- 1918 – Nasce a 3 de Novembro na Sertã (Beira Baixa).
- 1931 – Depois de ter concluído de forma brilhante a escola primária na sua terra natal, ingressa na Escola Apostólica (Seminário Menor) da Companhia de Jesus, primeiro no Seminário da Costa em Guimarães (1931-35) e depois em Maceira de Cambra (1935-36).
- 1936 – Com 18 anos de idade entra no Noviciado da Companhia de Jesus, sediado no Convento de Alpendurada, Entre-os-Rios (Marco de Canavezes).
- 1940 – Conclui o 1.º Ano do Juniorado (Humanidades) no antigo Convento da Costa, em Guimarães, e o 2.º Ano do Juniorado (Ciências) em Braga.
- 1943 – Licencia-se em Filosofia no Instituto Beato Miguel de Carvalho, actual Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica. Neste Instituto Superior foi co-fundador da *Academia de São Tomás*.
- 1943/46 – Faz a sua primeira experiência docente cumprindo três anos de magistério, na qualidade de professor de Retórica Latina e Língua Grega, Língua e Literatura Gregas, Retórica e Humanidades Latinas, dos estudantes da Companhia que frequentavam o chamado Curso Superior de Letras, após o Noviciado, no Seminário da Costa em Guimarães. Ao mesmo tempo ficou responsável pela redacção da crónica da casa.



- 1946 – Ingressa na Faculdade de Teologia de Granada, dirigida pela Companhia de Jesus.
- 1949 – Recebe a ordenação sacerdotal em Granada no dia 15 de Julho, conferida por D. Rafael Alvarez Lara, Bispo de Guadix.
- 1950 – Conclui a primeira fase da sua formação teológica com distinção e louvor, na Faculdade de Teologia de Granada.
- 1951 – Completa o ciclo da sua formação teológica e espiritual em Namur (Bélgica), cumprindo o ano da chamada Terceira Provação.
- 1951/55 – Ensina, na Escola Apostólica e no Noviciado da Companhia de Jesus, instalados em Soutelo, as disciplinas de Literatura e Retórica Latinas, Gramática Grega, Composição Literária, Literatura Portuguesa e Língua Latina. Exerceu também as funções de Bibliotecário, Director Espiritual e Director da Congregação Mariana para Homens de Viana do Castelo.
- 1954 – A 21 de Fevereiro faz profissão solene dos 4 votos na Ordem de Santo Inácio.
- 1955/56 – Fixa residência na Casa dos Escritores da Companhia de Jesus, sede da Revista Brotéria. Começa a exercer as funções de redactor desta revista, para a qual colaborava desde 1940, nomeadamente nas secções de Crítica Literária e de Cultura. Ensina Teologia no Curso Superior de Religião para Religiosas.
- 1957 – É convidado pelo Professor Vitorino Nemésio para exercer as funções de Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde começou a ensinar uma cadeira trans-

versal aos vários cursos de Letras, chamada História da Cultura Clássica.

1959/60 – Ensina a cadeira de História da Filosofia Antiga na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1960 – Publica *Ao encontro da palavra: Ensaios de Crítica Literária* pela Liv. Morais e *Do Espírito e do tempo* pela editora Ática.

1964-67 – Exerce as funções de Superior da Casa de Escritores dos Jesuítas.

1965 – É nomeado Director da revista *Brotéria*. Participa como delegado na 31ª Congregação Geral da Companhia de Jesus realizada em Roma, na qual foi eleito o Superior Geral Pedro Arrupe. Assume a leccionação da cadeira de História da Civilização Romana na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

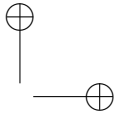
1967/67 – Regeu também, em paralelo, os cursos de História da Filosofia Clássica no Instituto Superior Católico.

1965/75 – Exerceu funções de Consultor no governo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus.

1967 – Publica pelas Edições Brotéria a separata *Função da teologia no mundo de hoje* e é eleito sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

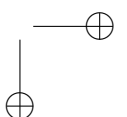
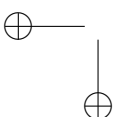
1970 – Participa como delegado na Congregação de Procuradores da sua ordem.

1972 – Edita *Indicadores de civilização* pela Editora Verbo, Educação e sociedade pela editora Sampedro e *Grandes derivas da história contemporânea* pelas Edições Brotéria.



- 1972/74 – Conselheiro do Grupo de Planeamento Cultural do Ministério da Educação Nacional.
- 1972/75 – Interrompe o seu mandato como director da Revista Brotéria.
- 1973 – Na editorial Verbo publica *Grandes contemporâneos*.
- 1974 – Participa, na qualidade de Delegado da Província Lusitana, da 32ª Congregação Geral da Companhia de Jesus realizada em Roma.
- 1979 – Publica *Repensar Portugal* na Editora Multinova.
- 1980 – Edita pela *Multinova Occasionalia*. *Homens e ideias de ontem e de hoje*.
- 1981 – Recebe o grau de Doutor *Honoris Causa* das mãos do Reitor da Universidade de Lisboa.
- 1983 – É condecorado com as insígnias de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada pelo Presidente da República, o general Ramalho Eanes.
- 1985 – Morre a 18 de Janeiro no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

*José Eduardo Franco*





## REPENSAR PORTUGAL – Nota de Abertura

Reúne este pequeno volume um certo número de ensaios escritos ao longo dos últimos cinco anos<sup>38</sup> e subordinados a temas que se prendem com o passado, o presente e o futuro do nosso país. O título geral, o do primeiro ensaio, é extensivo a todo o conjunto, redigido e publicado logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, na revista “Brotéria”. Outros temas deveria ele incluir – nomeadamente o relativo à cultura – que o não puderam ser por diversos motivos que não é agora o momento de explicitar. Noutra altura o serão ou, pelo menos, é intenção do autor que o venham a ser.

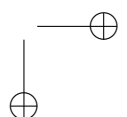
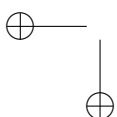
Ensaaios de reflexão e de prospecção. De reflexão, não de repetição, mais ou menos mecânica, de quaisquer palavras de ordem. De prospecção daquilo que pode ou deve ser, sem pretensões de futurização de uma sociedade e de um mundo que escapam a outros, muito mais sagazes e melhor equipados do que simples ensaísta, a quem só assistem a consciência de estar atento e o hábito – profissional – da confrontação histórica, particularmente no domínio das ideias.

\* \* \*

Ao longo dos últimos cinco anos, as instituições certamente melhoraram mas é extremamente duvidoso que a qualidade de vida tenha melhorado à proporção. Muitas mudanças se operaram na sociedade portuguesa porém a mudança da sociedade portuguesa ou foi escassa ou nem sempre o foi para melhor. Além das carências antigas nos terrenos da habitação, da saúde, da educação e da cultura, outras vieram somar-se agravando a fragilidade de um sistema social que, já de si, não era forte. Às inseguranças de um mundo incerto do seu destino outras vieram juntar-se chegando a pôr-se em causa a própria identidade pátria. Às frustrações, traumas, ódios,

---

<sup>38</sup> Entre 1974 e 1979.





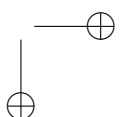
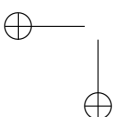
divisões e enfrentamentos existentes outros vieram substituir-se não menos gritantes nem menos violentos.

Como e porquê aconteceu assim? Eis aí perguntas que requeriam como resposta adequada duas condições aqui e agora irrealizáveis: o distanciamento no tempo e um conhecimento documental de tal ordem que eliminasse o domínio do simples palpite, a procura fácil do bode expiatório e a linearidade de um processo histórico que, ao contrário, parece ter sido terrivelmente complexo e difícil e onde o analista pode suspeitar, com fundamento, ter havido de tudo: lealdade para com a Pátria e a mais alta traição para com ela e para com os povos de que ela era, ainda ao tempo, responsável; dedicação até à doação da própria vida e a mais negra das cobardias; ingenuidade e uma perspicácia admiravelmente lúcida do que iria suceder; oportunismo dos mais descarados e fidelidade até às raízes mais fundas; integridade “à antiga portuguesa” e venalidade das mais banais ou das mais sofisticadas; sentido dos destinos da comunidade nacional e negativismo dos mais extremos para que outro modelo, um modelo completamente outro – pudesse enxertar-se na velha árvore de mais de oito séculos.

\* \* \*

Nos últimos cinco anos, houve em Portugal idealismo a mais e realismo a menos; houve fantasia a mais e pensamento a menos; houve anarquia a mais e estrutura a menos; houve infantilismo a mais e maturidade a menos (apesar dos oito séculos e meio de história pátria e apesar de vivermos numa idade que a si mesmo se proclama de “adulta”). Pretendeu-se eliminar, na boa fé de alguns ou nos desígnios calculistas de outros, a necessidade e a urgência daquela reforma das mentalidades, daquela mutação de valores, daquela revolução dos costumes e das instituições, de tudo aquilo, numa palavra, que constitui o viver de um povo na sua mentalidade, na sua história, na sua cultura.

Não se começou pelo mais importante e nem sequer se atendeu, como cumpria, ao mais importante. Faltou ou adiou-se em excesso

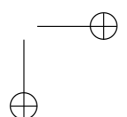
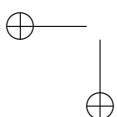




uma autêntica pedagogia de mudança, da necessidade e da consciência da mudança. Porque não havia pedagogos ou porque aqueles que havia não eram escutados no enorme vozerio dos primeiros anos? Pelas duas razões foi. Em tentativas desastradas pretendeu-se ir ao povo para o endoutrinar, o domesticar, o tornar obediente a novos (velhos) príncipes e a novos (velhos) princípios. Não se procurou partir indutivamente do mesmo povo; da sua experiência de muitos séculos, das suas raízes e das suas vivências quotidianas para as erguer a outro espaço, a outro nível, a outra vida. Faltou paciência para obedecer à História, como Hegel sabiamente preceitua, e faltou clarividência para a saber transformar, a ir sabendo transformar numa coisa diferente, para tanto criando um horizonte rasgado.

São essas duas virtudes – a paciência e a clarividência – o grande repto lançado à presente geração nos diversos domínios em que se realiza a existência comunitária. São essas duas virtudes o magnífico par de asas que fará reerguer o voo do gesto inicial de uma certa manhã de Abril de há cinco anos atrás. O que não se fez então, porque não fazê-lo agora? Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar certos desígnios que a própria história indica e que estão inscritos no seu cerne se até ele se conseguir chegar...

Atrevo-me a dizer provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de reformados da vida mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida; não de ideólogos mas de contemplativos (de contemplativos na acção, entenda-se); não de representantes do particular, do campanário da própria aldeia (partido, seita, grémio, clube) mas do vasto mundo, literalmente do universal. Só eles poderão depois, com conhecimento de causa e sentimento pela causa, ver o concreto, analisar o concreto, assumir o concreto no sentido de o transformar. O Portugal



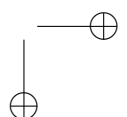
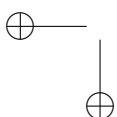


de 1979 tem necessidade, pelo menos tanto como de pão para a boca, de passar da heteronomia à autonomia, do individual ao comunitário, da inconsciência mais ou menos colectiva à consciência o mais crítica e universalmente generalizada. Se isso é função de todos, é-o, muito em particular dos chamados “homens de cultura”. É a eles, sobretudo, que compete perguntar e ao menos tentar responder a estas questões de base: Quem éramos nós? Em que realidade colectiva nos transformámos? Onde estávamos? Aonde regressámos? Para onde caminhamos? De onde nos virá no concreto a libertação? Que meios utilizaremos para a tornarmos efectiva, quer dizer adaptada à comunidade que fomos e, sobretudo, à comunidade que somos?

\* \* \*

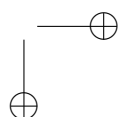
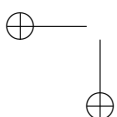
Que espécie de sociedade desejamos? Que espécie de sociedade deseja o povo português? Ouso interpretar. De resto é essa uma das funções, senão a principal função do intelectual na cidade. Para além, claro, da missão de defender o seu próprio ideal e as suas próprias opiniões, mesmo quando esse ideal e essas opiniões não vão ao sabor dos senhores da hora. O intelectual não deve ter medo de ser ou parecer diferente dos outros, de querer escapar ao nivelamento universal em que, por via de regra, esses mesmos senhores pretendem razoirar os que, de uma certa forma, lhes estão sujeitos. Por isso, como avança Oskar Morgenstern, os governos fazem mal em só prestarem atenção aos dados sociais, económicos e técnicos dos mundos que administram. Deviam também consultar os artistas pela sua “extraordinária presciência” do que se passa ou vai passar na profundidade desses mesmos mundos.

De novo, portanto. Que espécie de sociedade desejamos? Que espécie de sociedade deseja o povo português? Uma sociedade em que estejam definitivamente para trás de nós o liberalismo atomista e o colectivismo totalitarista. Uma sociedade que enterre de uma vez para sempre os monstros inumanos de um passado mais ou

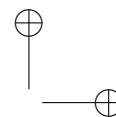
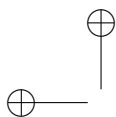




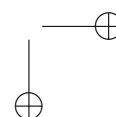
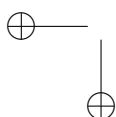
menos próximo ou mais ou menos remoto. Uma sociedade em que não se maximize o lucro nem se sacralize o poder. Uma sociedade em que o Estado, em vez de fim em si mesmo e de fim dos grupos que o compõem, se encontre, de verdade, ao serviço da comunidade das pessoas que o excedem em toda a linha. Uma sociedade em que o homem não seja um simples número da série ou uma peça da engrenagem cibernética em que ela se tenha convertido. Uma sociedade em que a liturgia do ser elimine, vá eliminando, a liturgia do parecer em que a sociedade portuguesa, ao longo dos séculos, tão fecunda e faustosa tem sido. Uma sociedade consciente da humanidade de todos os homens, em geral, e da unicidade de cada homem, em particular. Uma sociedade que, indutivamente, vá descobrindo o seu antigo – e novo – modo de existir, o seu antigo – e novo – modo de ser e estar no mundo, em vez de se entregar de mãos e pés a todos os falsos moderadores ou a “engenheiros das almas” de duvidosa proveniência. Uma sociedade em que a violência institucionalizada vá sendo progressivamente esbatida e em que o poder seja realmente exercido *pele* povo e não *sobre* o povo. Uma sociedade em que a tradição e a inovação saibam dar-se as mãos na e para a efectividade de um destino comum, que pode alterar-se mas não renegar-se. Uma sociedade que saiba unir-se em torno do projecto das quatro grandes modernizações necessárias: a modernização (sensatamente ecológica) da agricultura; a modernização da ciência e da tecnologia, tendo em conta o potencial criativo nacional; a modernização da economia, a partir, basicamente, dos recursos próprios tantas vezes não ou mal aproveitados; a modernização da educação e da cultura a comandar todas as demais. Uma sociedade em que o enfrentamento seja substituído pela confrontação, a competição dê o lugar principal à competência e a solidariedade vá, gradualmente, assumindo a categoria da igualdade na alteridade. Uma sociedade onde exista o direito à diferença sem, por isso mesmo, constituir um insulto aos pobres, aos humildes, aos deixados por conta de todos e de ninguém. Uma sociedade ver-

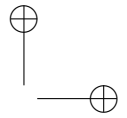






dadeiramente pluralista, em que o regime ideológico seja reduzido ao mínimo e em que a perseguição por motivos de raça, de crença, de filosofia ou até de ciência deixe de ser possível; em que o nacionalismo, alibi de tantas perturbações, não se erga como bandeira de todas as nobrezas e em que os fármacos imunizadores contra os mais diversos e contrários “ismos” sejam de fácil acesso, evitando-se assim o império do discurso ideológico, o poder de afirmar os contrários impunemente e sem riscos de desmoronamento próprio. Uma sociedade em que o espectro da mentira generalizada pela propaganda, da mentira que gera a mentira, por omissão ou comissão, se encontre afastado para o mundo das trevas exteriores. Uma sociedade em que os messianismos secularizados não se apresentem como substituto fácil da fé na transcendência e em que esta não possa cobrir com o seu manto protector um mundo de superstição ou de interesses bem mesquinhos. Uma sociedade em que a ideologia, ou, sequer, o real conhecimento não se subordinem à experiência vivida. Uma sociedade que, através da sua cultura, possa dar origem a um “novo espírito científico”. Uma sociedade que fuja à “unidimensionalidade” quantitativa e à demagogia oca, tanto como à tirania, sob qualquer das suas formas, e à sua fonte frequente, a anarquia. Uma sociedade em que os símbolos sejam vivos, os pensamentos críticos e criadores, e o sentido do humano – singular e comunitário – a regra. Uma sociedade em que o “por” domine o “contra” e a promoção do outro predomine largamente sobre a inveja, o amesquinamento e a demolição do *alter* que deve ser visto antes como *socius*, como companheiro de trabalhos e de viagens, sobretudo da viagem, de alegrias e de tristezas, de angústias e de cuidados, de progressos e de possíveis regressos. Uma sociedade em que o saber, o saber-fazer e o saberviver se conjuguem no modo do presente a abrir para o modo do futuro. Uma sociedade de autêntico desenvolvimento do “homem todo e de todo o homem”, que não mera associação contratual para um simples crescimento. Uma sociedade em que os *mass media* não



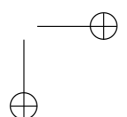
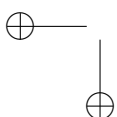


gastem os recursos de todos a defender modelos culturais estranhos: o do êxito material como norma; o da mulher-objecto como parte; o do consumo pelo consumo como princípio dos princípios. Uma sociedade em que a força motora do progresso seja a fidelidade criadora – ou recriadora – aos melhores valores do passado: o sentido da honra e da descoberta, o amor ao torrão natal e a paixão da aventura, a procura épica do universal e o lirismo da acção concreta, a orientação para a transcendência e o humanismo dos limites, entre outros. Uma sociedade que não consinta sacrificar, em excesso, a certos mitos da hora: o mito do messianismo de classe, o mito da crença no progresso indefinidamente linear da Humanidade; o mito do imperativo absoluto da revolução tecno-científica; o mito da necessidade de um Estado onnipotente e omnipresente, sobretudo. Uma sociedade que promova a socialização política desde cedo, desde a infância, de forma a que, na idade adulta, o homem português possa realizar, conaturalmente realizar, a definição de “animal político”, na liberdade, na sagesa, na responsabilidade e na solidariedade. Uma sociedade em que o capital-esperança não corra o risco de ser desperdiçado como tantas vezes na nossa história, particularmente nos últimos anos. Uma sociedade que não dê azo a que, com tanta frequência como hoje, a memória, o amor e a morte se vão tornando sinónimos do absurdo da existência. Uma sociedade em que a política não se encontre desvinculada da ética nem a ética se encontre desvinculada da política. Uma sociedade não cindida escandalosamente em duas: a da miséria e a do consumo. Uma sociedade que compreenda a palavra de R. Burns segundo a qual “a mais poderosa lei da Natureza é a mudança”. Uma sociedade em que sejam percorridas – e vividas – as quatro grandes vias de realidade política: o conhecimento político, a capacidade do agir político, convicções básicas e carácter, principalmente carácter.

\* \* \*

Utopia esta sociedade dos nossos desejos e aspirações? Talvez,

*www.lusosofia.net*



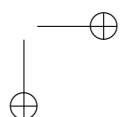
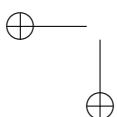


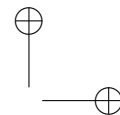
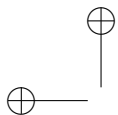
em parte. Mas, sem um mínimo de utopia, as sociedades humanas em geral e a sociedade portuguesa em particular ou caem na greve dos braços caídos ou entram pelo labirinto de todos os maquiavelismos e oportunismos ou, mais gravemente ainda, sentam-se à beirada, esperando, num desespero tranquilo, a própria morte.

Quem recusa essa morte está por isso mesmo condenado a criar – ou tentar criar – novas ideias, novas formas, novos valores, ou, pelo menos a procurar transmitir às gerações futuras, depurando-os das escórias, que o dever histórico sobre eles depositou, os valores teórico e prático, as técnicas e os princípios, as normas e os estilos de vida que a Humanidade criou, foi criando, ao longo dos séculos e dos milénios. Porque, como diz Sartre: “une vie c’est fait avec l’avenir comme les corps avec le vide”.

Sem esse mínimo de utopia será muito difícil – ou talvez impossível – culturalizar a sociedade e socializar a cultura. Colocado no remoto do passado ou colocado no remoto do futuro será esse mínimo de utopia um dos elementos fundamentais – senão o elemento fundamental – capaz de forjar, de imaginar e de criar as configurações determinantes e superdeterminantes do País novo a que o nosso desejo aspira, a nossa razão postula e a nossa vontade comandará.

O outro elemento fundamental será a imitação. A imitação dos outros e, sobretudo, a imitação de nós por nós. “A invenção, escreveu R. Boirel, começa pela imitação”. E Hegel, que se conhecia bem e conhecia a filosofia da história: “O pensamento como a vontade deve começar pela obediência”. E a autêntica tradição consiste em fazer, aqui e agora, aquilo que fariam os melhores dos nossos maiores, se vivos fossem. Por isso Nietzsche tem paradoxalmente razão quando escreve: “É a cultura que dota a consciência de memória, mas essa memória é mais função do futuro que do passado”. E ainda: “A primeira categoria da consciência histórica não é a memória ou a lembrança; é o anúncio, a expecta-

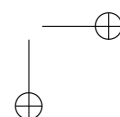
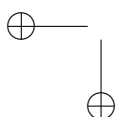


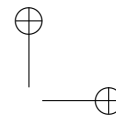
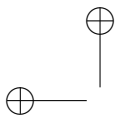


tiva, a promessa”. Para quem redige estas linhas é isso também o que significa “Repensar Portugal”.

Cum spe.

Lisboa, 25 de Abril de 1979





## **REPENSAR PORTUGAL – Texto**

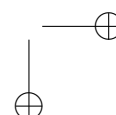
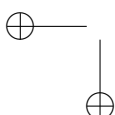
De um dia para o outro tudo pareceu novo. Era o fim das palavras longamente proibidas, dos gestos apertadamente contrafeitos, de uma certa mentira institucionalizada, do terror invisível mas presente em toda a parte. Era a possibilidade do termo do isolamento internacional, daquele “orgulhosamente sós” que é a contradição mesmo do mundo em que vivemos. Era o surpreso despertar de um pesadelo de anos, cada vez mais denso, cada vez mais escuro. Era o emergir da “apagada e vil tristeza” para um mundo outro, o mundo da esperança na sua dimensão histórica tangível. Era o regresso à pátria comum de tantos que dela tinham sido expulsos porque a amavam de outra maneira, mas dos quais se nos dizia, infatigavelmente, que a odiavam.

A revolução foi a festa. Festa dos cravos de Maio, da confraternização do Povo e das Forças Armadas, do entusiasmo colectivo, de uma certa irmandade não fingida, de uma vasta disponibilidade à abertura, de uma, por vezes cândida e larga, espontaneidade.

E, de repente, o País pôs-se a falar. Nestes últimos quinze dias, Portugal tem sido um país que discute, um país que reivindica o possível e o impossível, um país que quer tomar nas mãos o próprio destino, um país que, embora de forma não raro confusa, se esforça por traçar o seu futuro, um país que busca encontrar a própria identidade. Como em 1385, em 1640, em 1820, em 1910, em 1926.

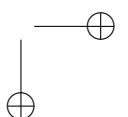
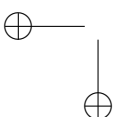
Reencontrar o antigo, por vezes mesmo o mais antigo, para criar algo de novo. É isso mesmo o que define nos seus dois termos opostos uma revolução. A nossa história multissecular de Povo independente é feita de espaços de continuidade e de espaços de ruptura, de períodos de deterioração e de períodos de recuperação, de anos de sonolência e de momentos de crítico despertar, de estados de descrença e de instantes largos de esperança quase tão ampla como o universo e quase tão funda como a do povo teóforo.

Na realidade – sem chauvinismo, sem messianismos e sem iso-





lacionismos de nenhuma espécie – na realidade, trata-se da história de um país que tem sido excepção, de um país que tem desafiado o “normal” das leis societárias na sua dimensão internacional, de um país, por isso mesmo, não muito compreendido nem por estranhos nem por si próprio, de um país, a um tempo, cêntrico e periférico, relativamente ao mundo atlântico e ao mundo europeu, de um país paradoxo vivo dos mais estranhos que a memória dos homens conhece. Excepção a sua própria existência contra a “naturalidade” do sistema geográfico. Excepção a aventura fabulosa dos descobrimentos, quaisquer que tenham sido – e muitas foram, as motivações dessa “loucura colectiva”. Excepção a criação por um país tão pequeno de um mundo tão vasto e tão unido como o Brasil. Excepção a sua literatura, a mais significativa, além da grega, de um povo tão reduzido. Excepção a conservação, até hoje, de um império colonial tão largo, tão complexo, tão diversificado: de facto, e historicamente já, o primeiro e o último império colonial do mundo moderno. Excepção a maneira como há dias realizou a sua revolução política. No século XX, o que é frequente, o que é quase de regra é que o exército faça revoluções de direita, golpes de Estado de direita, pronunciamentos de direita, com o séquito normal de violências, de tribunais expeditivos, de contracções de liberdade, de supressão dos direitos cívicos e humanos por vezes os mais elementares. Aqui, as Forças Armadas, que tinham implantado e longamente apoiado o regime deposto, operam uma revolução sem derramamento de sangue, desmantelam todas as organizações de poder e de coacção em que esse regime se apoiava, instauram um dos mais amplos climas de liberdade a que pode aspirar um Estado moderno, amnistiam presos políticos mesmo que os seus “crimes” tenham tido aspectos de delitos comuns. Fazem voltar do exílio membros de partidos há longos anos proscritos, oferecem a milhares e milhares de refractários e desertores a possibilidade de integração nas tarefas comuns, inauguram processos e modos no sentido de porem termo às guerras africanas



que elas há mais de treze anos aguentam e nas quais, se não têm sido vencedoras, também, em rigor, não têm sido vencidas.

Tudo isto é novo. Ao menos, em boa parte, novo, só tendo paralelo no nosso passado histórico na revolução liberal de 1820, prefácio às Cortes Constituintes do mesmo ano. Seguir-se-á 1823?

Apesar de tudo, apesar da nossa essência e existência constituírem excepção, ciclicamente, uma enorme vontade de imitação do alheio se apodera de nós. Em 1820, quisemos imitar a Espanha; em 1834, quisemos imitar a Inglaterra; em 1910, a França jacobina; em 1926 a Itália fascista e, porventura, também a Turquia de Kemal Ataturk.

E hoje? Povo místico mas pouco metafísico; povo lírico mas pouco gregário; povo activo mas pouco organizado; povo empírico mas pouco pragmático; povo de surpresas mas que suporta mal as continuidades, principalmente quando duras; povo tradicional mas extraordinariamente poroso às influências alheias; povo convivente mas facilmente segregável por artes de quem o conduz ou se propõe conduzi-lo, é com um povo assim, é a partir de um povo assim que se torna imperioso iniciar a nova marcha que os acontecimentos do 25 de Abril vieram inaugurar, numa das horas mais graves da história de Portugal.

A hora lírica está a passar. Começou a suceder-lhe a hora da acção. Importa, é urgente mesmo, que ela seja acompanhada pela hora da reflexão. A história mundial está cheia de revoluções confiscadas porque essa hora falhou, de revoluções traídas porque o activismo a desorbitou, de revoluções frustradas porque o modelo – importado não raro – quebrou de encontro à realidade que pretendia afeiçoar à própria imagem e semelhança.

Sim, é imperioso partir do país que temos, do país que somos. Não de outro, situado na Europa ocidental ou oriental; não de outro, situado na Ásia remota ou nas duas Américas; não de outro, situado na África ou na longínqua Oceânia.

Muitos dos modelos – de revolução, de evolução, de estag-



nação, de coacção – ou estão ultrapassados ou não nos servem. Isso não significa que não possamos receber lições e inspiração de aqui, de além, de acolá. Mas tal, só depois de bem filtrado o produto, de bem passado à fieira da crítica.

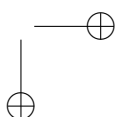
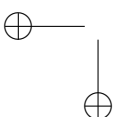
É fácil pôr no papel dezenas e dezenas de partidos políticos. É fácil fazer proclamações ideológicas como se elas contivessem a última e definitiva verdade. É fácil apontar programas, inumeráveis e ideais, mas que não mordem no real, como se fosse possível colocar entre parêntesis alguns dos nossos problemas mais graves: o do Ultramar, o da emigração, o dos múltiplos atrasos que nos afectam nos campos político, social, económico, científico, tecnológico e cultural.

## Repensar o Estado

A anarquia é o átrio da tirania e a tirania é o átrio da anarquia.

Esta lei da dialéctica sócio-política tem-se verificado em Portugal no último meio século. À anarquia dos derradeiros anos da I República sucedeu o movimento militar do 28 de Maio que havia de produzir – devida ou indevidamente – a tirania de quase cinco decénios. Tirania essa que, certamente, teve matizes, temperamentos, momentos de sístole e diástole mas que, no seu conjunto, tirania foi. É ainda prematuro para a julgar com perspectiva histórica. Vive-se ainda a hora das emoções à qual sucederá, cedo ou tarde, a hora das razões. A libertação de um longo cativo e as perspectivas da liberdade concedem-nos já, no entanto, espaço suficiente para uma primeira tomada de pulso ao corpo estatal.

É certo que, durante cinquenta anos se viveu na hipertrofia do Estado. Maciça ou tentacularmente, como força que avança impiedosa ou como o polvo que estende os seus braços com ventosas, Leviatão dominou a existência dos Portugueses. Através dos seus órgãos de repressão e compressão, de coacção e de informação



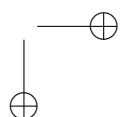
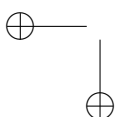




– designadamente a Polícia Política, a Censura, a organização piramidal dos corpos intermédios e os meios de comunicação social – grande parte ou mesmo quase a totalidade da vida nacional estava condicionada e era mesmo determinada pela vontade do Príncipe e pela vontade da oligarquia que o rodeava aproveitando-se de uma situação anacrónica que só a poucos, realmente a poucos, aproveitava em excesso. Por isso o regime se desmoronou em poucas horas como castelo de cartas. Por isso o regime caiu de podre sem ninguém que o defendesse. Por isso, as massas populares com aquele instinto certo que não raro as habita, deram largas, sem desordens, a prodigiosas manifestações de alegria e alívio, de desejos de paz e de concórdia, na justiça, na liberdade, no conhecimento e reconhecimento mútuos, na vontade de construir um futuro melhor para si e para seus filhos. Não termina em geral assim um golpe de Estado. Menos ainda uma revolução que se propõe modificar pela base as relações entre os homens. Mas não insistamos nem nos antecipemos.

Decerto, o famoso artigo 8.º da Constituição de 1933 consignava o essencial dos direitos do homem e do cidadão. Mas, como aconteceu com a Constituição estalineana de 1936, que os consignava igualmente, a regulamentação retirava ou limitava de forma muito drástica o exercício desses direitos. Sem ser tão arbitrária como a “regulamentação” estalineana, diga-se em abono da verdade histórica. Se houve mortes e liquidações injustas, se houve campos de concentração, se houve torturas horrorosas, se houve privações dos direitos mais elementares, nunca as proporções desses atropelos, agravos e injustiças assumiram as proporções de hecatombe que elas tiveram ou estão a ter noutras latitudes.

Mas, como dizíamos, a “regulamentação” dos direitos do homem e do cidadão, que, em boa parte os suprimia, era a regra. Regra aplicada sobretudo pela Polícia Política, um verdadeiro Estado dentro do Estado, a expressão mais cruel da sua violência, da sua arbitrariedade, da sua tirania. O Movimento das Forças Armadas e



o sentimento popular foram certos ao procurarem dismantlar a grande cidadela do terror invisível mas presente um pouco por toda a parte no país, através de uma espantosa rede de denunciante e de agentes, de organizações e de infiltrações, despendendo os dinheiros públicos em tarefas de morte ou de desgaste quando aquilo que estava e está em causa é a vida dos Portugueses, de todos os Portugueses, que não apenas a de alguns – poucos – privilegiados. A Inquisição de tão triste memória na história do País, teve neste nosso século XX a sua encarnação, mais tenebrosa, mais estúpida, mais destruidora e mais obscurantista. É preciso que ela não volte sob qualquer forma e sob qualquer sinal que seja. Organização própria de uma sociedade fechada, a Inquisição, em todos avatares, reais e nominais, deve desaparecer de um Estado verdadeiramente ético e legal, de um Estado fundado sobre o consenso e o pacto, de um Estado que defina, à luz do dia, as regras do jogo político e as faça aplicar pelas instâncias normais da sua defesa.

Foi dismantlada a tirania em todos os seus órgãos centrais, embora ainda não, talvez, em todas as malhas do seu imenso reticulado. Existe agora o perigo contrário, o perigo da anarquia. Também a anarquia é má conselheira. Quando ela realmente se instala, pelo menos no domínio dos factos, há todos os riscos de injustiças flagrantes, de revindictas pessoais, de satisfação das ambições recalçadas, de pretensões delirantes, de liquidações sumárias, de confusões fatais, de julgamentos sem regras e de regras sem sentido. E tudo a coberto da “justiça revolucionária”, que é certamente de atender, mas que, se não seguir as normas precisas dos direitos do Homem, pode facilmente atingir o momento em que os seus autores terminam por ser as suas próprias vítimas. Foi o que aconteceu na Revolução Francesa. Foi o que aconteceu na Revolução Soviética. Foi o que aconteceu em tantas outras revoluções menos faladas.

Até agora, a Revolução do 25 de Abril tem primado pela moderação e pela cordura. Mas o processo revolucionário está em



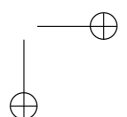
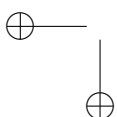
curso e deve continuar. Importa, no entanto, velar por que ele não degenera. As Forças Armadas que até agora têm dado provas de tanta coragem e lucidez, continuarão vigilantes para que na “limpeza” a que seja necessário proceder, a todos os níveis, se não introduzam os oportunistas, que passam por cima de todos os escrúpulos morais; os facciosos obcecados, que não vêem sequer as regras do jogo, os simplificadores para quem tudo está resolvido só pelo facto de vir consignado num papel ou resumido num *slogan* os que, mártires de verdade, num primeiro tempo, de uma autêntica causa partidária, apresentam depois, num segundo tempo, contas astronómicas, como se tivessem sido eles os únicos em campo nos tempos difíceis.

Dizia Hegel que os homens aprendem em geral muita história mas que aprendem muito pouco da história. Se pertencemos ao número dos primeiros, importa que não sejamos do número dos segundos. Sobretudo neste momento.

Portugal é um velho país com cerca de oito séculos de Estado autónomo. Estado que, ao longo dos tempos, tem conservado certas estruturas de base mas que tem conhecido também roturas e transformações profundas: monarquia agrária, monarquia agrário-mercantilista, monarquia absolutista, monarquia liberal, república liberal-democrática, república ditatorial e oligárquica (vulgo: Estado Novo).

Portugal é um país que pode analisar a experiência alheia, passada e presente, de dezenas e dezenas de Estados antigos, novos e novíssimos, procurando conservar uma identidade própria através das modificações necessárias ou procurando conquistar uma identidade que ainda não possuem.

É desse confronto, consigo mesmo e com os outros, que o país deve encontrar para a sua própria existência política as fórmulas que melhor lhe convenham. As Forças Armadas, fazendo suas as aspirações da Nação, criaram as condições para podermos discutir livremente e livremente podermos escolher as estruturas funda-





mentais do novo Estado. Temos, para tanto, um ano à nossa frente. Um ano é muito e é pouco. É muito em termos absolutos, isto é, prescindindo dos outros problemas graves com que nos defrontamos, entre os quais avulta o do Ultramar. É pouco, tendo em conta esses problemas e o nosso tão escasso exercício da vida verdadeiramente social e cívica.

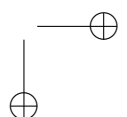
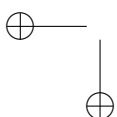
Porém, muito ou pouco, é preciso aproveitar esse tempo para repensar e refazer o Estado. Nas nossas tarefas de povo – tão urgentes como ingentes – essa tem a prioridade, juntamente com a do começo da resolução da questão colonial. Mas uma está ligada à outra em íntima conexão.

Nesse repensar e nesse refazer, ou nesse repensar para refazer, é necessário partir da base de que o 25 de Abril não foi um motim mas foi uma revolução, não foi uma mera revolta ou um pronunciamento de capitães mas um verdadeiro “virar de página”, não foi um movimento de arranjo do existente mas foi o fim de um Estado e o começo de outro que se quer diferente.

Que Estado é esse? A pergunta é de importância capital. Porque é o Estado que defende a nação e a sociedade, as representa no exterior, lhes dá ou lhes condiciona esta ou aquela forma, este ou aquele modelo. Porque é o Estado que, em última instância, articula ou pode articular os *disiecta membrada* nação e da sociedade, os equilibra ou reequilibra, os desenvolve ou os comprime, os confisca em próprio proveito ou lhes deixa vida autónoma, os desburocratiza, descentraliza e desestatiza ou, pelo contrário, os ordena em máquina de que ele é o motor, o regulador e o contentor.

Para já, uma grande linha de clivagem se ergue diante de nós: a que separa o Estado monopolista do Estado pluralista.

É o primeiro radicalmente centralizador, burocrático, jurisdicista e, tendencialmente pelo menos, totalitário. Desse Estado tivemos uma amostra bem clara e bem dura no regime que no dia 25 de Abril se desmoronou sem que ninguém o defendesse. Nem, a bem dizer, os seus próprios partidários.

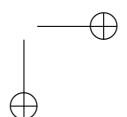
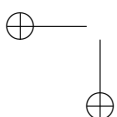




É o segundo radicalmente descentralizador, tomando a nação e a sociedade tais como elas são com os seus corpos intermédios verdadeiramente vivos, os seus estratos sociais organizando-se da maneira que mais lhes convier e deixando ao livre jogo do mercado a aplicação da lei da oferta e da procura, nos mais diversos níveis.

Entre estes dois extremos situa-se um amplo leque em que várias combinações são possíveis. É nas zonas temperadas que as melhores e as mais variadas colheitas se tornam viáveis. É nas zonas temperadas que o homem pode construir uma existência mais de acordo com a sua natureza de ser inteligente e livre. É nas zonas temperadas – sem excessos de calor e sem excessos de frio, especifique-se – que as civilizações históricas têm encontrado o meio mais favorável ao próprio desenvolvimento harmónico. É nas zonas temperadas que os milénios têm erguido os seus “séculos de ouro”. É nas zonas temperadas que a lei da degradação da energia social adquire ritmo mais lento e se torna, de forma endógena, mais facilmente recuperável e mais integralmente convertível às tarefas úteis do bem comum e às realizações e aspirações das pessoas individuais. É nas zonas temperadas que “cada coisa a seu tempo tem seu tempo” permitindo as evoluções necessárias e renovadoras, evitando assim os rápidos, os precipícios e as ambiguidades das revoluções a quente, onde muito se pode ganhar, sem dúvida, mas onde muito se pode perder também. É nas zonas temperadas que se tornam impensáveis – ou menos pensáveis – as injustiças globais, a inteira sobreposição ao Povo, a trituração dos mais fracos e o desprezo cínico pelos adversários. É nas zonas temperadas que as ideologias quimicamente puras – mas em geral tão cruéis – têm menos ar para respirar porque a política como conjunto de ideias, de ações e de instituições é constante criação e constante relativização de teorias, de estruturas e de grupos que pretendem – ou pretendam – gerir e orientar a *Res Publicae* o seu Bem comum.

Estamos no momento em que o País se deve pôr em causa para melhor se poder definir. Em todos os níveis mas, sobretudo, ao

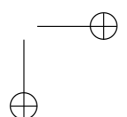
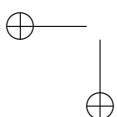




nível político. Torna-se imperioso saber se Portugal quer viver numa dessas zonas temperadas ou nos pólos. Torna-se imperioso saber se Portugal quer adoptar um esquema totalitário de organização estatal ou se, pelo contrário, prefere um regime em que os seguintes três princípios fundamentais funcionem como norma: o princípio da separação dos poderes – judicial, legislativo e executivo – sob o primado de honra e isenção do poder judicial; o princípio ideológico-afectivo da liberdade, da igualdade e da fraternidade, constantemente em instância de revisão crítica nas suas aplicações concretas e não reduzido a *sloganvazio* ou a mero discurso retórico sem conteúdo, embora feito com todas as regras da arte; o princípio operatório da dinâmica social com os seus espaços móveis para a realização das massas, das pessoas e das *elites*. Das massas, para a sua elevação; das pessoas, para a sua dignificação; das *elites*, para que a sua criatividade, a sua exemplaridade e a sua capacidade de serviço lhes confirmem o verdadeiro nome de *elites*.

Atenção, porém. Se, geograficamente, vivemos em zona temperada, politicamente a nossa história conhece períodos de clima polar. O quase meio século que – esperamos-lo – se encerrou a 25 de Abril foi um desses períodos. Não estão em causa todas as pessoas que tiveram responsabilidades de comando durante ele – nem lá perto – como o podem fazer crer certos prosélitos fervorosos – tanto mais fervorosos quanto mais recentes, não raro. Estão em causa, principalmente, as estruturas de um regime anacrónico, que permitia a gentes de vários bordos e rebordos aproveitar os mitos correntes no mercado para fazerem o máximo de fortuna possível. Fortuna de ordem muita vária.

E o clima polar pode fazer o seu regresso. O do Norte ou o do Sul. Em qualquer hipótese, mais duro que o anterior. Certos exemplos da nossa história e certos exemplos alheios dos nossos dias – designadamente os do Chile e da Checoslováquia – encontram-se ainda demasiado vivos na memória dos homens para poderem ser esquecidos. Toda a lucidez, toda a vigilância e toda a prudência dos





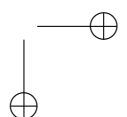
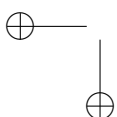
Portugueses, sobretudo dos mais responsáveis, nunca serão demais nesta hora grave em que toda a união em torno dos princípios fundamentais da justiça, da equidade e da humanidade será pouca para a autêntica sobrevivência do País. Um País gelado a Norte ou esbraseado a Sul seria a própria destruição como organismo vivo que tem porfiado em ser ao longo dos séculos que já não estão longe do milénio.

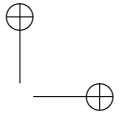
No tempo que decorrerá até às próximas eleições para a Assembleia Constituinte<sup>39</sup>, existirão entre nós quatro instâncias dos poderes do Estado: as Forças Armadas com a sua emanação suprema, a Junta da Salvação Nacional, O Conselho de Estado, constituído, na sua maioria de dois terços, por elementos militares; o Governo Provisório em que se encontram em participação as mais significativas representações dos Partidos políticos em formação juntamente com personalidades de independentes e de técnicos; os Tribunais judiciais normais.

Não é fácil prever, neste momento, qual será a articulação concreta dessas quatro instâncias. Importa aqui, no entanto, exprimir a opinião de que a sua existência parece, dada a conjuntura, a melhor e exprimir o duplo desejo de que a sua existência subsista sem ser ultrapassada por movimentos inconsiderados de precipitação e de que a sua conjugação se traduza nos factos de forma tal que a humanidade, a serenidade e a equidade de que os homens do 25 de Abril têm dado demonstrações tão largas continuem a funcionar como regra viva.

A democracia é preciso merecê-la. Não pode constituir dádiva generosa de um dia trazida nas espingardas não disparadas e nos cravos não manchados de sangue do Movimento das Forças Armadas. A democracia é necessário traduzi-la, pelo esforço de todos – mas sobretudo daqueles a quem assiste maior responsabilidade política, social, económica e cultural – a democracia é necessário traduzi-la nos factos e nas instituições que objectivem e encarnem a

<sup>39</sup> Nota do Editor: estas eleições tiveram lugar em 25 de Abril de 1975

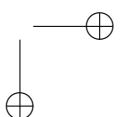
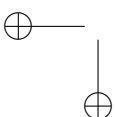




verdade, a justiça, a fraternidade e a liberdade de uma comunidade verdadeiramente humana.

O novo Estado que cada um de nós vai pensar para depois o conseguir escolher, em consciência, através do voto próprio, importa que seja o Estado de todos que não apenas o Estado de alguns. O Estado de todos só o será quando a ditadura, qualquer que seja o seu rótulo, por proscrita da realidade institucional; quando os privilégios e os abusos de alguns não forem a regra corrente; quando a pretexto de se suprimirem classes e hierarquias, não se criarem injustiças maiores e incompetências mais flagrantes; quando o direito se basear, não na mera positividade dos órgãos do poder mas na dignidade da pessoa humana, qualquer que esta seja; quando o movimento dialéctico do senhor e do escravo deixar de ser “o pai de todas as coisas e de todas as coisas rei” para ceder o lugar “à verdade como fundamento, à justiça como regra, ao amor como motor e à liberdade como clima”.

In “*Brotéria*” 10-15 de Maio de 1974

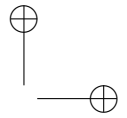




## QUE PROJECTO-ESPERANÇA PARA PORTUGAL?

Apesar de todas as “clarificações”, as coisas ainda não estão claras. Quase três anos volvidos sobre o 25 de Abril e as “loucas” esperanças por ele suscitadas, erguidas e acalentadas, continua a falar-se de revoluções e contra-revoluções, de golpes e contra-golpes, de desestabilização e infiltrações, de poderes paralelos, quase a todos os níveis, de refeudalização do País, de tentações e tentativas totalitárias, a partir dos dois extremos, de rivalidades, declaradas ou larvadas, sem conta, dentro da classe militar e da classe política.

Noutro plano: cresce o número de desempregados e subempregados, elevando-se já a várias centenas de milhares, isto é, atingindo uma percentagem que, pelos padrões normais do Ocidente, se tornou há muito incomportável; precipitam-se, pouco menos que em catadupa, as falências de empresas pequenas e médias; persistem deficitárias as empresas nacionalizadas; esgotam-se no Banco de Portugal as últimas divisas que só serão repostas ou por novos empréstimos externos ou pelas contingentes remessas dos emigrantes; alastram as greves em cadeia ou as suas ameaças; multiplicam-se, a ritmo assustador, os casos de franca anomia e marginalidade: assaltos, roubos, homicídios, atentados à bomba, fabrico e tráfico de droga; adensa-se uma atmosfera difusa de angústia e, de aflição, de cuidado, de desespero e desesperança, provocando acidentes e até mortes “naturais”; continuam o descaso, a incúria, a irresponsabilidade e o absentismo nos locais de trabalho; continuam as erupções brutais de ódios, de invejas, de ressentimentos, de instintos recalcados; não foi suprimida em certos grupos, mais ou menos organizados, a vontade de criação da penúria para melhor, depois, ela poder ser administrada; persiste o uso, relativamente largo, de estupefacientes, sobretudo, entre os jovens, como compensação para as frustrações de toda a ordem, para as tensões, para a falta de horizontes na vida, para fuga à dura realidade.

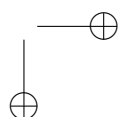
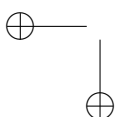


Neste desvairo e incerteza, nesta noite inquieta e atormentada, abrem-se, no entanto, clareiras: temos uma constituição que, mau grado as contradições que a percorrem, possui ao menos o mérito de existir e de poder funcionar como ponto de referência, e como modelo a seguir ou a corrigir; temos um presidente da República democraticamente eleito por um largo consenso e que representa uma garantia de estabilidade e estabilização; temos um governo constitucional que, embora parlamentarmente minoritário, veio com um programa que nenhum dos partidos da Assembleia ousou atacar pela base, um governo que ultimamente e, na verdade, já um pouco tarde, trouxe um “programa de austeridade” que, se bem que muito insuficiente para aquilo que é necessário, pode no entanto revestir a qualidade de ser um começo do começo; temos um pedido, em principio aceite, de integração no Mercado Comum para daqui a alguns anos; temos, sobretudo, um povo experiente de muitos séculos de existência autónoma e que é dos poucos pequenos-grandes povos de que reza a História Universal, um Povo que, apesar da desorientação que se deseja e espera momentânea, possa reencontrar, como em 1385 e em 1640, um “seu” novo destino.

Nessas horas difíceis, triunfou o melhor de nós mesmos. E porque não hoje? Porque haveriam de triunfar, necessariamente triunfar, o nosso individualismo mesquinho, o nosso oportunismo de trazer por casa, o nosso fatalismo resignatário, o nosso infantilismo – apesar dos anos! –, o nosso utopismo de fuga para todos os impossíveis, o nosso passivismo com ares de apatia, o nosso improvisadorismo que tantos percalços nos têm causado? Porque haveria de triunfar o pior de nós mesmos?

É neste contexto que persiste a urgência em falar de um “projecto-esperança” para Portugal. Um pouco à semelhança daquele que R. Garaudy propõe para uma humanidade mais larga e outra.

Um projecto orgânico e dinâmico. Um projecto que se enxerte no desenvolvimento da nossa história. Um projecto que venha a





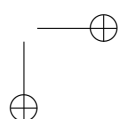
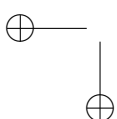
inserir-se no contexto mais vasto do mundo em que vivemos. Um projecto que tenha a paciência do tempo maturador e a audácia dos humanos – e tão nossos – “atrevimentos”. Um projecto que assumindo-nos tais como somos, nos transforme naquilo que devemos ser. Um projecto que, conservando o grão de utopia e de mito necessário à potenciação das vontades e à mobilização das energias, seja contudo realista. Um projecto que não encare apenas o imediato mas o médio e o longo prazo. Um projecto que, fazendo-nos aproveitar da experiência alheia, seja realmente nosso na sua especificidade, nos seus objectivos e, até certo ponto, nos seus anseios. Um projecto que, na sua modéstia, nos torne comunicativos e comunicantes, significativos e significantes, no contexto mundial da centena e meia de países que hoje tomam vulto dentro da família humana.

Um tal projecto passa por uma instituição a fortalecer – a democracia –, por um ideal a realizar – o do Bem Comum nacional e global –, por um destino a cumprir – o da universalidade.

### **Uma instituição a fortalecer: a democracia**

A democracia é condição necessária, embora não suficiente. De facto não é qualquer carta constitucional “outorgada” e, muito menos ainda ditatorial ou violentamente imposta, que nos fará “escolher” o caminho realmente nosso.

Farto está o Povo português de ser “governado” – farto está o Povo português de que o privem do uso da própria soberania, da faculdade de escolher por si o seu próprio destino, da faculdade de ser, também ele, “governante”. Farto está o Povo português, como já aconteceu em momentos graves após o 25 de Abril – a descolonização e as nacionalizações, por exemplo – de sofrer todas as consequências – e as sequelas das consequências – de decisões para as quais ele não foi visto nem achado. Farto está o Povo por-



tuguês de não ser suficientemente elucidado, pelo menos à medida da sua capacidade de percepção – que não é tão pequena como alguns persistem em crer –, sobre dadas importâncias que tangem à vida da comunidade: estado real das empresas – nacionalizadas e outras –, ganhos e perdas da reforma agrária, situação autêntica do tesouro, a quanto monta a dívida externa e o significado desse montante, etc.etc. E como tudo isso foi possível. Estabelecendo uma clarificação pela raiz é que haverá condições psicológicas para a nova arrancada que se deseja e se espera.

Ora para tal é necessário que a democracia se consolide.

A democracia política, em primeiro lugar. Será ela a estrutura de base que permitirá a realização das outras formas de democracia. Concretamente: a democracia social e a democracia cultural.

Por isso, embora seja talvez compreensível que, neste tempo inicial, a democracia política seja ainda uma democracia amparada, vigiada e tutelada pelas Forças Armadas, importa que o papel destas seja o mais discreto possível, o mais técnico possível – isto é, confinado ao âmbito militar –, o mais arbitral possível – o que exige conhecimentos por parte dos seus chefes –, o mais provisório possível, o mais desinteressado possível. Porque é grande a tentação do poder total sobretudo quando se é detentor da força material. Calam-se então as “armas da crítica” ante a “crítica das armas”.

Ora, sem crítica, é inconcebível a democracia. Sem crítica, é inconcebível a criação do novo, a proposição do diverso, a coesão consciente que queira evitar a simples homogeneização mecânica ou mesmo orgânica. Sem crítica, o arbitrário, a irresponsabilidade, o descaso e o descaro podem instalar-se com extrema facilidade na acrópole da Cidade de onde depois será muito árduo desalojá-los. A não ser justamente pela “crítica das armas”. Sem crítica, a própria sociedade civil – ou os restos que dela subsistam – corrompe-se, avilta-se. Ou, acaso, morre. Sem crítica, a cultura instala-se no uniforme sem inspiração, no escolasticismo sem vontade de essencial, no dogmatismo sem nervo de verdade e, por



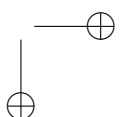
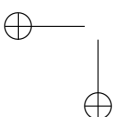
isso mesmo, em constante apelo à força do “braço secular”. Sem crítica, a querela instala-se por toda a parte: na rua e no palácio, na academia e na caserna, na cidade e no campo, durante a vida e *post mortem*. Sem crítica, a mediocridade e a vilania crescem e florescem, tentaculares e florestais, por onde podem e querem. Sem crítica, o pântano apodrece cada vez mais até ao nauseabundo insuportável.

Para além da democracia política, a democracia social. Foi erro, fraude ou engano da democracia clássica pensar que com as simples estruturas da liberdade geral, atomizada, a sociedade civil iria caminhar pelo melhor no melhor dos mundos. Não viram os seus formuladores e apologistas – ou viram-no demasiado bem – que o “direito natural”, por eles preconizado, era, de facto, o direito do mais forte, que “a mão invisível” que dirigia os negócios ia só aumentar os lucros e proventos dos já possidentes, que a harmonia, que eles visionavam na realização das “leis naturais” do mercado da oferta e da procura, constituiria na realidade uma terrível desarmonia se não fosse corrigida pelo imperativo do bem comum social, que a liberdade concedida a todos, num grande ímpeto de generosidade, funcionava, na prática, apenas como o privilégio de alguns.

Por isso, durante mais de século e meio, para que “essa liberdade de coração” se traduzisse na efectividade da aplicação, muitas lutas, ásperas lutas, foram travadas. Em nome da justiça e da equidade, em nome da história que caminhava – ou devia caminhar – no sentido da igualdade, em nome da fraternidade que a todos devia unir – sobretudo os mais fracos e oprimidos, aos deserdados e aos deixados por conta: homens, grupos, classes e nações.

Até aos nossos dias. É hoje a conjugação da democracia política e da democracia social a grande preocupação do sector mais consciente e mais crítico, mais lúcido e mais generoso, de toda a Humanidade.

A revolução portuguesa do 25 de Abril esteve atenta à necessi-



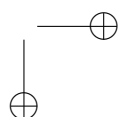
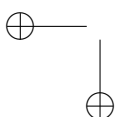


dade dessa conjugação. À preocupação de unir liberdade e justiça ou, pelo menos, uma maior liberdade e uma maior justiça.

Conseguiu-o? Não há dúvida de que, apesar da descoordenação do processo adoptado, e apesar do preço pago mediante novas injustiças cometidas ou do ousio que para elas se deu, não há dúvida de que, em certa medida, sim. A extensão e a profundidade dessa medida está agora na nossa mão alargá-las ou encurtá-las. Não é, de forma alguma, com a diminuição sensível da produtividade e da produção, com a substituição dos competentes e honestos pelos incompetentes e oportunistas, com a criação de um clima de terror local ou regional, com a sabotagem premeditada dos mecanismos da economia, com a formulação de reivindicações impossíveis de satisfazer, com a atenção predominante aos recentemente mais favorecidos, abandonando os eternamente deixados por conta à amargura do seu silêncio e da sua impotência, não é, de forma alguma, com tais procedimentos que liberdade e justiça se dão as mãos no caminho de uma democracia *real* que não apenas *formal*. A não ser nos discursos dos comicieiros e de certos colunistas de jornais, que têm a palavra fácil e a imaginação à medida dos próprios desejos, quer dizer, dos próprios interesses, pessoais ou de grupo.

Com a democracia social e política, a democracia cultural. Desta fala-se menos. Nem admira. Na ordem das prioridades vitais ela não aparece tão claramente, por outro lado, é ela mais difícil de definir e configurar que as suas irmãs. Porque revela mais do qualitativo que do quantitativo. Porque supõe disposições subjectivas de capacidade e de vontade que nenhum governo ou regime poderão decretar. Porque aponta para metas que só os indivíduos ou, quando muito, uma certa franja da sociedade civil poderão atingir.

No entanto, no domínio vasto e complexo da cultura, um sistema tem não pouco a dizer. Criando – ou não – condições de acesso à instrução e à educação. Criando – ou não – possibilidades

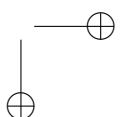
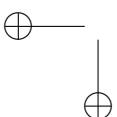




de expressão a indivíduos ou grupos que se julgam portadores de mensagens renovadoras, de novas formas plásticas, de novos modos de ver e de sentir o mundo e a vida, independentemente da ideologia que forma e informa o dito sistema. Criando ou não – meios de conservar em bom estado e de transmitir com dignidade às gerações que vão arribando às “praias da luz” o património cultural que as gerações do passado legaram. Criando – ou não – os instrumentos técnicos e jurídicos que, continuando embora pobre o povo que esse regime representa, o não façam descer a miserável da cultura, sobretudo se, nesse campo, ele era rico.

Foi a democracia cultural, no sentido vasto e complexo que acaba de ser indicado, a que menos progressos contou, desde o 25 de Abril. Decerto, aumentaram notavelmente as verbas destinadas à educação e ao ensino – as mais largas do orçamento do Estado. Mas o seu aproveitamento real não tem seguido à proporção, se é que, por vezes, não tem sido nulo e até negativo. Decerto, grandes declarações de patriotismo têm sido proferidas aqui e além por alguns. Na verdade, porém, um pouco, e, em certos casos mesmo, não pouco do património cultural nacional tem sido delapidado: fisicamente, psicologicamente, moralmente. Em proveito dos dois imperialismos que pretendem dominar o mundo, havendo já mesmo quem, por obra desse proveito, tenha sido sagrado herói com declaração pública e solene de “virtudes e milagres”. Em nome de um cosmopolitismo mal entendido que, para exaltar aquilo que é alheio, se acha na obrigação de vilipendiar aquilo que é próprio.

A obra de recuperação para uma real democracia cultural começou. Lentamente ainda, timidamente ainda, começou. Importa consolidar os seus passos e acelerar a sua marcha, porque é numa autêntica democracia cultural que se encontra uma das poucas saídas para o futuro deste país.





## Um ideal a realizar: o bem comum

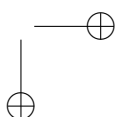
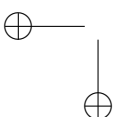
Consiste o bem comum essencialmente em dois elementos: na existência de estruturas e instituições que em determinada fase histórica sirvam ao uso, à dignidade e à dignificação da comunidade; na vontade de solidariedade que une todos os membros dessa comunidade, de forma a que todos participem, na devida proporção, desse bem objectivo fundamental.

Se um desses elementos básicos falha, falta a razão de toda a dinamização histórica positiva, de todo o sentido de viver num autêntico horizonte de esperança.

Como exemplos do primeiro podem apresentar-se, hoje, as infra-estruturas adequadas no concernente à habitação, ao emprego, à saúde, aos transportes, à educação, aos lazeres, numa palavra, ao nível de vida e ao estilo de vida.

Como exemplos do segundo será lícito contar a possível harmonia entre as classes e entre os grupos, sem conflitos de morte ou suas ameaças; o aproveitamento das competências e das capacidades onde elas realmente estiverem, desde que se encontrem dispostas a servir o bem de todos, sem discriminações de raça, de sexo, de condição, de ideologia ou de religião; a tolerância, que não ignora que, hoje, dada a espantosa proliferação de sistemas de “verdade e de vida”, de opiniões e de propostas de futuro, a modéstia parece de regra, sem dogmatismos intempestivos ou basismos facciosos, mas também sem demissionismos cobardes ou sincretismos inconcludentes.

É evidente que, no relativo a estes dois elementos fundamentais do bem comum, a sociedade portuguesa actual se revela ainda pavorosamente carecida. Propor-se encher ou, pelo menos, atenuar as suas numerosas e fundas lacunas, é responder ao grande desafio da geração presente; é dar mostras de querer servir mais do que “servir-se”, é romper com um passado mais ou menos recente





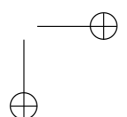
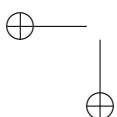


em que o “bem comum” passava, como prioridade das prioridades, pelo próprio campanário.

E ainda hoje. Demasiado bem conhece o País os “socialistas” electivos dos próprios interesses, os zelotes de si mesmos, os sáduceus da própria pátria a pretexto de um futuro melhor, de uma ideologia “universalista” e terrorista. Como demasiado bem conhece os democratas provisórios de todas as bandas que apenas o são enquanto não conseguem impor a própria ditadura. Como demasiado bem conhece os oportunistas de todas as cores, do negro ao vermelho, que não perdem ocasião para se locupletarem com as desgraças da Pátria.

Presentindo ou sentindo já esse ideal – que é também um imperativo – do Bem Comum verdadeiro é que alguns começam a falar da necessidade de uma relativa “trégua” entre partidos e de um “pacto social” entre as “classes”.

Semelhante “discurso”, embora ainda demasiado tímido e, por isso mesmo, incapaz de se fazer ouvir, com eficácia, por entre os gritos desencontrados, semelhante “discurso” – dizíamos – vem na hora H. De facto, enquanto uns e outros se olharem com total desconfiança, enquanto uns e outros procurarem atropelar-se ao máximo, enquanto uns e outros fizerem do conflito o motor dos próprios interesses e da luta permanente a regra do comportamento, enquanto persistir a incompreensão radical da legítima função que os diversos grupos, mesmo antagonistas, têm a desempenhar, enquanto a incompetência e a incúria se instalarem em certos postos de decisão e/ou execução, enquanto a negociação, leal e capaz, não for um hábito – reservando essa violência, que é a greve, apenas para a *ultima ratio* – enquanto tudo isto não passar de voto piedoso de alguns, ou mais lúcidos ou mais ingénuos ou mais generosos, o bem comum acima descrito nos seus elementos fundamentais andarà peregrino desta terra onde ele realmente merecia ficar não apenas como seu hóspede mas como seu habitante de primeira qualidade. Para sua prosperidade e progressos autênti-





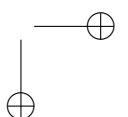
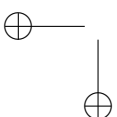
cos. Para cortar o passo, definitivamente, à alternância periódica da anarquia e da tirania. Para demonstrar que uma comunidade pode ser feliz sem viver propriamente numa abundância material de lés-a-lés. Para dizer que, neste mundo finito que começa e que sentimos já a balizar-nos por todos os lados, Portugal nada perdeu da sua verdadeira grandeza: apenas a transpôs a outro espaço, a outra dimensão, a outra vida.

### Um destino a cumprir: a universalidade

O sentido da universalidade está inscrito na nossa história desde a Idade Média. Já nesse remoto passado dávamos à Europa e ao Mundo homens da estatura de um S. António de Lisboa e de um Pedro Hispano. Já então formávamos o desígnio de ir à procura de espaços desconhecidos.

Depois, foi a gesta dos descobrimentos com as suas páginas de glória e as suas sombras de destruição, própria e alheia; foi a unificação do Globo – que obra de portugueses foi –, foi a adaptação aos mais diversos climas e aos mais diversos costumes, foi a assimilação – profunda ou apenas superficial – das culturas mais heterogêneas, foi a missionação como transmissão daquilo que julgávamos possuir de melhor – a mensagem de Cristo –, foi a ausência, senão total, pelo menos acentuada de preconceitos raciais, em contraste nítido com outros povos que nos seguiram no encalço pelas rotas do Globo.

O sentido da universalidade é o fio de Ariana que, escondido ou patente, liga os *disiecta momenta* da nossa história como liga *disiecta membra* da nossa realidade de Povo. Hoje ainda, dispersos pela Europa ou pelas Américas, não nos escapa o vínculo da identidade própria e da pertença ao vasto e variegado Mundo, não nos escapa o sentido ecuménico que liga e deve ligar cada vez mais as duas componentes de fundo que são a diversidade e a unidade.



Qualquer que seja a explicação para esse sentido de universalidade – posição geográfica frente à África e às Américas como cais “natural” de embarque e desembarque de três continentes, constituição étnica de heterogêneos elementos amalgamados ou, sobretudo, a linha cultural dominante, formada e enformada pelo Cristianismo, religião universalista por excelência – qualquer que seja a explicação do facto, importa que a descolonização recente, com os vícios e os erros que a precederam e a acompanharam, não nos feche, a pretexto de “independência nacional”, neste rectângulo do ocidente “ibérico”, isolados e bisonhos, reduzidos a uma miséria carpideira, prefácio obrigatório de uma outra dependência incomparavelmente mais onerosa.

O apontar para a integração na Europa tem, além de outras, essa vantagem. A Europa é o continente da universalidade pela sua ciência, a sua técnica, a sua cultura. A Europa é o único continente que, tendo tido tantas experiências de divisão conflitual, quase mortais, poderá, graças à sua unificação a todos ou a quase todos os níveis, constituir para os outros continentes divididos experiência válida de como se pode chegar à unidade. A Europa é o único continente verdadeiramente moderno – apesar da sua designação de “velho” – que é possuidor de experiências fecundas as quais poderão ligar o remoto do passado ao remoto do futuro, sem cataclismos, sem traumatismos de dominação, sem ambições de restauração de um estado de coisas ainda não muito longínquo. A este respeito, a sua ausência de voz decisiva nos negócios do mundo, ao longo dos últimos decénios, terá servido de cura pelo silêncio.

“Cada homem é uma excepção”, dizia Kierkegaard. Com maioria de razão, acrescentaremos: “Cada povo é uma excepção”. Mesmo dentro da vocação geral de todos à universalidade.

Dentro da vocação geral de todos os povos à universalidade, o Povo português constitui uma grande, uma clamorosa excepção. Basta ouvir homens oriundos de países por onde o Povo português



escassamente passou: o Japão, a Indonésia, a Malásia, para só falar dos mais longínquos.

É esse sentido da universalidade que o Povo português necessita alargar e aprofundar, transpondo-o parcialmente a outro registo, agora que “o império” acabou, agora que, territorialmente, ficámos muito mais reduzidos, agora que, culturalmente, podemos reflectir melhor naquilo que fomos e naquilo que somos.

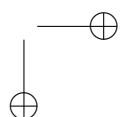
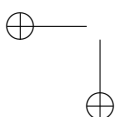
Um país, na verdade, culto poderá ser pobre mas nunca miserável. Um país na verdade culto, e com cerca de um milénio de história vivida atrás de si – e que história! –, só demitindo-se por completo e por completo desistindo de existir, como um animal esgotado que se deita para morrer, é que deixará de contar no concerto dos povos. Antes, não.

Mais do que uma reforma – mais uma –, mais do que uma revolução – mais uma –, aquilo de que o País tem maior carência e maior necessidade é de uma renascença.

Quem diz renascença diz não apenas um dado momento da história europeia, mas um certo tipo de civilização e de culturas baseadas no apelo à identidade fundamental, na mobilização de todas as energias criadoras, na interlocução, para lá do passado imediato, daquilo que foi a inspiração primeira de uma determinada história.

Quem diz renascença diz, no nosso caso, para além da existência fáctica daquilo que se fez, uma exigência de dever ser como poderia ter sido feito; diz vontade de retomar um certo fio de outros dados que dados outros quebraram e interromperam; diz prioridade à revolta contra o abastardamento, o aviltamento, ou até a ignomínia a que se chegou pelo não cumprimento da linha inicial ou da inicial vontade.

Foi nesta ordem de ideias que o romantismo apelou para a nossa Idade Média como para o tempo da inspiração das nossas “verdadeiras” instituições, do nosso modo de sentir mais genuíno. Não foi ainda por acaso que, na sequência da revolução republicana de





1910, os homens mais atentos à consciência histórica e nacional e vindos dos horizontes culturais e ideológicos mais diversos se uniram para formar um movimento precisamente designado por “Renascença Portuguesa”.

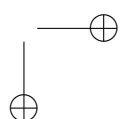
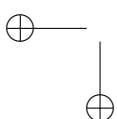
Hoje as circunstâncias são diferentes, tanto do advento do Liberalismo como do advento da 1ª República. O centro do Globo deslocou-se para fora da Europa. Acentuou-se a bipolarização do poderio mundial – como nunca na história da Humanidade. Chegou-se a um ponto de unificação e interdependência dos seus antes *disiecta corpora* como de memória humana jamais se atingira. Possibilitou-se um grau de diálogo e de comunicação entre culturas e civilizações as mais diversas, ao mesmo tempo que se firmou em cada uma delas a vontade de identidade, funções, uma e outra, que pedem muita experiência e muita consciência, muita liberdade e muito tacto, muito sentido do outro e muito sentido de dignidade própria.

É neste contexto mundial que a existência de povos mediadores, pequenos ou grandes – de preferência, mais os pequenos do que os grandes – é altamente benéfica para o crescimento harmónico da Humanidade, para o seu ritmo menos atormentado e conflitual e para a criação de relações internacionais que não sejam só, nem principalmente, relações de poderio e de dominantes a dominados.

É neste contexto que o renascimento em Portugal adquire sentido novo. Não apenas para proveito próprio e de seus filhos mas para uma humanidade mais larga a começar pelos povos de expressão portuguesa de formação antiga ou recente.

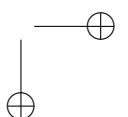
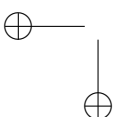
Enquanto estes não instituírem uma reflexão fundamental sobre aquilo que, apesar de tudo, os une – e é muito – andarão a servir interesses de terceiros que não coincidirão, fatalmente, com os interesses da comunidade cultural à qual pertencem, quer se queira quer não.

A renascença da Pátria portuguesa é condição importante, em-





bora não necessária nem suficiente, para o surgimento de uma verdadeira comunidade lusíada no Atlântico, no Índico e na Diáspora.





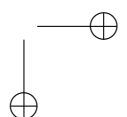
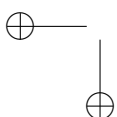
## **E A REVOLUÇÃO MORAL?**

Procedeu-se a uma revolução política. Procedeu-se a uma revolução económica e social. Procedeu-se, até certo ponto, a uma revolução cultural. E a revolução moral? Sem ela as outras revoluções correm o risco de não passarem de perversões. Sem ela uma corrupção sucede fatalmente a outra corrupção ou, talvez pior, a antiga perpetua-se. Sem ela a “exploração do homem pelo homem” muda apenas de campo.

Impõe-se, conseqüentemente, uma revolução moral. Uma revolução moral que está, quase toda ela, por fazer.

Que espécie de revolução moral? Uma revolução moral que articule o sentido do passado com o sentido do futuro; uma revolução moral que renove o vínculo patriótico e nacional; uma revolução moral que chegue aos campos, esses deixados por conta de todas as revoluções deste País; uma revolução moral que, assumindo os domínios político e económico, os transcenda a um nível superior de comunidade e comunhão; uma revolução moral que, pelo facto de o ser e para o ser, promova o sentido da criatividade do pensamento e da vida; uma revolução moral que não ignore as questões últimas que a existência a si própria se põe; uma revolução moral que saiba unir cultura popular e alta cultura; uma revolução moral que inspire a mobilização das energias nacionais, que ligue, orgânica e dialecticamente ligue, as diversas realidades do país, e que, fazendo-o, funde um novo *consenso* histórico; uma revolução moral, sobretudo, que ensine a conjugar justiça e solidariedade, liberdade e honestidade.

Porquê uma tal revolução? Porque só a totalidade é concreta e só a totalidade é compreensível. Porque, muito mais que a instituição de novas estruturas, importa a qualidade dos homens que habitam essas mesmas estruturas. Porque a credibilidade externa e a coerência interna da “nova sociedade” não serão mais do que palavras vãs se essa “nova sociedade” não for animada pela von-





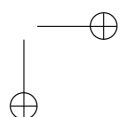
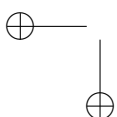
tade, séria, de instaurar uma vida nova com novos costumes, com novo modo de pensar, de tratar os problemas, de decidir, com novo estilo de comportamento menos arbitrário, mais justo, mais solidário.

Ora, a que temos assistido ao longo destes quase três anos? A que continuamos a assistir? À proclamação de direitos sem a contrapartida de deveres; a uma enorme falta de trabalho e de sentido das responsabilidades; a promoções em massa sem as devidas capacitações; à aplicação de dezenas de milhares de casos do “Princípio de Peter”; à fome e sede de conquistar, de subir e de substituir, sem olhar nem a meios nem a consequências; a uma impressionante e geral inflação: monetária, verbal, comportamental.

Numa palavra: temos vivido e continuamos ainda a viver um período de crise, de turbulência, de incerteza, de depressão – consequente da exaltação do início – de caos moral. É desse caos que se aspira a emergir, que se vai tentando emergir, que importa emergir. O futuro do país aí se joga: na sua independência, na sua identidade fundamental, na sua felicidade.

As páginas que vão seguir-se visam apenas contribuir, na sua modéstia, para a reflexão indispensável e a conversão possível. De facto, nestes quase três anos de “Processo revolucionário” tem havido: agitação a mais e consideração a menos; desmesura a mais e cordura a menos; inconsciência a mais – em todos os sentidos – e consciência a menos – em todos os sentidos, também.

Daí esse somatório de frustrações que, para tantos, tem sido este período. Daí o fogo fátuo em que tantos tanto se têm envolvido e que, para alguns, se tornou fogo real que queima e destrói. Daí o desgaste e os sintomas de corrupção e cansaço que vão alastrando pelo corpo do País. Daí a *insatisfação qualitativa* a seguir à *insatisfação quantitativa* em que não poucos se deixaram lograr. Daí a fluidez na liderança, a ausência de um projecto verdadeiramente nacional para a vida do País, a dúvida da possibilidade nacional, da identidade nacional, o temor de uma nova era de absolutismo,







a hemorragia financeira, o descalabro económico, a insensatez social, a desorientação moral. Daí a “tentação totalitária” e a tentação imediatista, a tentação de importar em massa “prontos a vestir” e a tentação de inventar, *de toutes pièces*, modelos que sirvam a outros, continuando, agora no domínio do imaginário, a “dar novos mundos ao mundo”.

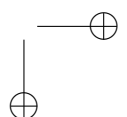
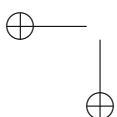
### **Revolução moral e justiça**

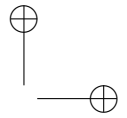
O sentimento de justiça é um dos constitutivos da existência humana. Pode não saber definir-se. Pode não saber aplicar-se no concreto. Mas ele faz parte do fundo mais fundo da personalidade, que é, por essência, social. Da personalidade que, na interacção com outras e pela mediação de outras, se forma e se constitui.

É, em geral, por virtude desse radical sentimento de justiça que as revoluções se dão. Uma classe ou um grupo, preteridos os seus direitos, espezinhados os seus direitos e a sua dignidade, organizam-se e revoltam-se ou mesmo organizam-se para se revoltarem.

A revolução de Abril não foi excepção. Começada numa questão de adiamento profissional, com extrema rapidez ela se estendeu a todos os domínios onde, real ou imaginária, pudesse haver uma injustiça, uma falta de equidade, um vestígio de vexame, uma dobra de agravo.

E tanto se falou de justiça, tanto se reivindicou justiça e tanto se proclamou a sua necessidade, até ao mais pequeno til, que o seu conceito ficou, por vezes ou mesmo não raro, obnubilado. Passou a ser “normal” defraudar o Estado, não só em horas e horas mas em dias e dias de trabalho. Passou a ser “normal” “sanear” para ocupar: sanear pessoas, mesmo sem culpa formada e pelos pretextos mais fúteis e aberrantes, para lhes ocupar a posição. Passou a ser “normal” ganhar sem trabalhar, assistindo-se ao espectáculo,

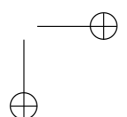
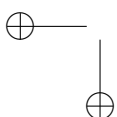




deveras edificante, de milhares e milhares de “trabalhadores” – nas fábricas, nas escolas, nos escritórios, nos ministérios – darem ao Estado e ao povo português a subida honra de receber, mensalmente, os seus vencimentos, por vezes nada despiciendos, sem se terem dignado erguer sequer uma palha. Passou a ser “normal” dar baixa no emprego, por doença, quando a saúde era perfeita. Passou a ser “normal” que, em certos locais de actividade, alguns – em geral, poucos – façam labor de muitos. Passou a ser “normal” achar a obrigação do trabalho um conceito “burguês”, isto é, um conceito ultrapassado. Passou a ser “normal” pensar que só a comunidade tem deveres para o indivíduo e que a recíproca não é verdadeira. Passou a ser “normal” encarar o Estado como poço sem fundo de verbas inesgotáveis. Passou a ser “normal” um grande número de coisas que a normalidade das pessoas, na generalidade dos países, continua a classificar de “anormal”.

Na realidade, como dizíamos acima, a “exploração do homem pelo homem” parece não ter feito muito mais do que mudar de campo. E a gravidade e profundidade da crise revolucionária residem precisamente aí. É no campo da justiça que as revoluções se ganham ou se perdem, se acreditam ou se desacreditam, triunfam ou são derrotadas. Impossível extinguir “a fome e sede de justiça” que habita o coração do homem. Impossível calar a voz que, alto ou baixo, o proclama. Desde os profetas bíblicos aos revolucionários dos nossos dias – e estes nem sempre estão onde se diz que estão –, essa verdade se tornou evidente. Tão evidente que é praticamente impossível ignorá-la. Pode ela ser escamoteada, contornada, ludibriada até. Ao fim, ela termina sempre, a breve ou longo prazo, por vingar-se, impondo-se pela sua própria força sem adjectivos, pela sua própria dinâmica sem desvios, pela sua própria estrutura sem ornamentos e sem arabescos.

Impressiona ver como essa verdade evidente não é vista. Quer isso aconteça por incompetência ou por inconsciência, quer isso aconteça por efeitos da cobardia ou da demagogia, o facto dá que





pensar. Tanto mais quanto não têm faltado, nos últimos meses, sobretudo, responsáveis lúcidos e corajosos a alertar para a sua existência e, mesmo nalguns casos, para as respectivas causas.

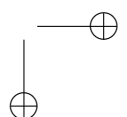
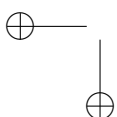
### **Revolução moral e solidariedade**

De todo um povo. Que não apenas de uma classe, de um partido, de uma região, de um grupo. Importa que as alegrias e as tristezas, os encargos e as esperanças, os sofrimentos e exultações, que, por princípio, são comuns, afectem real, efectivamente e equitativamente a todos. Sem párias e sem parasitas; sem privilegiados e sem proscritos; sem humilhados e sem disfarçados.

É isso que define um povo enquanto povo. É isso que articula a ligação de todos os membros do mesmo corpo social. É isso que possibilita o dinamismo histórico do conjunto. É isso que permite ao conjunto sobreviver nas horas de prova.

A solidariedade afirma-se igualmente contra o individualismo e contra o colectivismo. Contra o individualismo, promovendo o sentido da sociedade constitutiva da existência humana, precisamente enquanto humana. Contra o colectivismo, acentuando o carácter livre e relativamente autónomo da personalidade individual, insubordinável e, conseqüentemente, insubordinada a qualquer poder que tente a sua absorção, a sua domesticação, ou a sua manipulação.

Tem-se falado, glosando o tema até à saciedade, do carácter *individualista* do Povo português. Tem-se olhado menos para a tónica fortemente “colectivista” que, em determinados momentos, tem procurado imprimir-se à sua existência. Tónica expressa, por exemplo, no centralismo estatal da ditadura pombalina, da ditadura de Mouzinho da Silveira, da ditadura do “Estado Novo”. Tónica inteligível como correctivo da distorção individualista, mas que nem por isso é menos real.



É chegado o tempo de corrigir os dois excessos. É chegado o tempo de superar essa antinomia, efectiva e histórica, pela concretização de uma superior – e necessária – harmonia entre individualidade e sociedade, na comunidade. É chegado o tempo de inflectir o nosso destino num sentido mais desejável e perfeitamente possível. É chegado o tempo de substituir a expansão pelo equilíbrio, o gigantismo pela noção dos limites, o crescimento, fora, pela valorização daquilo que somos e daquilo que temos, dentro.

Ora nada disso se faz sem uma vasta e profunda revolução moral: nos critérios de momento, nos costumes, nas mentalidades, na prospectiva. Enquanto a “prioridade das prioridades” for para o “ter” sem o “ser”, o “consumir” sem o “produzir”, o “alardear” sem o “realizar”, errados andaremos. Como errados andavam – e andam – aqueles que se contentavam – e se contentam – com substituir uma ditadura por outra ditadura, um partido único por outro partido único, um centralismo por outro centralismo. Como errados andavam – e andam – aqueles que, denegrindo o Estado, erguem a mito o poder local, a iniciativa privada ou o chefe providencial, libertador de todos os males e dador de todos os bens.

A essa revolução moral necessária poderá chamar-se como se quiser. Mas talvez que a designação de “revolução da solidariedade” não lhe quadre mal. Ligação e religação, *in solidum*, obrigação e conjugação, *in solidum*, de todas as partes do território nacional, de todos os valores do passado, de todas as realistas aspirações do futuro, de todos os estratos sociais que não reneguem nem os outros nem a Pátria comum quer em proveito do próprio egoísmo quer em proveito de interesses que não são, de forma alguma, os do Povo português, eis aí o grande, o inadiável imperativo da Hora. Da Hora que se escreve com maiúscula porque de um dos mais graves momentos da História nacional se trata, de um desses momentos em que se joga o destino de todo um Povo, a dignidade de todo um Povo, a identidade de todo um Povo.

Uma tal solidariedade impõe, decerto, sacrifícios: maiores à-



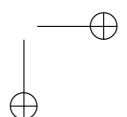
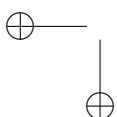
queles que mais são e, sobretudo, àqueles que mais têm. Sacrifícios de toda a ordem: morais e materiais. Sacrifícios que serão tanto mais duros quanto mais se tardar em serem assumidos. Sacrifícios que levem consigo a ousadia da esperança – porventura o atrevimento da utopia – mas que assentem sobre a racionalidade do possível. Sacrifícios que vençam o oportunismo de uns, a apatia de outros, o desencanto de quase todos. Sacrifícios que permitam estabelecer – ou restabelecer, segundo os casos – os verdadeiros valores humanos, dobrar este cabo das tormentas e navegar, sem os sobressaltos de todo o instante, num mar mais tranquilo e mais sereno. Sacrifícios de que, ainda não há muito e mesmo já em nossos dias, alguns povos nos deram – ou nos dão – exemplo tão claro e vivo: a Alemanha, a Itália, o Japão, a URSS, a Inglaterra de ontem e de hoje. Sacrifícios que esses povos assumiram em circunstâncias bem mais trágicas do que as nossas. Sacrifícios que lhes permitiram a eles – e nos permitiriam a nós – não apenas sobreviver mas prosperar, embora de modo diferente e, porventura, mais humano.

Na verdade, entre nós, os vínculos coesivos ou parece que não existem ou que não funcionam ou que funcionam mal ou que são tão frágeis que só em momentos de arranque se concentram e se tornam eficazes.

### **Revolução moral e liberdade**

Uma revolução deveria ser sempre uma via de libertação para a liberdade. Nem sempre o tem sido. Por vezes mesmo – parafraseando quase uma definição célebre de von Clausewitz – ela não tem deixado de ser a continuação da tirania, embora, acaso, com outros fins e por outros meios.

A revolução de Abril correu esse risco. Só o instinto do Povo



português e a lucidez e coragem de alguns dos seus dirigentes impediram que esse risco se convertesse em realidade institucional.

Está pois – ao menos de momento – assegurada a estrutura da liberdade. Mas que conteúdos a habitam? Que valores a animam? Que princípios a regem? Por definição do próprio conceito de liberdade, todos. Todos os conteúdos, todos os valores, todos os princípios. Infelizmente, esses conteúdos, esses valores, esses princípios não são sempre nem os melhores, nem os mais válidos, nem os mais humanos ou humanizantes. Uma espantosa anarquia vigora na hermenêutica e na interpretação da liberdade. Anarquia que, no limite, a suprimirá se, entretanto, não se for realizando a revolução moral indispensável para que ela sobreviva.

Para uns, a liberdade é apenas sinónimo de “permissividade”. E vá de, por dá cá aquela palha, destruir famílias, usar e abusar da droga, ganhar fortunas na indústria e no comércio pornográficos, converter a lei do menor esforço em regra de vida.

Para outros, a liberdade é apenas toda a margem de possibilidade para a efectivação de roubos, de ataques pessoais – físicos e morais –, para assaltos a bancos e a domicílios privados, para a supressão de bens e documentos “incómodos”, tudo dentro da mais perfeita e completa impunidade.

Para outros, a liberdade é apenas o espaço para o próprio grupo, partido ou clã se afirmar sobre todos os outros grupos, partidos ou clãs, pela asfixia, pela infiltração, pela domesticação, pelo domínio.

Para outros, liberdade é apenas a autorização, sob capa do mero ritual democrático ou da simples invocação democrática, de manipular reuniões e plenários, de impor consignas próprias, de fazer vingar interesses próprios – por vezes bem mesquinhos – de indivíduos ou de grupos. Para outros ainda, liberdade é aquilo que serve, em cada momento – em contradição, não raro, com o momento ou os momentos anteriores –, para atingir os objectivos que uma estratégia pré-estabelecida fixou, sem olhar a meios, sem olhar à



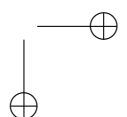
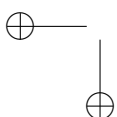
coerência, sem olhar à humanidade ou desumanidade dos próprios objectivos visados.

Esta simples enumeração – que está longe de ser exaustiva – mostra quanto, na prática, o conceito de liberdade anda pervertido; mostra quanto, nesta “nova sociedade” nascente, há coisas que já envelheceram.

Que fazer? A pergunta, tantas vezes formulada, nos últimos três anos, retorna uma vez mais. Inevitável. De facto, é perigoso gerir a liberdade, administrar a liberdade, regulamentar a liberdade. Mas não é menos perigoso deixar tudo ao deus-dará, ao acaso da história ou ao capricho dos homens. Se o Estado – emanação da sociedade e da mesma sociedade intérprete responsável e responsável gestor – não deve contrariar as pulsões fundamentais da vida, as pulsões fundamentais da economia, as pulsões fundamentais da cultura, também não deve ser tão frouxo – ou tão paralisante – que as não assuma com o sentido histórico que o deve assistir, com os meios de que dispõe, com a confiança de que se acha investido nos seus órgãos eleitos.

Mas, há mais. Há, da parte dos cidadãos, a via da democratização para a democraticidade, a via da libertação para a liberdade. É uma via que passa, mais geralmente, pela criação de corpos intermédios, de verdadeiros corpos que não se limitem a funcionar como simples correias de transmissão; que passa pela educação dos homens, de forma a torná-los autónomos e solidários com a necessidade do recurso permanente às instâncias superiores – ou supremas – do Estado; que passa pelo realismo de acções conjugadas no sentido de se absorverem situações anómicas, de se debelarem pontos de rotura ou de crise, de se instituírem “serviços” que “sirvam” real e efectivamente as comunidades e, por meio delas, a Comunidade.

Enquanto *tudo* se esperar do Estado, o risco de totalitarismo subsistirá, como subsistirá o risco de anarquia se tudo se deixar correr num comportamento de desespero ou numa atitude irrealista





de quem espera do “jogo natural” das forças sociais a solução de todos os problemas, a cura de todos os males, a harmonia de todos os antagonismos.

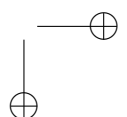
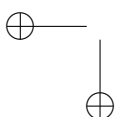
O caminho da liberdade humanizadora é um caminho difícil, mas só através dele se encontram a paz possível e a reconciliação desejável, a justiça necessária e a solidariedade que congrega. Esse caminho inicia-se com uma revolução moral que seja digna de tal nome.

### **Revolução moral e honestidade**

Quem diz honestidade diz transparência nos processos, diz rectidão no intencionar e no agir, diz o contrário de “dolo”, de “fraude”, de “engano”, e de tantos outros vocábulos quase sinónimos dos mesmos.

Escreveu-se no século XVII em Portugal um livro justamente célebre, pelo seu realismo e pela sua finura, que dá pelo nome de *A Arte de Furtar*. Hoje, esse livro poderia ser reescrito sob o título de *A arte de enganar* ou, sob simples designação latina, de *Ars deceptoria* ou *ars fraudulatória*.

De facto, são tantas, tão subtis, tão sofisticadas – ou tão ingénuas – as maneiras de lograr os outros, de ludibriar os outros, de defraudar os outros – indivíduos ou grupos, particulares ou Estado – que mesmo um Manuel da Costa redivivo teria extrema dificuldade em encontrar-se na “selva escura” de trapaças, de artimanhas e de artifícios próprios para viver à custa dos outros, prosperar à custa dos outros, luxar à custa dos outros, adquirir fama, renome e poder à custa dos outros. Em todos os estratos e escalões sociais, em todos os agregados profissionais, em todos os grupos de poder não representará hoje obstáculo de maior achar quem ache natural promover e promover-se sem olhar a meios, vender e vender-se







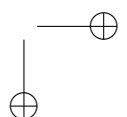
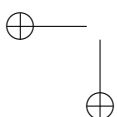
sem olhar a preços, preferir e preferir-se sem olhar a competências, a direitos reais, a razões de humanidade básica.

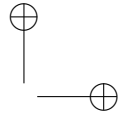
Formaria um conjunto deveras impressionante o simples levantamento sociológico desse serial estatístico. Diante da sua interpretação, a ciência mais sofisticada das motivações e dos comportamentos humanos recuaria, porventura, impotente se os quisesse analisar na sua complexidade e os pretendesse colocar na taxinomia justa.

Na realidade, se nalgum ponto a anomia se tornou epidémica foi precisamente neste ponto da honestidade fundamental. Como epidemia terá que ser tratada, se vontade séria existir para o todo não ser contaminado de morte ou não ser atingido nos seus efeitos secundários.

\* \* \*

Uma revolução moral é necessária. Para que a “antiga” sociedade não volte e a “nova” não continue a ser esse misto de ódios e de antagonismos, de oportunismos de facciosismos, de utopismos e de caotismos que ela tem sido até agora. Uma revolução moral que se deixe inspirar e orientar pelos princípios e valores da justiça, da solidariedade, da liberdade e da honestidade. Uma revolução moral que seja, no entanto, realista, renovando as instituições existentes – não apenas mudando-lhes os nomes – e criando outras que se imponham. Uma revolução moral que tenha a coragem de afirmar na prática, dentro da sensatez e dentro do equilíbrio, a norma teórica da coactividade do Direito. Uma revolução moral que estabeleça o primado da produtividade sobre a propriedade – estatal ou outra –, da cultura sobre a economia, do ser sobre o ter, da comunidade sobre a sociedade.





## QUE DEMOCRACIA PARA PORTUGAL?

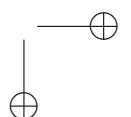
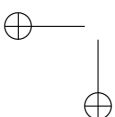
Na história dos povos, como na história dos grupos significativos, como na história dos indivíduos, surgem, por vezes, momentos em que se põe o dilema radical: ou renascer, ou morrer; ou conversão a uma outra maneira de ser e a uma maneira de se ser outro, ou desaparecimento na necrose.

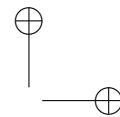
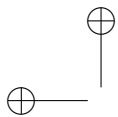
Portugal é chegado a um desses momentos. Mais de quatro anos volvidos sobre a revolta do 25 de Abril, revolta que viria a transformar-se, sobretudo a partir do 11 de Março de 1975, em revolução, essa alternativa põe-se com uma agudeza, uma premência e, até, uma angústia a que não mais é possível fugir. Que quer o País? Que quer o povo português? Que queremos nós? Queremos realmente uma comunidade nova, uma sociedade nova, um estilo de vida novo em que certos defeitos mais graves, certas carências mais significativas ou certas características mais negativas da nossa existência comunitária dos últimos tempos (de sempre?) sejam modificados, vão sendo modificados, com a gradualidade que semelhantes transformações exigem, ou preferimos nós continuar a insistir neles, a erguê-los como valores e não a removê-los como obstáculos, a assumi-los na prática, quando não na teoria, como a autêntica maneira de se ser Português, como a autêntica maneira do nosso colectivo estilo de vida?

### O país real

Antes de avançar demos um relance, embora fatalmente muito breve – demasiado breve para o efeito –, à realidade estrutural e conjuntural do nosso País.

Para começar, o dualismo nos marca. Não é tanto o dualismo Norte-Sul: é o dualismo litoral-interior. É a divisão entre uma faixa



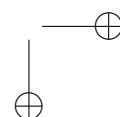
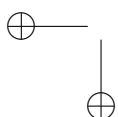


atlântica de aproximadamente 30 km e o resto do espaço nacional. A primeira, bem povoada – por vezes mesmo superpovoada, como nas áreas do grande Porto, da grande Lisboa e de Setúbal – e relativamente desenvolvida, com as estruturas próprias e os estrangulamentos próprios de uma sociedade que cresce rapidamente, pelo menos em comparação com o resto. A segunda – esse resto –, com a excepção de algumas pequenas ilhas ou ilhéus, atrasada, pobre, quando não subdesenvolvida.

Porém, as assimetrias não acabam aqui. Outras existem que importa revelar. Assim, só aproximadamente um terço da população portuguesa vive em cidades – das quais apenas duas de média dimensão, sendo as restantes simples burgos ou pouco mais do que burgos – habitando o restante em vilas e aldeias, por vezes numa grande dispersão.

A estes dois – ou três – dualismos de fundo, outros vêm somar-se, em consequência ou não dos primeiros: o dualismo do género de vida e o do nível de vida; o dualismo dos salários reais, demasiado altos uns, demasiado baixos os outros, apesar de todas as promessas feitas com o advento do novo regime; o dualismo, na economia, entre o sector público e o sector privado, tratado aquele, pelos poderes públicos, como filho e tratado este, pelos mesmos poderes, como enteado; o dualismo entre aqueles que tudo reivindicam, porque tudo podem reivindicar, e aqueles que nada reivindicam, porque nada podem reivindicar sendo embora os mais desfavorecidos; o dualismo entre os sectores prósperos da economia – poucos e situados, as mais das vezes, no sector privado – e os sectores em crise – a maioria, que engloba os pontos-chave do sistema da criação e da repartição da riqueza nacional; o dualismo entre as classes privilegiadas e as não-privilegiadas, que não são exactamente as mesmas que eram há quatro anos.

Para além destes múltiplos e diversos dualismos cuja enumeração poderia facilmente continuar, Portugal regista uma das taxas de desenvolvimento mais baixas de toda a Europa, regista a mais



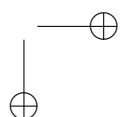
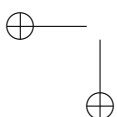


elevada percentagem de desemprego, regista o menor índice de investimentos, regista um dos maiores défices estatais, regista um dos mais altos níveis de inflação, regista um modestíssimo índice de produtividade, regista, apenas em termos económicos, muitas outras coisas negativas que muito nos aproximam do colapso ou, o que é talvez pior, cada vez mais nos hipotecam, nós e a nossa independência, ao estrangeiro.

Como consequência, directa ou indirecta, deste estado de coisas a que “alegremente” fomos chegando, rasga-se por todos os lados, uma nada pequena desagregação do tecido sócio-económico, tornando difícil, quando não, em certos casos, impossível a cooperação dos agentes e factores de riqueza nacional; aumentam, por vezes em flecha, as forças improdutivas, designadamente no sector terciário – o dos serviços –, que, ao serem improdutivas, não raro se tornam impeditivas (quatro fazem menos que dois); multiplicam-se as mais diversas formas de trabalho não-organizado e/ou a fingir; abrem-se, a cada esquina, boqueirões por onde se somem, quase sem se dar por tal, bens e energias, créditos monetários e créditos pessoais.

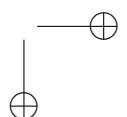
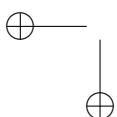
Tudo isto à sombra de uma Constituição que será, porventura, “a mais democrática do Mundo”, mas que é também, sem grandes margens para dúvidas, incerta, contraditória, idealisticamente programática mas escassamente realista, cheia de boas intenções – de excelentes intenções! – mas também percorrida de lés-a-lés, de “ses” e de “mas”, de alçapões e de fugas por onde se pode evaporar a essência do que ela possui de melhor.

E o estado moral da Nação? Sem querermos ceder ao pessimismo, diremos que, a este nível, as coisas correspondem, *grosso modo* embora, ao nível social e económico descrito. É o descrédito – terrivelmente perigoso – de uma classe política, pouco preparada, que rapidamente ascendeu e, não menos rapidamente está a declinar a olhos vistos, devido à incompetência, ao oportunismo, ao demagogismo e à excessiva partidarização dos seus quadros. É o





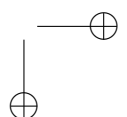
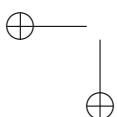
desencanto ante o muito que se prometeu, no concernerente à saúde, à educação, aos transportes, às assimetrias regionais, à habitação, ao nível e estilo de vida, à justiça social para todos, e o muito pouco que se realizou em todos esses domínios, apesar dos meios financeiros que, de início, não faltavam ou, quando viessem a faltar, o estrangeiro não teria dificuldades de maior em cobrir, para investir em infra-estruturas necessárias à modernização, de um país que reencontrava, após séculos de ausência, o seu destino europeu. É o sentimento de impotência para modificar um estado de coisas – em tantos aspectos deplorável! –, de que um espírito crítico desperto e vigilante – felizmente bem – mas desgraçadamente incapaz de ser acompanhado de igual espírito criador se tornou consciente, aumentando assim a inércia, a impotência e o conseqüente não-ter-ales. É a sensação da incapacidade de parar, menos ainda de transformar, a entropia da desordem, o domínio do oportunismo campeador, a indefinição de realidades concretas cuja clarificação não se compadece com delongas. É a percepção, vaga ou mesmo nitidamente sentida, das largas e fundas divisões do País em todos os planos em que se desenrola a existência colectiva – individual, familiar, profissional, social, cultural, moral –, divisões até ao ressentimento, ao ódio, à “revanche”, à própria repressão do adversário, para tanto adrede convertido em inimigo. É a dúvida, com instâncias de permanecer, relativa à identidade e à viabilidade de um País que, apesar de ser dos mais antigos do Velho Continente, se interroga no entanto, resignado ou ansioso, sobre o seu próprio futuro ou sobre um destino que ele não sente de forma alguma garantido quer na sua unidade, quer na sua verdade, quer na sua solidariedade. É a desconfiança ante o crescimento desmesurado do gigantismo de um Estado que tem tido mais olhos que estômago – gigantismo que, pela lógica própria do sistema, pode, de forma descoberta ou encapotada, ir absorvendo a sociedade civil tornando-se seu tutor ou seu padraço, seu guia ou seu mestre, com todos os vícios da centralite e da burocratite, males endémicos do País, so-





bretudo de há dois séculos para cá, e agora espantosamente agravados. É o temor, a angústia e o medo ante o alastrar da anomia que, sobretudo nos grandes centros, campeia infrene sem que as forças da legalidade queiram eficazmente ou possam pôr-lhes um travão não rangente. É a consciência, simultânea, de que essa anomia é circular, pelo menos em boa parte circular, de um estado de coisas caótico, corrupto e corruptor. É a memória, apesar dos meios utilizados para a delir e apagar, de uma descolonização que pouco teve de “exemplar” e muito de irresponsável, quando não de criminoso. É a revolta, surda ou declarada, contra a tentativa mais ou menos sistematicamente organizada, da demolição dos valores em que, durante séculos, a Grei acreditou: culturais, morais e religiosos. É a descrença pelo prémio, em certos casos, conferido a oportunistas, e pelo vitupério colocado como sambenito às costas de homens íntegros. É a verificação, cada vez mais patente, de que metade do País está a trabalhar para a outra metade, ao mesmo tempo que a nossa Lei Fundamental tanto insiste nos valores do trabalho e da justiça distributiva, assim como nos mecanismos de controlo e fiscalização dos meios produtivos e dos lucros daí provenientes. É a frustração pela constatação ou, quando menos, pela intuição de que o “bolo” é demasiado pequeno para repartir por todos ou de que a “manta” é demasiado estreita para a todos cobrir. É o inibicionismo de tantos produzido pelo demoliocismo de alguns, e é o exibicionismo de alguns produzido pelo resignacionismo de tantos. É a logorreia dos ineptos a entravar ou a esbanjar as energias dos competentes, dos honestos, dos realmente eficazes pelo manejo da mão e do cérebro na vontade de congregar, de construir, de edificar um País novo num Mundo que terá de ser cada vez mais novo sob a pena de ter de envelhecer morrer ingloriamente.

Ousamos avançar. Quase não há “corpo intermédio” significativo, espaço humano de sociedade e/ou de comunidade, que goze de boa saúde, que mantenha uma poderosa vitalidade, que encare o futuro sem apreensões. Ao menos no seu todo. Nem a Uni-





versidade, nem os sistemas educativo e sanitário em geral, nem a Empresa, nem as Forças Armadas, nem a própria Igreja. Todos sofrem de carências, de traumatismos, de desfasamentos, nos sentimentos de segurança e de confiança, sentimentos que são, simultaneamente, a rampa de lançamento e o motor de propulsão de um porvir melhor.

Repetimos: “quase não há...”. Seria francamente abusivo generalizar, extrapolar, universalizar. Uma vez mais: as exceções, que as há felizmente, só confirmam a regra. Mas, também, honestamente, é lícito acrescentar: à luz da história, é possível que as exceções se multipliquem tanto que elas venham a constituir a regra. Mas isso só acontecerá graças à lucidez dos responsáveis, à vontade de todos ou, pelo menos, da maioria, e à capacidade de mobilização de alguns para as tarefas de construção da Grei.

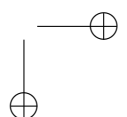
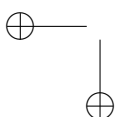
Nestes três requisitos se falhou não pouco nos últimos anos. Divisões, projectos contrários e contraditórios, caprichos e caprichismos infantis, lançamentos pela borda fora de capacidades e bens nunca ou dificilmente recuperáveis, ocasiões de mobilização desperdiçadas, quanta coisa perdida ou adiada oxalá que nunca para as calendas gregas!...

Sintetizando esta descrição, a um tempo, demasiado longa e demasiado sumária e simplificadora: *O passado não pode voltar e o presente não deve continuar.*

## **Alternativa**

Com que alternativa ou alternativas? Demasiadas vezes, no passado dos dois últimos séculos, Portugal tem vivido nos ciclos sucessivos da tirania e da anarquia. Como quebrar a cadeia fatal? Como sair para um espaço mais livre, mais estável e, por conseguinte, mais humano?

Em primeiro lugar, pensando que é necessário sair daí, que é

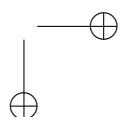
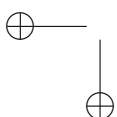




necessária uma palingénese, que é necessária uma reeducação, que é necessário aprender a conjugar o realismo político e a esperança, que é necessário saber trocar a aventura mercantil pela aventura do espírito, que é necessário ir transmutando um experiencialismo noutra, um frontalismo noutra, um mundialismo noutra. Pensando em tudo isto, a fundo, é que se criarão as condições para que as coisas realmente mudem e para que as gentes se empenhem nas tarefas que verdadeiramente importam. Pensando em tudo isto, a fundo, é que poderão ir desaparecendo do nosso horizonte as impressionantes similitudes entre o pós-liberalismo de 1834, o pós-republicanismo de 1910 e o pós-25 de Abril de 1974. Pensando em tudo isso, a fundo, é que estaremos a começar a cumprir os melhores votos – explícitos ou implícitos – dos três homens que, entretanto, melhor nos conheceram: Alexandre Herculano, Antero de Quental e António Sérgio.

Em segundo lugar, compreendendo – finalmente! – que não é nem com sebastianismos endógenos, nem com imitacionismos exógenos, de qualquer quadrante que eles venham ou sob qualquer protecção que os imponha ou apoie, que os nossos problemas começarão a ser resolvidos da maneira que melhor nos convém. Um povo com quase nove séculos de história, tão vária e tão variada, possui, na sua múltipla e multidimensional experiência, virtualidades mais do que suficientes para extrair do seu largo tesouro coisas antigas e coisas novas que será útil confrontar com experiências alheias mas sem que haja necessidade de negar as próprias.

Em terceiro lugar, consciencializando e assumindo o sentido dos limites. “Nada em excesso”, dizia um oráculo grego. E outro: “Conhece-te a ti mesmo”: conhece que és homem, apenas homem, nada mais do que homem. É dentro desses limites que devem entrar, entre outras coisas, o sentido, o concreto, do desfasamento fatal entre o ideal e o real, o teórico e o prático, o desejável e o possível, a enunciação principal e a institucionalização actual. Se esse





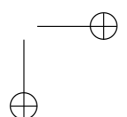
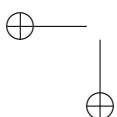


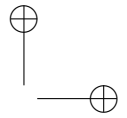
sentido dos limites nos não assistir consciente, andaremos desesperados ou sonâmbulos, infantilmente entusiasmados na primeira hora da mudança e senilmente deprimidos quando verificarmos, na hora da verdade, que pouco ou nada mudou – se não, talvez, para pior –, que às antigas aristocracias outras se sucederam, que depois de velhas burguesias, novas burguesias vieram, porventura mais vorazes, que a um tipo de oligarquia outro tipo se substituiu. Nada há como o são gradualismo de uma “revolução silenciosa”, mas que não desarma na sua permanência exigencial e exigitiva, do que o travo a cinzas de uma “revolução libertária” falhada na desordem, no caos e na carência, quando não no seu contrário, a tirania. A estrada da história está semeada, mesmo nos nossos dias, de “revoluções” deste último tipo, de “revoluções-logro”. Porque não foi nem o pão nem a palavra que viera. Vieram sim, no final de contas, a fome e o açaimo, a falta do essencial e a ausência de voz para sequer o pedir.

Em quarto lugar, tentando modificar o ritmo binário de ímpeto e queda, que tantas vezes e de tantas maneiras tem escandido a história de Portugal, por um ritmo ternário mais equilibrado e, por conseguinte, mais consentâneo com a vida sã dos indivíduos, dos grupos naturais e das nações.

Esse ritmo ternário – a democracia – é o regime político mais adequado à sua instauração e à sua manutenção. Daí a nossa demora reflexiva de hoje, pedindo desculpa ao leitor de tão longo percurso para a nossa entrada em matéria. Servirá ele como atenuante de que, se dada meditação não se encontra devidamente situada no espaço-tempo, facilmente ela se evapora em abstracções estéreis ou se perde em labirintos formais que não conduzem a nada a não ser ao seu próprio percurso exercicial.

Como, raras vezes na extensão de hoje, no nosso País, tantas palavras foram seguidas por tão poucos actos, falar “nas nuvens” aumentaria a sequência, infelizmente para nós já demasiado longa. Embora clarificar ideias nunca seja de todo inútil. . .





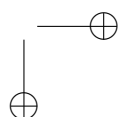
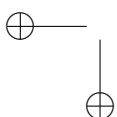
A mentalidade é elemento fundamental e fundamentante em todos os grupos humanos, designadamente naqueles que se reclamam da democracia. Porque não se é, *naturalmente*, democrata. Porque é pela mentalidade que um projecto político se converte em instituição e, mais ainda, em estilo de vida. Porque quem diz democracia diz, nestas paragens ocidentais, reinado da opinião e das ideias mais fortes, das iniciativas mais eficazes e das responsabilidades mais conscientemente assumidas, dos conflitos mais abertos e da sua solução arbitral pela Lei soberana, emanação, por sua vez, da vontade ainda mais soberana do Povo. Porque quem se reclama da democracia, pode reclamar-se da analogia e mesmo da equivocidade do ser, da diferença e não da rigorosa identidade do real, da autonomia e não da literal heteronomia do Direito.

### **Democracia e seu contorno**

Apesar do contexto, parece, finalmente, que todos estamos de acordo. Todos queremos a democracia. Da extrema esquerda à extrema direita e da extrema direita à extrema esquerda, todos proclamam as virtudes da deusa, todos lhe rendem culto e homenagem, todos a reivindicam como sua autêntica padroeira, todos passam o seu nome como santo e senha dos próprios interesses. Muito nos lábios e pouco no coração? Talvez. Mas vamos devagar.

Que espécie de democracia? Democracia é hoje um conceito larguíssimo que serve para cobrir e encobrir as mais diversas e até opostas intenções. Tão largo que o pode abranger a ela e ao seu contrário, o totalitarismo. Senão vejamos.

Democracia representativa da delegação de poderes ou democracia directa do exercício de poderes nos conselhos, nos autogovernos, nas fábricas, nos escritórios, nos bairros? Democracia económica a tender, no limite, para a absoluta igualdade, não apenas de oportunidades, mas de remunerações e de salários, ou

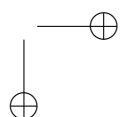
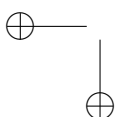




democracia tão só política da liberdade e da mera igualdade perante a lei, por força das coisas e/ou vontade dos homens, desigual? Democracia social ou democracia cultural? Democracia orgânica, composta de vários membros e funções ligados dos pés à cabeça de onde, para conservar a metáfora, deve emanar o comando, ou democracia inorgânica – atomista e horizontalista – traduzida na fórmula “um homem, um voto”? Democracia centralizada num órgão de onde partem iniciativas e directivas, planos e projectos, ordens e programas, ou democracia descentralizada, dispersa por vários órgãos e funções de cujo principal recto agir e reagir, resulta uma harmonia do todo, constituindo, como nas mónadas de Leibniz, “o melhor dos mundos”? Democracia com o assento posto no vigor da sociedade civil e seus diversos corpos intermédios ou democracia com o acento draconianamente cravado no Estado, num Estado cada vez mais totalizante, mais tentacular e mais absorvente? Democracia a partir do vértice? Democracia deduzida de um princípio único a partir do qual se formulam, *more geométrico*, regras e aplicações, ou democracia ecléctica que deriva todo o seu bem de qualquer espaço onde o encontra ou o julga encontrar? Democracia parlamentarista ou democracia presidencialista? Democracia semi-parlamentarista (de um parlamentarismo racionalizado) ou democracia semi-presidencialista? Democracia de bairro ou democracia de pacto social global? Democracia societária, em que o contrato é a base, a lei e o princípio, ou democracia comunitária em que as relações anímicas de reciprocidade e comunhão constituem o elo vincular e vinculativo?

A enumeração poderia continuar. Porém as perguntas feitas e as alternativas formuladas são suficientes para nos podermos interrogar mais radicalmente: que é a democracia? A questão tem sido posta inúmeras vezes e o elenco, embora incompleto, das perguntas acabadas de formular demonstra que a resposta à questão se encontra longe, muito longe, de ser pacífica.

O enunciado mais corrente, quase protocolar, é o que define



a democracia como sendo “o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Mas quando se trata de exprimir ou, pelo menos, de esclarecer o conteúdo do enunciado substantivo e prepositivo, aí começam as dificuldades. Dificuldades, que, até hoje, nenhum lógico das ciências humanas, nenhum filósofo, nenhum sociólogo, nenhum politólogo conseguiu resolver. Deixemos, portanto, a definição no seu belo e, aparentemente, escoreito formulário e vamos às “auctoritates”.

Como é do conhecimento geral, o pai da moderna concepção ou das modernas concepções de democracia é J.J Rousseau cujo bicentenário de óbito, juntamente com o do seu rival – amigo/inimigo – Voltaire se está a celebrar. Foi sua intenção, intenção do filósofo do “contrato social”, “trouver une forme d’association qui défende et protège de toute la force commune la personne et les biens de chaque associé, et par laquelle chacun s’unissant à tous, n’obéisse pourtant qu’à lui-même.»

É a famosa teoria da Vontade Geral que, na prática, devia traduzir-se pelo sufrágio universal, pela necessidade de impedir que os interesses particulares e as várias feudalidades falseassem a verdade dos escrutínios, pela igualdade de todos perante a Lei e pela vinculação do homem-cidadão à República.

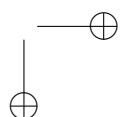
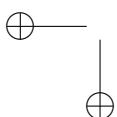
São conhecidos os resultados da sua aplicação de dois séculos. Talvez por um certo pressentimento deles, o grande intuitivo e o grande sentimental, que foi Rousseau, e também porque uma lucidez até ao gume não raro o acompanhou, logo acrescenta: “À prendre le terme dans toute la rigueur de l’acception, il n’a jamais existé de véritable démocratie et il n’en existira jamais...”.

De facto, puderam – ou poderiam, pelo menos até certo ponto – reclamar-se da teoria da Vontade Geral democratas clássicos e democratas totalitários de vários bordos, homens como Robespierre e Saint-Juste, Marx e Lenine, Hitler e Staline, Mao-Tsé-Tung e Fidel Castro – “combati contra Battista levando no bolso o contrato social de Rousseau”, declara reconhecido o chefe cubano.



Deixemos pois a democracia da Vontade Geral em paz com os manes do seu autor e em paz com os manes de todos quantos, por tão diversas vias, directas ou indirectas, de perto ou de longe, lhe seguiram os ensinamentos. Sejam mais modestos. Digamos, para começar, que democracia é um conceito ideal e analógico: portanto nem real nem tampouco unívoco ou equívoco; que é um conceito axiológico e dinâmico, isto é, de ordem moral mas sujeito às vicissitudes das situações concretas em que é preciso venha a encarnar e a objectivar-se em leis, regulamentos e costumes em determinado espaço-tempo; que é um conceito de gradual ascensão histórica, sujeito, por conseguinte, ao acontecedoiro dos “dois passos para diante e um para trás”; que é um conceito que se define, na prática soberana, pela participação, cada vez mais larga e profunda, cada vez mais extensa e intensa, cada vez mais consciente e estruturada, nos bens e nos serviços, nos direitos e nos deveres, nas prestações e nas obrigações de todos para com a comunidade e da comunidade para com todos; que é um conceito operativo de um sistema que vive em função do meio em que historicamente se implanta; que é um conceito que na história moderna do Ocidente – a única que realmente o assumiu com as características supra – ele foi sofrendo três grandes metamorfoses ou, se quisermos ser mais simples, ele foi passando, quase em espiral, por três grandes fases: a fase da liberdade política, a fase da justiça social e a fase, entrópica, da gestão da prosperidade geral, para utilizarmos a classificação de Raymond Barre.

A definição dela pode parecer algo arbitrária. É-o, de facto. Arrancou sim de dois pressupostos: o pressuposto geral de que em toda a definição existe um pouco de arbitrário ou, pelo menos, de elástico, e o pressuposto de que todos os sistemas são para os homens e não os homens para os sistemas, de que as constituições políticas são para os homens e não os homens para as constituições políticas.

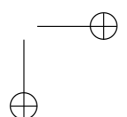
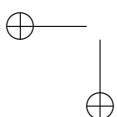




É com essa dupla ideia de “derrière la tête”, como ensinava Pascal, que foi elaborado o que adiante se irá ler.

### **E em Portugal?**

Tentemos aplicar a “definição” acima enunciada ao caso. Nas últimas duas instâncias a que R. Barre se refere, nunca o nosso país conheceu realmente a democracia. Foi sempre uma democracia incoada, de boas intenções e nada mais. E mesmo na primeira instância – a liberdade – há que recebê-la, sim, com alguns grãos de sal. Na época do liberalismo como na época da I República, quantas restrições – directas ou indirectas – à expressão do sufrágio, quantas limitações – fácticas e/ou jurídicas – à liberdade de expressão, associação e reunião, quantos “ses” e quantos “mas” postos pela legislação positiva ao duplo princípio aceite do direito natural e da soberania popular. Porque, assentando a democracia nos dois pilares básicos que são o pacto social (conjunto de direitos) e o sistema de deveres (produto da vontade livre que livremente os assumiu), todo o esclarecimento é pouco: para que o trabalho – sobretudo quando o patrão é o Estado – não seja uma fraude; para que no agir geral dos cidadãos a batota não seja a regra e o jogo correcto a excepção; para que as coisas que funcionam mal sejam conhecidas no seu mau funcionamento, como, por exemplo: se certos hospitais são campos de concentração para onde se atira, aos montes, carne humana; se certas telefonistas não atendem só porque não lhes dá gosto interromper uma conversa de “escárnio e maldizer”; se certos professores não ensinam ou porque preferem ser missionários de uma ideologia a serem ministros da autêntica gnoseologia; se certos operários, em vez de obreiros competentes da riqueza nacional, antepõem a esse nobilíssimo dever a fácil tarefa de demagogos de reivindicações impossíveis de satisfazer, por maior boa vontade que a outra parte manifeste; se um

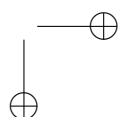
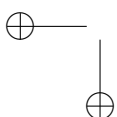




labor honesto e aplicado se deixa ao canto da sala, do escritório, da fábrica ou da herdade para se ir organizar a quadriculagem da vigilância para a denúncia; se tantas outras coisas vivem fora do espaço realmente integrador, quotidiano, vital – interno ou externo – que deve ser a democracia, então a verdadeira democracia ou ainda não começou ou não passa de autêntica caricatura que só por ironia ou humor negro pode assumir esse nome. Democracia que só existe nos textos é como a fé sem obras, isto é, coisa morta; é, como do sistema de Hegel dizia Kierkegaard, um grandioso palácio sim mas inabitado, se é que não inabitável; é um conjunto de termos sem conexão de ligação vital; é um “tema” sem “esquema” de acção a conduzi-lo, como na psicologia de Burloud; é uma “ideia” sem a “força” própria da concretização que lhe confere o dinamismo profundo da efectividade dominante e superdeterminante; é pretexto, justamente a partir de um texto sagrado – ou quase –, para se criar um espaço de banalização, de eristização, de doxização, incolor, fatigante, desgastante, precisamente o espaço ideal para prosperarem interesses bem reais: quando “todos os gatos são pardos”, é que o “gato – por – lebre” tem vida larga.

Quando coisas destas acontecem, não com a abundância dos *rari nantes in gurgite vasto*, mas com frequência bastante para chamarem a atenção e até alarmarem, não é de estranhar que comecem a surgir, um pouco por toda a parte, a inibição de mandar e a vontade de se ser mandado, o sacudir das responsabilidades próprias e o tropismo de as transferir para “instâncias superiores”, a redução do actual ao seu princípio arqueológico e, à guisa de compensação, a arrogância da própria autoridade posicional, a inflação do próprio papel no micro-sistema e sua morfogénese, a multiplicação de gestos e movimentos reflexos destinados a aumentar aquela importância da forma que falta à densidade do conteúdo.

E isto porquê? Porque, sobretudo desde o liberalismo, temos andado a ser governados mais pelo nosso negativo do que pelo nosso positivo, mais pelos nossos defeitos do que pelas nossas





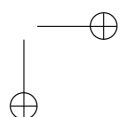
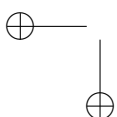
qualidades, mais pelos defeitos das nossas qualidades do que pelas qualidades dos nossos defeitos.

É neste contexto, que leva, pelo menos século e meio de existência histórica, apesar dos seus muito avatares, que se torna imperativo: *desburocratizar, desideologizar, desclientelizar, descentralizar*.

### **Desburocratizar**

Decerto, o Estado moderno tende, mesmo na suas formas liberais e federais, a ser cada vez mais interventor na sociedade civil e tende, por conseguinte, a concentrar serviços e funções que antes andavam dispersos por aquela. É esse um dos factores da lei histórica do aumento do sector terciário. Mas não é factor único. Há outros e, no nosso caso português, não menos importantes. Era preciso dar emprego a milhares de pessoas que não o tinham. Era preciso absorver os excedentes – largos, demasiado largos excedentes – oriundos dos sectores primário e secundário, abalados por uma crise tão larga como profunda. Optou-se, então, pelo que pareceu mais simples no contexto de uma sociedade em que o Estado funcionava e era realmente o patrão dominante. Criaram-se logo e em todos os sectores da actividade produtiva, empregos e serviços, órgãos e funções, em larga medida, desnecessários. O sistema, já de si complexo, da burocracia tornou-se desse modo, em várias situações e estruturas, irrealista, obstaculizante, quando não impeditivo de funcionamento adequado. Com a agravante de se tornar espantosamente oneroso para a economia do País e para as finanças do Estado.

Com satisfação para alguns? Sem dúvida. Mas também com enorme contentamento para a grande maioria que aos vícios do tradicionalismo burocrático português viu somar-se outros ainda mais graves.

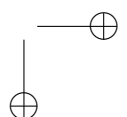
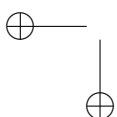






Que fazer? Atirar de novo para o desemprego esses muitos milhares tão precariamente empregados com dano para bens e serviços públicos? Vamos devagar. Aquilo que se fez assim tão depressa e tão mal, não consente, em nome da humanidade, ser desfeito com igual rapidez e sem olhar a meios, atirando para a miséria com milhares de famílias. Necessário se torna operar uma reconversão de pessoas e de serviços de modo a que a comunidade não venha a sofrer prejuízos ainda mais graves. Desburocratizar, sim, mas devagar, começando pelos casos mais clamorosos ou onde a plétora de funcionários é maior, ou onde a inépcia é mais notória, ou onde a acumulação com outros empregos torna esta sociedade, que “caminha para o socialismo”, de forma cada vez mais gritante, uma sociedade de desiguais, não pela natureza das coisas mas pela vontade, expressa ou sub-reptícia, dos homens que assim a configuram.

Estejamos certos. Enquanto o actual burocratismo continuar, irá em aumento a burocratite. E enquanto a burocratite não começar a ser realmente debelada, será difícil viabilizar e visibilizar a democracia, será difícil remover os obstáculos e promover os valores; será difícil superar a profunda crise de esperança em que nos achamos envolvidos; será difícil não “queimar” homens que pareciam dotados para serem os artífices de um mundo novo e nosso; será difícil ter aquela humildade lúcida e responsável em que ninguém se julga possuir, em exclusivo, a solução global porque só todos, em definitivo, a possuem; será difícil afirmar a diversidade, exercer a função criticamente construtiva e cultivar a marginalidade necessária, elementos indispensáveis ao bom andamento de qualquer organismo social que queira manter vida própria; será difícil promover a informação verídica que deve funcionar com atmosfera vital de respiro de uma democracia digna de tal nome.

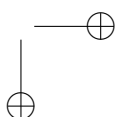
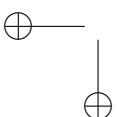




## Desideologizar

Depois de vários decénios de ideologização clandestina ou camuflada, depois de quase iguais decénios de doutrinação alógena, eis que irrompem, após o 25 de Abril, à clara luz do dia e em todo o espaço endógeno, do Minho aos Açores, em vagas sucessivas, avalanches de teorias económicas, sociais, políticas e culturais, com os seus símbolos, os seus emblemas, o seu pessoal doutrinador e doutrineiro. Em livros, revistas, brochuras, jornais, cortesjos, comícios, inscrições de solo ou de parede, emissões de Rádio ou de Televisão, exposições de escultura ou de pintura, gravações musicais ou gráficos murais, é todo um mundo abigarrado em que as ideologias, as mais díspares, contrastadas e contrastantes, se disputam o campo altamente acidentado das consciências e dos corações, das estâncias e das militâncias, das espontaneidades e dos reflexos. E o processo, embora atenuado, continua. Como continuam ainda, se bem que já, em parte, delidos pelo tempo, vestígios do *furor ideologicus* de 1974-76.

Ora a ideologia que poderia talvez funcionar, como pretendiam homens tão diversos como E. Renan e G. Sorel, Lenine e Gramsci, na categoria de elemento decisivo para a “reforma intelectual e moral”, tornou-se não raro, entre nós, durante os últimos anos, um poderoso factor de desagregação e discórdia, de falsa consciência e de consciência falsa. Pelo primarismo das suas visões, pelo fanatismo das suas afirmações ou pelo pietismo das suas adorações, ela converteu-se, apesar da diversidade das formas assumidas, em multidão grandiloquente de “ídolos da praça e do teatro” abominados por Lord Bacon de Verulamio. Em vez de tentar converter “o racional em real e o real em racional”, preferiu florescer com ímpeto exibicionista, passionalista e oportunista, enquanto, no meio tempo, coisas extremamente sérias nos irrompiam pela casa adentro: uma crise económica e financeira dessas que a nossa história não conta numerosas; uma crise social e de desemprego que já





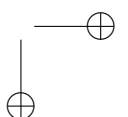
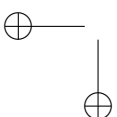
há tempos fez estalar todos os parâmetros da “normalidade”; uma crise moral de descrença roedora de algumas das melhores energias da Grei; uma crise de identidade nacional que nem talvez na crise de 1580 tenha paralelo.

São “essas coisas sérias” que tornam imperativo o verbo “desideologizar”. Pelo menos, na medida e na maneira como temos conjugado o seu contrário.

## **Desclientelizar**

Alguns prefeririam mesmo dizer *despartidarizar*. Não vamos tão longe. Em democracia, os partidos são necessários porque exercem múltiplas funções, de outro modo dificilmente substituíveis. Porque são grupos, como diz a Constituição da República Federal Alemã, “que concorrem para a formação da vontade política do Povo”. Porque realizam uma real função de mediação entre o exercício do poder e aquele em cujo benefício, esse poder existe, que é o conjunto da Nação. Porque, exercendo embora ou podendo representar papéis diversos e mesmo opostos na sociedade global – diversificar, clarificar, modernizar, polarizar, levar à participação nas tarefas comuns, exemplarizar no positivo e no negativo, educar e deseducar, alienar e conscientizar, mobilizar e desmobilizar –, o resultado final desse exercício, numa sociedade moderna, pluralista e crítica, pode muito bem, feitas as contas dos prós e dos contras, revelar-se mais positivo do que negativo.

Sob múltiplas condições: que eles correspondam a um autêntico fundo real da sociedade em que surgem, pela ideologia, pela sensibilidade, pela cultura, pelos interesses gerais ou de estratos significativos, da população; que eles assumam, frontalmente, uma real função política – o exercício do poder – que de forma alguma se deve identificar, sem mais, com a função de administrar, de pressionar, social, económica ou religiosamente; que eles se dotem de

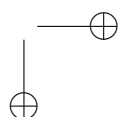
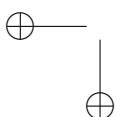




uma organização tal que, perante o público e o eleitorado, eles dêem visos daquela credibilidade de que, uma vez no governo, eles forneçam garantias de que a marcha do País andar­á, de forma positiva, para as metas pré-fixadas, embora os caminhos para lá chegar possam não ser exactamente os previstos.

Preenchem os partidos portugueses actuais essas condições? Seria ingenuidade ou excessiva generosidade responder pela afirmativa. Quase todos eles de formação recente; todos eles em grau maior ou menor, importadores de ideologias alógenas a que a sensibilidade nacional nem sempre adere profundamente; muitos deles deslocados no lugar espectral onde dizem situar-se; todos eles mostrando, não raro, desfasamentos clamorosos entre a teoria e a prática; todos eles, de forma clara ou encapotada, deixando ver de fora sérias divisões internas, quanto a táctica, estratégia e personalidades dirigentes ou influentes; todos eles mais ou menos oligárquicos – Robert Michels tinha razão ao colocar a oligarquia como uma das notas dominante dos modernos partidos políticos –; todos eles relativamente pouco convincentes em relação ao pessoal que cada um dispõe para gerir politicamente o País no estado em que o País se encontra.

Por tudo isto e pelo mais que seria supérfluo e fastidioso acrescentar, a não ser, relativamente àqueles que exerceram mais diuturnamente o poder, a sua eficácia desigual e globalmente duvidosa, por tudo isto, não é de estranhar que o público, em escala pouco recomendável, comece a descrer deles, a apontá-los como fautores dos nossos males, a descrevê-los como portadores, não da *democracia* mas da *mediocriocracia*, a senti-los divorciados dos problemas reais daqueles que confiadamente os elegeram – no concer­nente à saúde, à economia, aos transportes, à justiça social, à indústria, à agricultura, ao comércio, à preservação do capital natural, à cultura –, a ver neles grupos de “causídicos”, por vezes brilhantes, mas remirando-se apenas nas frases bonitas que pronunciam, a olhar as suas estruturas como vias de carreirismo e oportunismo,





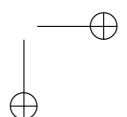
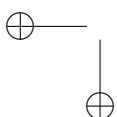
subtil ou simplório. Daí a pensar que a sua existência é, não só inútil mas prejudicial, a distância não é grande.

Apesar dos defeitos apontados, alguns deles infelizmente bem reais, não parece que a despartidização pura e simples da vida política nacional viesse a resolver todos os nossos males que são, sem sombra de dúvida, muitos e graves. Pelo contrário, viria complicá-los.

O que parece necessário e urgente, isso sim, é a sua revisão e composição no espectro político global do País, é, sobretudo, a sua *desclientelização*.

Fixemo-nos neste último ponto. A história da antiga Roma conhece e a realidade sociológica da Itália de hoje confirmam quanto as clientelas de partidos e facções são nefastas ao bom andamento da *Res publica*. Pela incompetência dos clientes e a sua impunidade, pela desmoralização geral que uma e outra engendram, pela demagogia, que é a sua arma de defesa, pelo desvio das atenções do essencial para o secundário, pela aplicação de grelhas opacas ao real que, dizem, só eles sabem ler, pela afirmação, em todos os tons, de que tudo é político, dando a perceber que *só* é político, pelo esforço – infelizmente inglório – de projectar o Povo para um universo mítico de promessas irrealizáveis, pela descrição, muito aplicada no seu recorte partidário, da crise que só o seu partido verdadeiramente conhece e só ele é verdadeiramente capaz de solucionar, graças aos auxílios de aqui, de além, de acolá, pela inércia que, na realidade, os imobiliza no contentamento do “enquanto dura vida doçura”.

Desclientelizar. Uma vez mais: é necessário e é urgente. Por vários motivos e com vários fins. Para que a vida política não coincida indevidamente com a vida administrativa, coisa indispensável numa democracia moderna em que, podendo os governos mudar com relativa frequência, a normal gestão dos negócios correntes não sofra interrupção. Para que a distinção de funções opere a imprescindível distinção de competências. E, *last but not least*, para



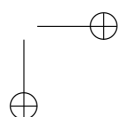
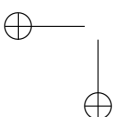


que o sentido do Bem Público não venha a confundir-se com excesso de facilidade, com o bem particular de um partido ou de um grupo.

Nesta ordem de ideias, será acaso tolerável que partidos no poder criem dezenas de milhares de “postos de trabalho”, muitos deles desnecessários, só para satisfazerem amplos sectores das próprias clientelas? Evidentemente que não. Entre outras razões porque essas clientelas, “politicamente competentes”, costumam revelar-se, não raro, tecnicamente, verdadeiros desastres. É certo que se ouviu com excessiva frequência, durante os últimos anos, que a “competência política” sobrelevava em muito à “competência profissional”. Mas os resultados do dislate estão à vista. Numa extensão demasiado vital, ai de nós!... É entre os “politicamente competentes” sobretudo que se recrutam os coveiros da revolução. É graças sobretudo a eles que “griparam” os mecanismos da substituição do “antigo” pelo “novo”. É graças sobretudo a eles que sentimos o nosso futuro bloqueado. É graças sobretudo a eles que se dá a ausência de credibilidade de homens e instituições: por falta de coerência e de eficiência, por falta de realismo que cole ao ser e aos seres, por falta de um horizonte de abertura ao porvir, por falta de um valor maior pelo qual valha a pena arriscar a própria existência independente e livre.

## Descentralizar

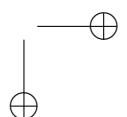
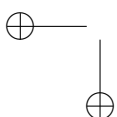
Portugal possui uma tradição, já bastante arraigada, de “jacobinismo” centralizador. Na administração e na educação, na economia e nas finanças, na justiça e no jogo político. Esse “jacobinismo” atingiu o apogeu com o regime do Estado Novo. Com o 25 de Abril as coisas tornaram-se altamente ambíguas. Se, por um lado, com as nacionalizações, esse pendor se viu fortemente acentuado, por outro, com a proclamação da liberdade e a relativa au-





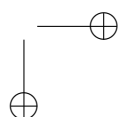
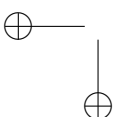
tonomização da Madeira e dos Açores, esse mesmo “Jacobinismo” sofreu um duplo golpe: principal e legal. A Constituição de 1976 é bem, nesse ponto, como em tantos outros, um produto híbrido cujos elementos dificilmente se conciliam, para dizermos o mínimo.

Descentralizar é necessário. Convicta ou menos convictamente, todos o vão afirmando. Mas descentralizar o quê e como? Começam aqui os “puzzles” teóricos e técnicos. Começam aqui os bairrismos e regionalismos. Começam aqui os assimetrismos que tão dolorosamente afectam o nosso país e aos quais, em breve e não exaustiva síntese, aludíamos no começo deste escrito. Começam aqui o pluralismo *nas* instituições e o pluralismo *das* instituições. Começam aqui as necessidades de revisão de todo um processo histórico, antigo ou recente – não interessa, talvez, em primeira linha, para o caso – mas que pode acarretar consigo factores radicais de recriminação e instabilidade que, somados a outros, são susceptíveis de perturbar seriamente a já tão perturbada vida da Nação. Mas começa aqui também o realismo político de ver, concretamente ver, que o País não é só Lisboa, que o País não é só a faixa atlântica dos tais trinta Km. Que o País é também – e não menos – as ilhas e o interior recôndito, que um país é um todo, não, decerto, homogéneo, mas admiravelmente diversificado nos seus povos e nas suas gentes, nos seus usos e costumes, nas suas tradições e aspirações, no relevo e produtos dos seus solos, nas suas crenças e nas suas atitudes perante o Mundo e a Existência. Assim, como conciliar a necessária unidade do Estado com a diversidade, não menos necessária, da sociedade civil? Como descentralizar normas e serviços, órgãos e funções que, sendo para espaços regionais e seus habitantes, contribuam no entanto para o Bem Comum na unidade, na verdade e na solidariedade? Como descentralizar sem refeudalizar através de classes, de partidos, de corporações de vária ordem, de interesses particulares por vezes bem mesquinhos? Como descentralizar sem onerar em excesso as finanças e a economia de um país, já tão frágeis e tão abaladas?





A resposta, sem dúvida genérica, pode, no entanto, concretizar-se da seguinte maneira: construindo infra-estruturas que funcionem, no espaço onde elas não existem ou, se existem, não passam de rudimentares, nos domínios básicos da saúde, dos transportes e da educação; criando condições de emprego produtivo para a grande maioria da população activa, hoje desempregada ou, quando menos, desmotivada; dando às pessoas e seus haveres o sentimento geral de segurança e de perspectivas reais de um futuro menos sombrio para elas e para os seus filhos; fazendo surgir um projecto colectivo, útil ao País e com viabilidade de concretização, embora também com a humildade das coisas que vão crescendo aos poucos, mas que, por isso mesmo têm o destino de durar; fomentando toda a paz social possível – e desejável – mas sem a veleidade de excluir todos os conflitos, com a consciência de que, contribuir para os não agudizar e exacerbar, constitui já um começo de associação de cada português à empresa comum de construir um País melhor, mais equilibrado e menos assimétrico, mais coeso e mais descentralizado, mais justo e mais dinâmico, mais consciente e mais livre, mais resistente aos choques internos e menos disperso ante as várias pressões internacionais, mais genuinamente tradicional – de uma tradicionalidade mais primigénia – e mais moderno – de uma modernidade que participaria já da pós-modernidade a que o seu próprio atraso poderia ser propício –, menos conflitivo, politicamente, e mais competitivo, economicamente; dando à iniciativa popular, que não apenas ao Estado e/ou às oligarquias partidárias, um grande espaço de iniciativa, embora a controlar, sobretudo nos domínios local e regional; não descuidando a necessidade, para que o conjunto resulte harmónico, de uma liderança lúcida e calma, inteligentemente interventora e pausadamente arbitral, já que, em questão de justiça distributiva, sobretudo quando de regiões se trata, toda a sindérese é pouca.



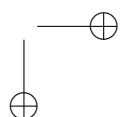
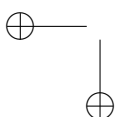


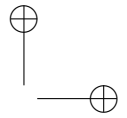


## **Interiorizar a democracia**

Mas desburocratizar, desideologizar, desclientelizar, descentralizar são operações que relevam a negatividade. E embora a negatividade, como ensinam mestres da estatura de um Espinosa, de um Hegel e de um Marx, seja importante, ela não é tudo. Não é tudo nem é sequer o principal. Mais além, alarga-se, a perder de vista, o campo vasto da positividade, da criatividade e da solidariedade dos homens e dos seres, campo onde a história realmente se perde ou se ganha.

Assim, para volvermos ao caso português de hoje, imperativo é erguer, do caos legislativo actual, um cosmos clarificador por onde se possa transitar sem riscos de cair em alçapões irremediáveis; imperativo é descobrir homens de carácter e competência que nos façam conceber pelo nosso meio e pela nossa espécie uma admiração e um respeito que tantos casos tristes nos têm feito perder; imperativo é despertar iniciativas que concretizem algumas ideias fecundas que andam no ar e que generalizem exemplos isolados, que de tal generalização pareçam susceptíveis; imperativo é criar um estado de espírito em que os Portugueses se sintam solidários e mobilizados para as tarefas comuns, de forma a que os ódios possam ser esbatidos, os ressentimentos e as vinganças possam ir sendo canalizadas para espaços mais abertos e transformados em energias positivas; imperativo é conhecer, reflectir e decidir no sentido de encontrar os autênticos valores da democracia para que, interiorizando-os, eles possam ser levados a uma prática institucional verdadeiramente digna de tal nome; imperativo é inserir no espaço largo do inconsciente colectivo ou daquilo que seja o correlato de tal nome – pouco importa para o efeito –, os fins mais altos, mais teleonómicos e mais teleológicos da Grei, de forma a superar, na medida do possível ou do simplesmente razoável, egoísmos individuais e de grupo, regra geral terrivelmente cegos, de forma a transgredir a vulgar auto-suficiência do senso comum que nada



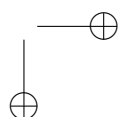
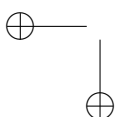


enxerga para além do seu campanário aldeão, de modo a catalisar a acção do subconsciente, dele fazendo uma poderosa alavanca para a transformação necessária e a níveis relativamente profundos.

Interiorizar os valores da democracia, eis pois a questão máxima que se põe aos Portugueses depois de tantos traumatismos em épocas recentes e menos recentes. Interiorizá-los, para tanto mobilizando os meios da educação e da cultura, da informação e da acção, da teoria, raciocinada e exposta ao nível do captável ou do simplesmente perceptível, e da sua prática exemplar na verdade, na tolerância e na solidariedade. Só pela interacção de todos estes factores e elementos e pela mediação de uma afectividade devidamente sensibilizada, sem manipulações de pavloviana ressonância, é que será possível criar nos homens e mulheres deste País uma nova imagem de democracia que fuja aos estereótipos de estruturas, de gestos e até de personagens a que o último século e meio intervalarmente nos habituou, nos foi habituando.

Sejamos francos ou, antes, radicais: mais do que *termos* um Estado democrático ou aproximadamente tal, o que sobremodo nos importa é *sermos* uma sociedade democrática, embora com a gradualidade que tal processo exige. Porque, como dizia Pascal, “qui veut faire l’ange fait la bête». Quem quer transformar, da noite para o dia, uma sociedade de pólo a pólo corre bem o risco de volver breve ao *statu quo antea*, se é que não a um estado mais arcaico ou até primitivo.

E aqui, volta uma vez mais a questão: começar por modificar os homens ou alterar as estruturas? Pergunta vã, muito semelhante à da prioridade do ovo ou da galinha. Em vez da disjuntiva, a conjuntiva. Homens e estruturas devem ir transformando-se numa interacção recíproca, persistente e lúcida, num processo que jamais vê o seu termo. E felizes das sociedades que o compreendem. A sua história não será espectacular, sobretudo para os modernos cultores do sensacionalismo em si e por si, nem será, tão facilmente, *anima villis* para os experimentadores *in vivo* da verificação/falsificação

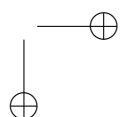
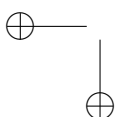




das “leis” da dialéctica, mas essa história, sobretudo para a quem souber ler, será mais fecunda, mais natural e, sobretudo, mais humana do que a das sociedades que avançam aos solavancos quando não por cortes que, pretendendo-se radicais, as mais das vezes o não são, continuando até, não raro, os antigos esquemas por outras pessoas e por outros meios, sem que estes sejam, necessariamente, menos violentos.

Democracia do Estado e democracia da sociedade civil. Sendo esta mais importante do que aquela, não se segue que as duas devam ou possam andar separadas. Pelo contrário. Importa sobremaneira operar entre elas uma relativa simbiose e, sobretudo, que entre elas se estabeleça uma certa correspondência, de forma a que o Estado apareça como real emanção da sociedade civil e que a sociedade civil se revele ordenada, tendo em vista o bem mais universal pela intervenção da autoridade do Estado. Porque, sobretudo nas sociedades de massas, que tendem, cada vez mais, a ser as sociedades modernas, facilmente se cai ou no infantilismo primário ou no utopismo sem base, ou no impulsivismo descontrolado ou no compensacionismo pela muita fome passada, ou no explosivismo de demasiados ressentimentos acumulados e ferozmente pensados, ou, para não fugir à regra, nos egoísmos de sempre, nos expectacionismos sebásticos, como no nosso caso português, com frequência à espera, sobretudo nos momentos mais críticos, do personagem redentor e libertador para tanto dotado do potencial carismático necessário, ou nos fatalismos pessimistas com toda a carga do irremediável.

É ao Estado que compete, em semelhantes conjunturas, sobretudo, revelar-se como a consciência crítica da Nação. Porque a Nação, na sua realidade de ser colectivo e histórico, é forte mas é vulnerável, encontrando-se sujeita a pressões do interior e do exterior, limitada e recursiva. Por vezes, mesmo sem norte que a guie, sem motor que a propulsione, sem suporte que a agente a fluir, sem nada nem ninguém em quem acreditar. Porque tudo, em





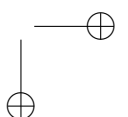
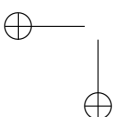
termos de colectivo, parece ter-se afundado para sempre ou nunca mais: a honra, o sentido histórico, a cultura, os próprios recursos materiais.

\* \* \*

Para bem ou para mal, para bem e para mal, Portugal é hoje uma sociedade politizada. Saibamos converter o negativo em positivo. Saibamos equacionar, por nós, os nossos próprios problemas. Saibamos redimensionar-nos à nossa autêntica medida que, bem vistas as coisas, nem é demasiado grande nem demasiado pequena, tendo em vista a nossa real projecção no mundo histórico globalmente considerado. Saibamos descobrir os tesouros das nossas terras e das nossas gentes sem deixarmos essas tarefas a estrangeiros: tesouros de uma relativa riqueza material, climática principalmente, mas, sobretudo, tesouros de bondade, de generosidade, de universalidade, de dedicação que uma prática chatineira de séculos só em parte ocultou. Saibamos compreender que quanto mais uma sociedade se complexifica mais necessidade tem de uma prática política sã, aberta, leal, digna, numa palavra, de seres humanos que recusam tanto o robotismo como o maquiavelismo, tanto a anarquia como a tirania, tanto a estagnação como a ebulição, tanto o resignacionismo fatalista do pior como o optimismo de uma candura sem falhas e a toda a prova. Saibamos, numa palavra, ser realistas: à escuta, não tanto do parceiro ideológico do lado ou da frente, não tanto do deputado contrincante, quanto dos homens reais e do Povo real nas suas aspirações e nas suas carências, nas suas raízes e nas suas possibilidades de florescer e frutificar, nas suas qualidades e nos seus defeitos.

Só assim poderemos retomar a história do nosso País, só assim será possível a re-invenção de Portugal por Portugal, a recriação de Portugal por Portugal. Através da democracia como espaço da liberdade e da comunidade, da subjectividade e da legalidade, da consensualidade e da soberania popular.

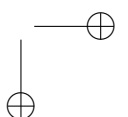
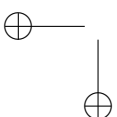
*www.lusosofia.net*





Neste momento, assiste-nos a consciência de que três e só três são os estímulos que ao *opus ingens* nos podem mover: um alto ideal moral, o interesse, singular e colectivo, e a coacção que se aplica ao escravo. Depende de nós e, em última instância, só de nós, que sejam os dois primeiros a imperar e não o último, que é indigno de seres humanos.

É a hora de, lembrados de duas advertências de um “profeta” francês nos anos terríveis da última guerra, repetirmos à sua maneira: “*Portugal, guarda-te de perder a tua alma!*”; “*Portugal, guarda-te de perder a tua liberdade!*”.





## REFLEXÕES SOBRE O PODER

Quando se fala, com tanta insistência, na realização de eleições legislativas intercalares, não parecerá descabido meditar sobre o poder: a sua essência, as suas ambiguidades, as suas funções, as suas formas de legitimação, as suas motivações.

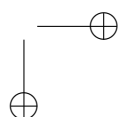
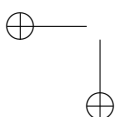
Visando o quê? Visando criar um espaço de distância e diálogo; visando, nos limites do possível e nas aspirações do desejável, transformar o conflito em cooperação, a divergência em convergência, a inexorável diversidade na indispensável unidade; visando contribuir, pouquíssimo que seja, para que os vocábulos de honestidade, de liberdade e de responsabilidade não sejam termos vazios de sentido, meros *flatus vocis* que os facciosos uns aos outros se atiram num clima em que, logo à partida, a linguagem das paixões avança muito mais forte que a linguagem das razões.

### Horizontes do poder

Daí o horizonte em que se desejaria caminhar: horizonte de interrogação, horizonte de mobilidade e de movência, horizonte de totalidade e de abrangência.

*Horizonte de interrogação.* Pretende-se mais levantar questões que dar-lhes resposta, como é próprio de uma certa atitude filosófica que ascende, pelo menos, a Sócrates. Quando o fragor do combate invade todos os cantos e recantos, não é descabido que Fabrício, olhando à sua volta, interrogue aqueles que ainda o possam ouvir.

Interrogação tanto mais necessária quanto é certo que a ciência política – se é que ela existe – não vai ainda muito além de uma colectânea, vasta e vária, de teorias e factos e de investigações que – como diz um dos seus mais ilustres cultores contemporâneos,



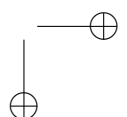
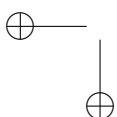


G. Burdeau – partem de vários pressupostos para servirem diversos propósitos. Interrogação tanto mais necessária quanto no fenómeno político global, envolvendo doutrinas e factos, personagens e instituições, forças de produção e relações sociais de produção, as coisas não surgem – como muito boa gente, muito comodamente, o quer fazer crer – em preto e branco, justo e injusto, bom e mau. Interrogação tanto mais necessária quanto toda a investigação politológica, como aliás toda a investigação sociológica e mesmo psicológica, envolve, dialéctica e complexivamente envolve, um grande número de pessoas de incalculáveis maneiras. Hoje, praticamente, toda a Terra. A dimensão rigorosamente mundial do facto político é uma realidade que a todos nos afecta, sem que todos terminemos por cair na conta dessa mesma realidade.

Ao longo destes últimos cinco anos, principalmente, não tem deixado de ser cómico, se acaso não fosse trágico, verificar que os grandes interlocutores, nas intermináveis discussões em anfiteatros das nossas Faculdades, não eram, verdadeiramente, o Povo Português, mas os interesses, larvados ou camuflados, de Washington, de Moscovo ou de Pequim. Mais uma vez: “é ao crepúsculo que a ave de Minerva levanta o voo”. Com a sabedoria do Povo é válido acrescentar: mais vale tarde do que nunca.

*Horizonte de mobilidade e movência.* A filosofia parece ter isto de próprio: não ter campo próprio. Passa e torna a passar, na hipótese concreta da filosofia política, da história ao direito, da psicologia à sociologia, da etnologia à linguística, visando superar a parcelaridade, quando não à parcialidade, dessas sistematizações particulares, visando fundá-las em razão e visando fazê-las comunicar entre si.

A filosofia – como a poesia – faz-se de tudo: do dado experiencial como do dado experimental, do formalismo do maior rigor matemático como do olhar admirado de uma criança, da mais vasta universalidade do ser como da mais mínima partícula do real. Tudo são questões que importa dilucidar, ir dilucidando, sem que ja-

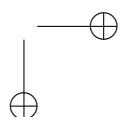
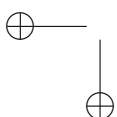




mais a tarefa se possa dar como concluída. Haverá sempre um último “como” e um último “porquê” ante a perspectiva limitada do homem.

*Horizonte de totalidade e abrangência.* O filósofo, como aliás o político, está condenado à sinopse, à visão global, à visão do conjunto, à percepção e à prossecução do Bem Comum o mais universal. Sob pena de não chegar a sê-lo ou de deixar de o ser.

Assim é desde Platão. O *homo synopticus* referido tanto ao filósofo como ao político, tem sempre presentes as totalidades. É consciente de quanto se torna perigoso isolar aspectos da realidade social ou mesmo de privilegiar, em excesso, aspectos dessa mesma realidade. Ele sabe que, cedo ou tarde, toda a realidade violada, violentada, ou aparentemente esmagada, termina por vingar-se. Ele sabe que à natureza só se impera obedecendo-lhe. Ele sabe que os organismos e mecanismos sociais do poder, com as personalidades que os accionam e as instituições que os sancionam, com as suas forças de produção e as suas relações de produção, com as suas estruturas e as suas conjunturas, as suas infra-estruturas e as suas super-estruturas, as suas vontades de afirmação e duração e os seus abandonos de demissão e os seus hiatos de interrupção, com os seus factos e as suas normas, o *homo synopticus* sabe que os organismos e mecanismos sociais do poder, apesar de todas as metáforas, são de uma complexidade e de uma subtileza tais que só os expertos e os competentes neles devem mexer. Ele sabe que o poder político como capacidade de determinar objectivos históricos, de assumir destinos humanos, de mobilizar energias criadoras, de dar resposta aos grandes e múltiplos desafios da circunstância, de estabelecer as medições necessárias e de fixar as fases e metas possíveis, ele sabe que o poder político é coisa delicada demais para ser deixada à improvisação de “poetas”, aos impulsos de ressentidos – sejam eles indivíduos ou grupos –, ao verbalismo de demagogos, ao capricho de homens que apenas “leram umas coisas”. Ele sabe que uma revolução – mesmo a mais necessária das re-







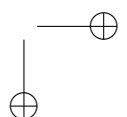
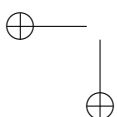
voluções – para funcionar e ser autenticamente uma revolução, nos costumes, nas mentalidades, nas relações de obediência e mando, necessita de tempo e de paciência, de uma larga ciência e de uma funda consciência, de um sentido, plausível, da história, e de uma vontade, bem desperta, de solidariedade e de solidarização. Ele sabe que a dicotomia fácil – nós e os outros, os nossos amigos e os nossos inimigos – é demasiado fácil para ser verdadeira. Ele sabe que um homem ou um grupo é responsável por todos: mesmo pelos adversários, mesmo pelos vencidos. Ele sabe que fazer dos inimigos de ontem colaboradores de hoje foi o segredo de alguns grandes êxitos que ficaram inscritos na memória do homens.

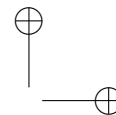
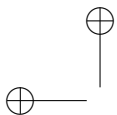
Começemos pela verificação de um facto simples. Extensíssimo é o campo de aplicação semântica do vocábulo “poder”: poder da Natureza e poder do Espírito; poder militar e poder civil; poder económico e poder cultural; poder operário e poder estudantil; poder da ciência e poder da técnica; poder da ideologia e poder da utopia; poder familiar e poder social; poder secular e poder religioso; poder policial e poder pedagógico; poder físico e poder moral; poder das maiorias e poder das minorias; poder das massas e poder das elites; poder institucional e poder carismático; poder pessoal e poder estrutural; poder nominal e poder real; poder do poder e poder do não-poder; e, *last but not least*, poder natural e poder político.

A enumeração foi feita um pouco ao acaso e, até, a esmo. Não foi exaustiva. Mesmo assim, ocorre já perguntar: existe algo de comum que permita falar de poder, com certa propriedade, relativamente a todos e a cada um dos espaços enunciados? E se existe, em que consiste?

As questões aí ficam apenas levantadas para não se perder de vista a interrogação essencial que hoje nos ocupa: em que consiste o poder político?

Em que consiste pois o poder político? A resposta a esta pergunta está condicionada, ou é mesmo determinada, por outras per-





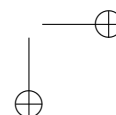
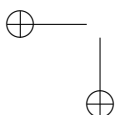
guntas mais fundamentais. Perguntas tão pouco inocentes como: Que é o mundo? Que é o homem? Que é a história?

Não é indiferente que se tenha uma concepção mecanicista, dialéctica ou criacionista da realidade. Não é indiferente possuir uma visão teleológica ou teleonómica da história, ou pensar que ela não passa de “um conto contado por um idiota, cheio de som e cheio de fúria, mas não significando nada”. Não é indiferente conceber o homem ao modo materialista ou o modo espiritualista. Não é indiferente considerar o homem como átomo isolado ou isolável de um todo, ou como parte e só parte desse mesmo todo. Não é indiferente pensar o homem na categoria do “indivíduo”, da “pessoa”, ou do “ser genérico” de Feuerbach. Não é indiferente ver no homem um mero produtor-consumidor ou ver no homem um ser activo criador de valores culturais e morais. Não é indiferente que o homem seja tido como puro e simples dado manipulável ou como ser relativamente autónomo, embora condicionado, que por si pensa, por si decide, por si determina e se determina. Não é indiferente que o homem seja declarado uma realidade da imanência exclusivamente mundana, embora específica, ou como realidade com destino trans-histórico que, no tempo e com o tempo, joga o sentido desse mesmo destino.

Que é o mundo? Que é o homem? Que é a história?

Sabemos que para estas perguntas há tantas respostas quantas as filosofias. Não é aqui o lugar para as referirmos. Aqui é apenas o lugar para lembrar o facto – lembrando ao mesmo tempo que o horizonte é quase tão importante como a figura que nesse horizonte emerge, se desenha e se realiza.

Em que consiste o poder político? Consiste, em primeiro lugar, em que é poder. Quer dizer: não apenas domínio, força, coacção, violência, prestígio, mandato, autoridade, influência; mas, mais radicalmente: capacidade activa de estabelecer relações de ordenação e de sentido, de orientação e direcção, de organização e significação.





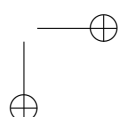
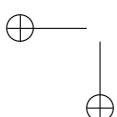
Nestas determinações, poder é ser. Ser de uma certa maneira, ser com uma certa conotação, ser com um plus-de-ser. Ser que se reúne e unifica, ser que dura e perdura, ser que irradia e que quer, ser que constrói e se constrói.

Essa capacidade activa, desdobrada em vontade de exercício, realiza-se em determinado campo, ou até, por vezes, cria determinado campo. Precisamente: o campo da sociedade e do Estado. Da sociedade qualquer que ela seja: horda nomádica, clã sedentário, conjunto de clãs, império oriental, polis helénica, *Res publica et Imperium Populi Romani*, *Res publica christiana*, sociedade tradicional e sociedade industrial, em qualquer das suas fases. Do Estado, qualquer que seja a forma em que ele se determine: monarquia ou república, oligarquia ou tirania, aristocracia ou democracia, tendencialmente coincidente com a sociedade civil ou dela dissidente.

Capacidade activa, vontade de exercício e vontade de domínio, estabelecendo relações e correlações, fixando e prefixando metas, erguendo projectos, determinando programas, objectivando e objectivando-se em instituições. E tudo segundo uma certa ideia da existência e da história em que são assumidos e subsumidos os factos e os valores, os fins e os meios, as normas da solidariedade e seus agentes, o direito do poder e o poder do direito, o direito ao poder e suas condições de possibilidade e de exercício.

Não teremos assim implicados no conceito maior de poder político, três outros conceitos igualmente temíveis: o conceito de autoridade, o conceito de liberdade e o conceito de responsabilidade?

Conceitos temíveis porque é do seu equacionamento, correcto ou incorrecto, bom ou mau, dotado das necessárias mediações ou delas prescindindo, que a realidade humana se põe no caminho da sua realização própria ou estagna, se constrói ou se destrói, vence a “tentação totalitária” – a maior e a mais constante a que o poder político tem estado sujeito – ou a ela sucumbe. Como dizem os





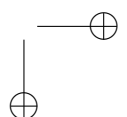
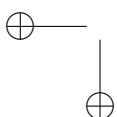
anarquistas, “não são os homens que conquistam o poder, é o poder que conquista os homens”.

Daí que o poder tanto tenha dado que pensar e tanto continue a dar o que pensar. Antes do mais, nas suas ambiguidades e ambivalências.

### **Ambiguidades e ambivalências do poder político**

A primeira ambivalência que nos surge é o facto de coexistirem, no seu espaço, racionalidade e irracionalidade. A *racionalidade* exprime-se na intenção e na parcial realização de um mundo de ordem e legalidade, de “justiça e paz”, de educação e de promoção daquilo que ele entende pelo Bem Comum. A *irracionalidade* manifesta-se nas múltiplas contrafacções que o habitam: autoritarismo e demissionismo, opressão e repressão, totalitarismo e demonismo – tentações fatais a que tantas vezes o poder político miseravelmente se verga. Se há um racional do poder, existe não menos, um poder do irracional.

Se algum século pode testemunhar a ambiguidade do poder ao nível em causa, esse é precisamente este nosso século XX a caminhar para o seu termo. Sem falarmos já de tantos Césares de opereta a exigirem honras divinas; sem falarmos de delírios institucionalizados – como dizia um psiquiatra alemão, uns decénios atrás, homens que, em tempos estáveis, se encontram nos manicomios, em tempos de crise, esses mesmos homens mandam em nós; sem falarmos de grandes mitos criados com o duplo objectivo, complementar, de fascinar e de fazer tremer; sem falarmos de tantas outras situações absurdas criadas, não raro, por aqueles mesmos que se encontram investidos das maiores responsabilidades históricas. . . não é verdade que este nosso século realizou instituições da maior “racionalidade” política ao mesmo tempo que assistiu, por





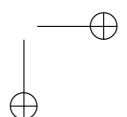
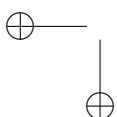
vezes através dessas mesmas instituições, à explosão das maiores “irracionalidades” de que reza a História Universal?

Uma outra ambiguidade do poder político reside, por um lado, na sua capacidade de *verdade*, de desmistificação de situações e de grupos de interesses demasiado humanos e, por outro lado, na sua capacidade, não menor, de *mentira*, de ilusão, de hipocrisia, capacidade esta, coberta e recoberta, não raro, com o manto doirado da “ideologia”.

E a ambiguidade consistente na força que ao poder político assiste quer para *libertar* quer para *escravizar* povos e até mesmo continentes, não será daquelas que, aos sages e aos videntes, maior necessidade haverá de ter em conta?

E relativamente às *classes sociais*? Marx afirmava que todo o poder político era o poder da classe dominante e que o poder da classe dominante era o poder dos proprietários dos meios de produção. As coisas, ao menos nos Estados nossos contemporâneos mais evoluídos, não são assim tão simples como Marx as esquematizou. De qualquer modo, o papel do Estado, instrumento do poder político no concernente às classes sociais como a quase tudo o resto, é de uma terrível ambivalência: ser verdadeiro árbitro entre elas ou opressor de alguma ou de algumas, quando não de todas, os dois membros da alternativa dizem, com bastante eloquência própria, a profundidade de incerteza e indeterminação a que o problema se situa.

Ainda dentro do exercício do poder político há outra ambiguidade que ao analista não deve escapar. Trata-se da *decisão* e do modo da sua aplicação. Lugar, como se exprimem os estruturalistas, do “fazer e do dizer”, importa, como preconizavam os velhos Romanos, tão experientes e tão pragmáticos, que isso se realize *fortiter in re et suaviter in modo* (forte quanto ao arranque decisório mas com suavidade quanto à execução). Mas não acontecerá com frequência o contrário? Dito de outra maneira: não se mostrará o poder tanto mais violento quando menos forte é na realidade? E há



muitas formas de violência: a violência por comissão e a violência por omissão, a violência do fazer e a violência do deixar-fazer, a violência da destruição e a violência da mistificação.

“Todo o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”, escreveu um dia, com bom conhecimento de causa e algum humor, o historiador liberal inglês Lord Acton. Mas não é só o poder absoluto que corrompe absolutamente. É também o poder imbecil que não ousa ser poder. É também o poder que se demite da sua capacidade de conscientização para a concretização de uma ordem, de uma justiça e de uma liberdade necessárias à própria sobrevivência do Grei. É também o poder que, por si, em impressionante mutuamento, se elide na multiplicidade, diversidade e antagonismo dos seus órgãos, das suas funções e dos seus agentes.

Neste capítulo das ambiguidades muito haveria ainda para analisar e dizer. Não é possível, contudo. Ao que ficou enunciado acrescenta-se apenas parecer-lhe inerente – de uma inerência nem sempre visível, é certo – a característica bifronte que Rodolfo Otto crê descobrir no “sagrado”: *numinosum ac tremendum*. Podem os seus detentores e os seus contempladores mostrar-se os mais “laicos”, os mais “seculares” e até os mais irreligiosos dos homens. Mas quando se trata do poder político é vê-los conceber e praticar as mais diversas e subtis – ou grosseiras – formas de mitos e de ritos, de “credos” e de “mandamentos”, de emblemas e de ajuntamentos, de símbolos e de reverências.

Nesta ordem de ideias, quem ignora, por exemplo, a atitude dos “filósofos” e dos “déspotas esclarecidos” do século XVIII? Quem ignora, hoje, a “religião” de um Lenine e de um Dimitrov, com romagens e cortejos intermináveis, no mais respeitoso dos silêncios e na mais pomposa das celebrações?

“Religião secular”, “culto civil”, dir-se-á. Mas será assim tão fácil traçar fronteiras nítidas entre os dois mundos, o “sagrado” e o “profano”? Não haverá comunicação alguma entre as três



“teologias” de que fala o velho erudito latino M.T. Varrão: “teologia mítica”, “teologia civil” ou “política” e “teologia natural” ou “filosófica”?

De qualquer modo, a ambiguidade sacra do poder e poder sacro da ambiguidade têm caminhado, não raro, a par, fundindo-se, por vezes, até à simbiose de tal modo que tudo quanto se faça no sentido da sua real distinção – sem confusões, sem sobreposições, sem vinculações conubiais – será bem-vindo para a lucidez dos homens e a paz entre os homens. “Distinguir para unir”, será caso de repetir.

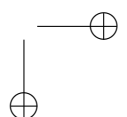
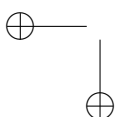
### **Motivações do poder**

Que é o que impele tantos homens a entrar na política, por vezes mesmo, como se “entra nas ordens”? Porque é que tantos homens chegam a constituir-se, de facto, em determinadas sociedades principalmente, quase em classe à parte, precisamente a “classe política”, a classe do mando?

As perguntas são importantes mas as respostas não são simples, nem fáceis, nem homogéneas. Dependem estas de múltiplos factores, constantes uns, variáveis outros. São esses factores que, determinando ou, pelo menos, condicionando motivações de comportamento e de acção, arrastam tantos homens a tanto arriscarem a favor do poder: da sua conquista, da sua conservação, da sua ampliação. A tanto arriscarem incluindo o ridículo, incluindo a própria reputação, incluindo a própria vida.

As perguntas acima formuladas são importantes para os candidatos ao poder e, não menos, para aqueles que os elegem e que, depois, num jogo inverso, de “criadores” passam a “criaturas”, de “soberanos” passam a “súbditos” de “sujeito” passam a “objecto”.

Dessa importância deriva a ideia, por alguns preconizada, de que todo o candidato ao poder, designadamente nas suas instân-



cias mais elevadas, deveria ser psicanalisado. Não será, talvez, caso para se ser tão exigente, sobretudo na sua concretização mais universal. É porém uma ideia que oferece a todos larga matéria de reflexão. Escotomizar tendências e impulsos, descontrolados e perigosos, paga-se em história terrivelmente caro. Se, em 1932, o Povo alemão tivesse “compreendido” Hitler, teria poupado a si próprio e à Humanidade sofrimentos sem conta. Se, a seguir à Revolução de 1917, Lenine tivesse sido menos improvisado e menos improvisador e tivesse penetrado mais fundo, do que penetrou, na personalidade de José Estaline, talvez hoje os políticos, os historiadores e os ideólogos soviéticos não se encontrassem a braços com tantas “incomodidades” e talvez o Povo russo não tivesse a lamentar a tragédia de tantos milhões de mortos e o pesadelo do universo totalitário. Mas adiante.

Atendo-nos às estruturas, às normas e aos valores das nossas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, parece útil enumerar aqueles motivos que mais levam certos homens a quererem penetrar e a penetrarem, de facto, na esfera do poder político.

Falo de motivos, no plural. Efectivamente, não é uma só força motora que impele os homens para o universo dos que mandam. Não é só a “vontade do poder” – a nietzscheana *Wille zur Macht* – que os leva a “viverem perigosamente”. Há outras energias, outros impulsos, outros instintos. Não será assim? Não nos permitirão a filosofia e a história, a psicologia e a sociologia detectar, para além dessa radical “vontade de domínio” do homem sobre o homem, outros motivos do poder? Parece bem que sim.

Em primeiro lugar, o desejo de glória e imortalidade. Para certos homens, entrar na política é sinónimo de pertencer à história. Ou quase. Sobreviver na memória dos homens funciona para eles como substituto da imortalidade verdadeira ou como seu complemento no desenrolar dos séculos sucessivos.

Para outros – Hobbes viu-o já com espantosa lucidez – o poder representa um meio privilegiado para eles se sentirem acompa-





nhados e seguros, ao abrigo da terrível solidão e das longas incertezas que ameaçam o homem na sua condição de itinerante na floresta lupina. A compensação para fracassos, falhanços e frustrações de toda a ordem, eis outro dos factores que o dia-a-dia da realidade política actual como o de outras realidades políticas do passado nos obrigam a considerar como um dos motivos determinantes para a entrada ou a tentativa de entrada na “ordem” do poder ou, quando menos, na órbita do poder.

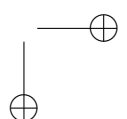
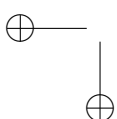
– A consciência – ilusória ou verdadeira – de uma missão a cumprir ou de um destino transcendente a realizar não surgirá também, em certos casos extraordinários, sobretudo, como das forças mais vigorosas que impelem para a acção histórica? Alexandre e César, Carlos Magno e São Luís, Napoleão e Marx, Lenine e Che Guevara não constituirão exemplos demonstrativos?

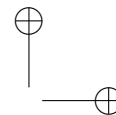
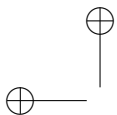
No pólo oposto, a simples necessidade de ter um emprego na vida, mesmo que nesse emprego não se creia ou que para ele não se esteja habilitado, não moverá também à entrada na política?

E a vontade de se realizar, como se diz, assumindo acaso responsabilidades e riscos que envolvem a perda da própria existência – *o propter causas defendere perdere vitam* a contrariar o *propter vitam vivere perdere causas* – não será significativa de que “viver é mais viver e mais do que viver” (G. Simmel), precisamente através da dimensão do poder político?

Outros homens há que gostam da actividade lúdica desde as entranhas. Jogar, jogar sempre, perdendo ou ganhando, representa para eles a razão suprema de existir. Jogar na política, fazendo e desfazendo combinações, fazendo e desfazendo estruturas, passando e voltando a passar por todas câmaras e ante-câmaras do poder, por todas as áleas, com saída ou sem ela, de todos os labirintos palacianos ou outros, jogar na política é uma vontade lúdica mais geral.

Por último – mas a enumeração está longe de ser exaustiva – o desejo desinteressado de servir, de ajudar os outros a criarem o





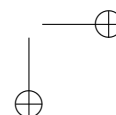
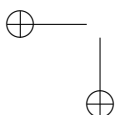
próprio espaço de liberdade, a saírem de uma escravidão, acaso, milenária ou tão antiga como a própria condição humana.

Todas estas motivações, porém, nem sempre se encontram em estado puro. Ao revés. Com frequência elas se misturam e se combinam, chegando a produzir estranhos resultados: de astúcia, de delírio, de exibicionismo, ou, pelo contrário, de equilíbrio, de sensatez, de heroísmo saudável. De facto se há doentes do poder, muito mais perigosos que os doentes do futebol ou da droga, há também os são do poder, aqueles, que, conhecendo-se na estreiteza dos próprios limites e, porventura, em certa impureza das próprias motivações, assumem o poder como função social de serviço à comunidade, como dever, nem sempre grato, a cumprir, como tarefa necessária que alguém terá de exercer. E isto sem modéstias fingidas nem fingidos acomodamentos. Antes com a naturalidade de quem, sabendo-se finito e relativo e a trabalhar num mundo relativo e finito, não obstaculiza outros melhores que venham e aceita agir no espaço dos próprios colaboradores segundo “o princípio da subsidiaridade”.

### **Legitimidade e legitimação do poder político**

Desde as sociedades pré-históricas aos nossos dias sempre o poder, explícita ou implicitamente, tem sentido necessidade de se legitimar. Quer esteja instituído quer vise instituir-se, essa necessidade não esmorece nem morre. Procurada pelos mais diversos caminhos, ela surge sempre, inelutável como um destino e, como um destino, garantia da sua própria sobrevivência. Um poder que de uma forma ou doutra, não consegue legitimar-se na consciência daqueles sobre os quais se exerce, é poder condenado. A prazo, mais ou menos longo, é poder condenado.

A legitimidade como tal é uma ideia que pertence ao consenso



das sociedades humanas. O modo de a obter ou o processo da legitimação é que constituem problema.

Pôr a questão da legitimidade concreta é quase sinónimo de pôr a questão da sua origem.

De onde nasce, de onde brota o poder político: Da boca das urnas ou da boca das espingardas? Da boca das fábricas e das minas ou da boca da Transcendência Absoluta? Da boca de pais a filhos ou da boca das multidões que aclamam o vencedor recente?

As respostas têm variado de sociedade para sociedade e ainda hoje o problema está longe da sua solução pacífica. Encontramos, uma vez mais, num domínio que remete para instâncias mais gerais, quando não para as últimas instâncias que “justificam” o mundo e a vida, a existência e a história.

Nas sociedades arcaicas, a legitimidade virá das faculdades extraordinárias, “sobrenaturais”, creditadas a determinado membro ou a determinados membros dessas mesmas sociedades.

Nos grandes impérios antigos, aqueles que encadernam o poder supremo serão vistos como lugar-tenentes e imagens da Divindade ou até como a própria Divindade visível.

Nas póleis helénicas, pelo menos nas de tipo democrático, é o consenso dos cidadãos, livremente expresso segundo determinadas regras pré-estabelecidas, que autentica a legitimidade do poder instituído.

Noutros espaços, antigos ou mais chegados a nós, será a continuidade dinástica, não raro garantida pela referência à Transcendência Absoluta, que justificará a posse, a conservação e a transmissão do domínio e da autoridade suprema.

Nos tempos modernos, a partir do Renascimento, a questão da legitimidade e da legitimação do poder político agudiza-se extraordinariamente. Perdida a “tranquilidade” da referência ao *omnis potestas a Deo*, por meio do Povo ou, em certos casos, por meio do Papa, começa a proliferar um número impressionante de justificações: o facto consumado, o “direito divino dos Reis”, directo

e imediato, a expressão da “Vontade Geral”, o Pacto institucional, a encarnação concreta da Alma popular, o conhecimento e o reconhecimento por uma vanguarda, “activa e esclarecida”, do verdadeiro sentido da História, a força como *ultima ratio*, a eficácia tecnocrática – ou tecno-burocrática – no “governo dos homens e na administração das coisas” a conjugação, proclamada em todos os tons, da justiça e da força, criando a ilusão do “poder-soma-zero” ou do equilíbrio dos vários espaços de influência e domínio. Ou a combinação de alguns destes “elementos” entre si ou com outros que não será muito difícil descortinar.

Todos estes modos de legitimação, com as suas formas de legitimidade, foram sintetizados por Max Weber em três “modelos” ou “tipos ideais”: o tradicional ou hereditário, o carismático ou irracional e o consensual, democrático ou “legal”.

É este último que tem as preferências do grande *Aufklärer* que foi o autor de *Wirtschaft und Gesellschaft*. Com razão as tem.

De facto, com todas as imperfeições, que as possui sobretudo no domínio da eficácia, com todos os riscos da manipulação “inocente” e do cisionismo cíclico ou até radical, com todos os custos económicos que ele comporta, o modo democrático de legitimação é ainda de todos o mais digno dos seres humanos, racionais e livres, o mais corrigível nos seus abusos, ao mesmo tempo que o mais estável nas suas estruturas de fundo.

Exige preparação e cultura, cada vez mais preparação e cultura, à medida que as sociedades se vão complexificando, técnica e cientificamente, complexificando? Claro está que sim. Mas pelo facto de “as coisas belas serem difíceis” não se devem deixar de tentar cedendo à inércia do mais cómodo. Porque esta, cedo ou tarde, termina por pagar-se caro. Tanto mais caro quanto maior e mais diuturno tiver sido o seu peso.

**Índice**

PREFÁCIO	3
O mestre da palavra e da liberdade	4
O professor, o conciliador e a dívida	6
CRONOBIOGRAFIA	22
REPENSAR PORTUGAL – Nota de Abertura	26
REPENSAR PORTUGAL – Texto	35
Repensar o Estado . . . . .	38
<b>QUE PROJECTO-ESPERANÇA PARA PORTUGAL?</b>	47
Uma instituição a fortalecer: a democracia . . . . .	49
Um ideal a realizar: o bem comum . . . . .	54
Um destino a cumprir: a universalidade . . . . .	56
<b>E A REVOLUÇÃO MORAL?</b>	61
Revolução moral e justiça . . . . .	63
Revolução moral e solidariedade . . . . .	65
Revolução moral e liberdade . . . . .	67
Revolução moral e honestidade . . . . .	70
<b>QUE DEMOCRACIA PARA PORTUGAL?</b>	72
O país real . . . . .	72
Alternativa . . . . .	77
Democracia e seu contorno . . . . .	80
E em Portugal? . . . . .	84
Desburocratizar . . . . .	86
Desideologizar . . . . .	88
Desclientelizar . . . . .	89
Descentralizar . . . . .	92
Interiorizar a democracia . . . . .	95
<b>REFLEXÕES SOBRE O PODER</b>	100
Horizontes do poder . . . . .	100
Ambiguidades e ambivalências do poder político . . . . .	106
Motivações do poder . . . . .	109
Legitimidade e legitimação do poder político . . . . .	112